



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1080/15	DATA: 03/07/2015	
LOCAL: Auditório da FECOMÉRCIO em João Pessoa, Estado da Paraíba	INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 21h05min	PÁGINAS: 110

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Coordenador de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, representante do Prefeito Luciano Cartaxo.

GILBERTA SOARES - Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

VÂNIA FONSECA - Representante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual da Paraíba e da Organização Não Governamental Bamidelê.

ROZIANE MARINHO RIBEIRO - Secretária-Executiva da Gestão Pedagógica da Educação, representante do Secretário de Educação do Estado da Paraíba.

PRISCILA ESTEVÃO - Coordenadora do Fórum Estadual de Juventude Negra.

MAURA VANESSA SOBREIRA - Secretária-Executiva da Secretaria Estadual de Saúde.

MOISÉS ALVES - Representante do Movimento Negro de Campina Grande, Estado da Paraíba.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA - Procurador do Ministério Público Federal.

PAULA TEIXEIRA (Paula de Oxum) - Representante do Movimento Juventude de Terreiros.

MÃE TUCA - Representante da Casa de Cultura Ilê Asé d'Osoguiã.

JOSÉ ROBERTO DA SILVA - Gerente-Executivo de Equidade Racial da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba.

JULIANO SALES - Representante do Movimento Negro do Sapé.

SAVERIO PAOLLILO (Padre Xavier) - Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ALESSANDRO AMORIM - Representante da Casa de Cultura Ilê Asé d'Osoguiã, da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros, órgão técnico do Ministério da Educação.

ANÍSIO MAIA- Deputado Estadual da Paraíba;

LUCIANO BEZERRA - Representante do Movimento LGBT.

SUZANY LUDIMILA SILVA - Articuladora do Plano Juventude Viva e Representante do Levante Popular da Juventude.

JEAN NUNES - Representante do Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba.

DANILO SANTOS - Representante do Núcleo de Estudantes Negros da Universidade Federal da Paraíba.

ASTRONADC PEREIRA DE MORAES - Policial militar, psicólogo e militante de direitos humanos.

DALMO OLIVEIRA - Representante do Fórum Paraibano de Promoção e Igualdade Racial.

FABIANA MARIA LOBO DA SILVA - Promotora da 2ª Promotoria de Justiça da Infância e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Juventude de Bayeux, Estado da Paraíba.

MATTEUS SOL SOL - Representante do Coletivo Antiproibicionista da Paraíba.

SANDRA MARROCOS - Presidente da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente — FUNDAC.

PRISCILA GOMES - Secretária-Executiva de Juventude do Estado da Paraíba.

ISAC SANTOS - Representante do Movimento de Combate ao Desemprego.

ANTÔNIO NOVAES - Professor da Universidade Federal da Paraíba e Membro do Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba.

LUIZ FILHO - Representante da Comunidade de Lagoinha.

TÂMARA TERSO - Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Secretário-Executivo e representante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba.

JOÃO BOSCO FRANCISCO DO NASCIMENTO - Presidente do Conselho Estadual de Direito Humanos da Paraíba e representante da Pastoral Carcerária.

SUMÁRIO

Audiência pública realizada no Estado da Paraíba, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2015, do Deputado Reginaldo Lopes.

OBSERVAÇÕES

Há falhas na gravação.

Há palavras ou expressões ininteligíveis.

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos tentar organizar aqui. Vamos iniciar com uma manifestação cultural de *hip hop*. (Palmas.)

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Juventude negra!

Peço ao nosso sonoplasta para colocar o instrumental de uma canção que a gente fez que trata do extermínio da juventude negra na Paraíba, uma canção que coloca a questão do extermínio como uma questão sistêmica.

Olorum nosso que está no céu da Paraíba, no céu de Pernambuco, no céu de Sergipe, no céu da Bahia, protegei a juventude negra, Olorum, do extermínio!

(Apresentação musical.)

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - *Olorum nosso que está no céu da Paraíba, no céu de Pernambuco, no céu de Sergipe, no céu de Alagoas, no céu da Bahia, protegei a juventude negra, Olorum! Axé! (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a violência contra jovens negros e pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte, desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Em 30 de março, foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2015, de minha autoria, que *“requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão (...)”*.

Em 28 de abril, foi aprovado o Requerimento nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Wilson Filho, que *“requer o deslocamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de realizar audiência pública (...) Estado da Paraíba”*, sob a coordenação dos Deputados Luiz Couto e Damião Feliciano, aqui presentes.

A CPI já visitou vários Estados. Percorremos inúmeros Estados e estamos aqui, hoje, com muita alegria, na Paraíba.

Compõem a primeira Mesa o companheiro Deputado Damião Feliciano; o Deputado Luiz Couto; a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro; o meu amigo e companheiro Deputado Wilson Filho, que foi o Relator na reforma do ensino médio — nós temos que aprovar o relatório no plenário; e o meu conterrâneo Deputado Delegado Edson Moreira.



Quero convidar também para compor a primeira Mesa a Sra. Gilberta Soares, Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do Governo do Estado da Paraíba, representando o Governador, Sr. Ricardo Coutinho. *(Palmas.)*

Pergunto se está presente o representante da Prefeitura de João Pessoa, Sr. Nivaldo Pires, Coordenador Municipal de Política de Promoção de Igualdade Racial. *(Pausa.)* Convido também S.Sa. para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Nós combinamos aqui um procedimento. Como temos quatro Mesas, o que nós vamos fazer? Vamos ter que nos ater ao prazo de 5 minutos para cada orador, rigorosamente, porque são quatro Mesas mais o plenário. Então, nós vamos fazer o seguinte: fala um da Mesa e um do plenário. Vamos combinar assim? *(Pausa.)*

Esta primeira Mesa é de saudação, mas, se assim entendermos, falará uma pessoa da Mesa e depois uma do plenário. Ou pode esta Mesa fazer a saudação e depois nós começamos com uma fala da Mesa e uma do plenário.

Quero pedir à Sílvia, essa moça bonita e simpática, que colha as inscrições. Não sei se já as temos. Sabemos quais entidades vão falar, mas, além delas, também vamos franquear a palavra ao Plenário, fazendo esse rodízio entre as falas. Aliás, eu vi a lista das entidades, mas nela não há os nomes. Então, a Sílvia poderia pegar também o nome de quem vai falar pelas entidades.

Então, vamos começar. Boa tarde a todos e todas. Estamos na segunda etapa dos trabalhos da CPI, que são audiências, oitivas e diligência. Na quinta-feira nós já apresentamos o relatório preliminar, e na terça-feira a Relatora vai apresentar o relatório final, para que possamos, então, abrir o debate para sua apreciação. Portanto, as senhoras e os senhores poderão, a partir de terça-feira, acompanhar o trabalho — será publicado — pelo Portal da CPI, pelo Portal da Câmara, edemocracia.camara.gov.br. Todos poderão participar, mandar sua contribuição.

Eu, pessoalmente, depois dos dados que nós colhemos no País acerca da realidade, do percentual de mortes — 80% são de jovens negros e pobres — e da morte simbólica, com a ausência de políticas públicas para os negros, tenho defendido a tese de que há um genocídio no Brasil em relação aos nossos jovens negros.

Defendo também que, quanto a alguns casos emblemáticos não elucidados, a CPI deveria pedir deslocamento de competência. É evidente que a CPI busca a



saída sistêmica, mas, perante tanta injustiça e impunidade, é imperativo também que haja sensibilidade desta CPI para pedir deslocamento de competência.

Também, a CPI deve apresentar várias emendas à Constituição e alguns projetos de lei. Eu quero destacar dois rapidamente. O primeiro é que nós precisamos de um novo sistema de segurança pública no Brasil. O atual faliu. Não dá para dizer que o Município não tem nada a ver com o tema segurança pública, não dá para dizer que a União não tem nada a ver com o tema segurança pública. Esse sistema, de responsabilidade do Estado, esgotou, está falido. Nós precisamos de um sistema mais do que federativo. Ele nem é federativo. Ele precisa ser federativo, precisa compartilhar responsabilidade, com todos, e precisa ser republicano, porque é uma vergonha, também, a atuação do Ministério Público quanto a crime contra a vida. Não consegue encaminhar os inquéritos.

É uma vergonha a Justiça Criminal no Brasil, que só elucida de 5% a 8% dos crimes contra a vida. Há uma prioridade no País, na questão da Justiça, de julgamento de crime patrimonial e de usuários de droga, que deveriam estar no sistema de saúde pública fazendo tratamento.

Nesse sentido, então, nós queremos construir esse novo sistema. Mas nós defendemos na CPI, toda a CPI, que esse novo sistema deve obrigar, obrigar, literalmente, Municípios e Estados a constituir estratégias decenais de enfrentamento dos homicídios. E quem deve construir essas metas estratégicas é o povo. Nós temos que desprivatizar o tema segurança pública. Ao contrário do tema educação, ao contrário do tema saúde e assistência social, de que o povo se apoderou, o tema segurança pública ficou restrito aos agentes da segurança pública, lamentavelmente. Então nós precisamos desprivatizar esse tema. As metas estratégicas e as metas decenais têm que ser elaboradas pelo povo, com a participação do povo.

Quais serão essas metas? O plano foi apresentado na quinta-feira. Nós precisamos reduzir os homicídios no Brasil. Os dados de mortes no País são estarrecedores. É um absurdo, esse índice não existe em nenhum outro lugar do mundo! No Brasil matou-se mais do que em todos os conflitos internacionais de 2004 a 2007 — mais do que em todos, nos 12 maiores e nos 50 menores; são 62 conflitos. A ONU, e todos os outros organismos internacionais, reconhece que o país



com esse índice a partir de um dígito está em guerra civil. Então, o Brasil vive em guerra civil, matando-se negros e pobres.

Mas há um silêncio de toda a sociedade brasileira, inclusive por parte da grande mídia — foi decretado o silêncio, não há nenhuma visibilidade a morte de jovens negros e pobres. São milhares, milhões de cadáveres, e ninguém fala nada. Nós precisamos desnaturalizar as mortes de jovens negros e pobres no Brasil e trazer esse índice, com o esforço do Estado brasileiro nos próximos 10 anos, para um dígito. A meta de um plano nacional de enfrentamento do homicídio tem que ser de um dígito, nos próximos 10 anos. Isso serve para todos os Estados.

Inclusive, a cidade de João Pessoa, o Estado da Paraíba é o mais vulnerável para os nossos jovens negros. Aqui, a cada 14 vítimas de assassinato, 13 são negras e jovens. Portanto, o indicador de vulnerabilidade é o mais alto. Esse percentual de mortes só perde para Maceió e o Estado de Alagoas. A cidade de João Pessoa, Deputado Wilson Filho, tem o indicador de mais de 150 assassinatos para cada 100 mil habitantes e o Estado, quase 80. Então, é um absurdo. E está acima da média nacional. A média nacional já é um escândalo. Os indicadores do Estado, também, são escandalosos.

Portanto, nós queremos pactuar. Hoje eu fiz um apelo. Faço um apelo aos Deputados Federais da Paraíba: que possam mobilizar a Assembleia Legislativa no sentido de constituir uma comissão especial, imediatamente, para traçar o estudo e construir o plano estadual de enfrentamento do homicídio no Estado. *(Palmas.)* Então, eu faço esse apelo aos Deputados da Paraíba. Quero fazer o apelo também à Câmara Municipal de João Pessoa, que possa constituir uma comissão imediatamente. Se a PEC for aprovada, bem como o plano nacional, em 180 dias os Municípios, o Estado e a União serão obrigados, a partir das diretrizes do plano nacional, a estabelecer os planos decenais e as metas.

É evidente que nós ainda vamos submeter a PEC a tramitação: são dois turnos, Comissão Especial, CCJ. É uma longa caminhada. E é evidente que, ao concluirmos a CPI, não vamos resolver todos os problemas, porque o tema é complexo. Mas nós queremos estabelecer, a partir desses documentos que a CPI produziu, com a participação de todos, uma nova agenda, que precisa contar com a força e a participação da sociedade civil, especialmente dos movimentos negros. Há



30 anos os movimentos negros denunciam a questão do genocídio. Que possam nos ajudar a construir essa força majoritária na Câmara dos Deputados, para a aprovação dessas PECs e desses projetos.

Portanto, eu quero aqui pedir essa energia, essa força, porque todos esses projetos serão fruto de Comissões Especiais. Então a sociedade vai participar novamente de todos os debates. Aqui, não se trata, portanto, do trabalho de um conjunto de Deputados para construir uma legislação sem que o povo, que é o mais interessado, possa participar diretamente. Nós estamos (*falha na gravação*) a nossa representação, legítima, indireta, buscando envolver vocês, participantes diretos de todo o processo.

Então é isso. Vamos continuar, que eu já falei demais.

Quero passar a palavra ao Deputado Damião Feliciano — vamos começar da minha direita para a esquerda —, para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Reginaldo Lopes, que se deslocou para cá e está fazendo um trabalho excelente; o Deputado Luiz Couto, que tem uma tratativa direta sobre esse assunto. Aproveito para saudar a Deputada Rosângela Gomes; o Deputado Wilson Filho, que é daqui, do nosso Estado, também envolvido, como jovem, nesse assunto, e é Vice-Presidente da Comissão; o Deputado Delegado Edson Moreira; a representante do Governo do Estado, Gilberta Soares; e o representante da Prefeitura Municipal de João Pessoa, nosso Coordenador de Promoção de Igualdade Racial, Nivaldo Pires. Eu queria cumprimentar também o Deputado Frei Anastácio e o Deputado Anísio Maia, que representam a Assembleia Legislativa. Parabenizo todos pelo debate de tema tão importante. Os senhores vêm aqui exatamente para trazer, como homem público, sua contribuição, o que é importante.

Eu não vou falar muito, só quero tocar num ponto, Cel. Lívio e minha querida Milka, que é o diagnóstico que vamos fazer sobre a violência. Não quero aqui promover o enfrentamento entre as forças de segurança pública quanto aos problemas que estão havendo em relação ao extermínio de jovens negros e pobres no Brasil. Não é esse o tema. O tema maior e fundamental, como eu tenho dito, é o seguinte — e o Moisés sabe do tratamento e da minha opinião, que tenho levado à



Câmara dos Deputados, em Brasília, para que possamos fazer o diagnóstico: o governo não levou as políticas públicas para esses bolsões de miséria.

Como é que o aparelho público consegue levar a política de educação, a política de trabalho, a formação desses jovens às periferias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre, de João Pessoa? É esse o tema que a mim me toca. O que adianta fazermos uma CPI se não tomarmos nenhuma providência? Daqui a 20 anos, nós vamos fazer outra discussão só para dizer que tem gente morrendo. Na periferia desses grandes centros, é difícil o poder público, o governo promover as suas ações. Esse é que é o diagnóstico que eu quero que a Comissão faça.

É esse diagnóstico que a mim me toca, porque uma criança que nasce na favela, um negro que nasce na favela, mais especificamente, se não tiver as condições, Deputado Anísio, para que possa ter uma educação, se não tiver uma educação adequada, ele não vai sair de lá, não. Se não tiver também uma juventude, uma adolescência adequada, ele não vai sair de lá. Eu sou negro, mas sou um negro privilegiado, tive condições de me formar em Medicina. Eu sou médico, porque tive condições. Mas a minha preocupação é exatamente com esses bolsões de miséria, onde há o extermínio dos negros.

Eu consegui ser Deputado Federal, mas a minha obrigação é lutar, porque, enquanto estamos aqui nesse ar condicionado conversando, discutindo esse problema, tem gente morrendo nas favelas de João Pessoa, nas favelas do Rio. Essas pessoas, esses negros é que precisam da nossa ajuda. E eu, como Deputado Federal, tenho minha preocupação fundamental em fazer com esses negros tenham um futuro, porque o agora não se resolve.

Devemos fazer uma associação para que possamos melhorar a questão. Somente debater o combate à violência não resolve. É preciso tratar da raiz do problema. É preciso dar educação aos negros onde eles estão, instalando escola apropriada, unidade de saúde apropriada, para que possam ser empreendedores, porque o diagnóstico diz que quem tem formação é muito menos violento do que os que não têm.

Portanto, o apelo que eu estou fazendo aqui, nesta discussão, é para que façamos o diagnóstico do aparelho estatal, das ações de políticas públicas para o



negro, esse que saiu da senzala há 100 anos e entrou na favela, para que ele possa sair de lá e encontrar seu lugar na sociedade brasileira. É o que tanto clamamos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Damião Feliciano.

Quero passar a palavra para o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria agradecer a presença de todos. Axé para todos e todas, para que nós possamos dar um basta a esse genocídio praticado contra a nossa juventude, principalmente a juventude que é negra, pobre e mora nas periferias.

O que nós verificamos? Esse genocídio prova que é um mito a afirmação de que neste País não existe racismo. É uma mentira. A afirmação de que não há ódio de raça, de etnia é outra mentira. Além de trabalhar para dar um basta a essa violência praticada contra nossos jovens negros pobres da periferia, que são assassinados, nós temos que ressaltar que há outros tipos de violência. E a maior violência é o racismo ainda existente em nosso País, são também as torturas, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes praticados contra nossa juventude, bem como a falta de políticas públicas que possam trazer dignidade para todos.

Nós viemos aqui para ouvir. Então, minha fala é no sentido de convocar todos para que entremos nesse grande movimento, para que possamos dizer que o Brasil é um país soberano, um país que olha para a sua população, que cuida da infância, que cuida dos adolescentes, que cuida da juventude, que cuida de todos aqueles que são vítimas da violência.

Que tenhamos uma excelente audiência pública, fazendo o diagnóstico não apenas da violência praticada, mas também das propostas de políticas públicas a serem implementadas, a fim de que nós possamos construir uma cultura de paz em nosso País.

Muito obrigado. Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto, pela contribuição, pela participação.

Quero passar a palavra para o nosso companheiro Deputado Wilson Filho, que é Vice-Presidente desta CPI da Câmara dos Deputados.



O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Boa tarde a todos os senhores e senhoras, ao Deputado Reginaldo Lopes, à Deputada Rosangela Gomes...
(Manifestação da plateia: Redução não! Redução não! Redução não!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Valeu a manifestação. Agora vamos garantir a fala do orador. Depois, todos vão ter direito de falar.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Na verdade, eu ia falar exatamente sobre esse assunto, também. O nosso objetivo aqui é o mesmo. Todos nós somos contra a violência que aí está. Ao lado do Deputado Reginaldo Lopes, eu fui, por exemplo, Vice-Presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas, a primeira da história do Congresso Nacional a falar sobre isso. Aqui eu estou como Vice-Presidente desta CPI, e o nosso objetivo é trabalhar cada vez mais para que os paraibanos não sejam violentados. Esse é o nosso objetivo. Se nós temos opiniões diferentes em relação a alguns temas, tem-se que respeitar. Eu respeito a opinião de quem é contrário. Respeito mesmo. Em todas as minhas entrevistas, eu falei isso. Eu tenho o direito de ter a minha opinião também. Tenho esse direito. Eu sou jovem... *(Manifestação na plateia.)*

Na verdade, eu acho que quem quer que a realidade do nosso Estado, que é 13 vezes pior do que a de outros Estados... Aqui, o jovem negro tem a chance horrível, a triste chance de ser assassinado — ela é 13 vezes maior do que em outros Estados. A Paraíba está em primeiro nesse *ranking*. Nós temos que unir forças.

Eu sou membro da Comissão de Segurança, pensei muito para tomar minha decisão, coloquei essa pergunta nas minhas redes sociais e segui aquilo que a maioria me pediu. Essa é a minha obrigação. Essa é a minha obrigação.
(Manifestação na plateia.)

Agora, o que eu quero... Se pudesse fazer isso, eu faria. Olhe, minha gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos...

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Racista nunca! *(Manifestação da plateia: Racista! Racista! Racista!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero pedir ao Plenário... Companheiros, vamos garantir a fala do orador. Depois nós vamos abrir o debate,



todos vão poder falar. Só quero garantir o direito de manifestação do Deputado, e do Plenário também. Nós já pactuamos aqui, o Plenário vai se manifestar livremente.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Eu quero dizer que sou Vice-Líder do PTB, e quero me justificar mesmo. Eu entendo, a opinião de cada um tem que ser respeitada. Deixem eu dizer qual foi a sugestão, e aí pergunto se vocês concordam ou não. Só me permitam falar sobre a minha sugestão, e o Deputado Reginaldo Lopes é testemunha disso. Nós fizemos uma reunião com os Líderes e o Ministro da Justiça e decidimos fazer isto: votar a redução e nesse meio-termo votar a questão do ECA e acabar com a redução da maioria. Foi essa a proposta.

Mas eu defendo esse posicionamento e respeito a opinião de vocês. É isso que eu tenho a falar. Lá na Comissão, na CPI, estou trabalhando para que a Paraíba viva com menos violência. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Wilson Filho.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. *(Manifestação da plateia: "Não" à redução! "Não" à redução! "Não" à redução!)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Obrigado. Eu quero dizer o seguinte: vai haver o segundo turno, depois é a vez do Senado, e temos o Supremo Tribunal Federal. Então nós vamos ganhar o coração e a mente dos demais, podem ter certeza. Vocês estão juntos! *(Palmas.)*

Quero passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Boa tarde a todos. *(Manifestação na plateia.)*

Posso falar ou não? Posso falar? Se você deixar, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos garantir a fala do nosso Deputado, da Mesa, depois nós vamos abrir o debate.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom, o problema é o seguinte: a balança tem dois lados. Para a balança se equilibrar, os pesos têm que ser iguais, está certo? Primeiro passo, quando você põe mais peso de um lado da balança, este vai subir e o outro lado vai descer. Há desequilíbrio. Essa é a verdade.



Então, é o seguinte: quando se está fazendo uma investigação, uma política em âmbito nacional, é para melhorar a vida de todos, não é só a vida das pessoas de um segmento, não, é a vida de todos, porque o Congresso está lá para melhorar a vida de todos, da melhor maneira possível. E outra coisa... *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Companheiros, vamos ouvir os argumentos, até para trabalharmos o convencimento.

Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu trabalhei 15 anos investigando homicídio, 15 anos, e mais 5 *(ininteligível)* sequestro. Então, é o seguinte, como eu estava falando, tem-se que ouvir todos os lados para fazer a política geral, não uma política restrita, uma política enganosa.

O que eu faço? Eu vou responder por mim agora. Eu pesquiso em âmbito nacional. Eu vejo todos os noticiários, e tenho experiência profissional. Por isso, votei e vou votar no segundo turno pela redução da maioria penal. *(Apupos na plateia.)*

Sem problema. Não tenho medo de vaia! Não tenho medo de vaia! Já fui vaiado várias vezes. E mais, vou votar também pelo fim do Estatuto do Desarmamento. Nós vamos acabar com o Estatuto do Desarmamento! Nós vamos acabar com ele também! *(Apupos na plateia.)*

Não adianta! Podem vaiar, não há problema, não. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a conclusão...

Conclua, Deputado Delegado Edson Moreira. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu não vou concluir, não.

Eu não vou me intimidar com isso. Eu não me intimido com vaia, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Plenário, vamos lá!

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu tenho direito de falar. Tenho ou não tenho? *(Manifestação na plateia.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom, continuando a minha linha...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos garantir a conclusão da fala do Deputado, para iniciarmos a próxima Mesa. *(Manifestação da plateia: Fora! Fora! Fora!)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou embora. Podem deixar, que eu vou embora. Eu vou embora daqui a pouco. Antes eu vou terminar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos garantir a fala do orador. Nós vamos garantir a palavra a todos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É o seguinte: eu vou fazer uma pergunta para vocês me responderem. Se aqui 80% dos homicídios são de negros... Por que a população negra da Paraíba é 5%? Por quê? Quero saber esse dado. Pardo não é negro, para mim. Então, é o seguinte... *(Manifestação na plateia.)*

Deixem-me ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos continuar.

Passo a palavra agora para a nossa representante do Governo, Gilberta Soares. *(Manifestação na plateia.)*

Vamos lá, companheiros!

Com a palavra a Sra. Gilberta Soares. *(Palmas.)*

A SRA. GILBERTA SOARES - Boa tarde. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero pedir ao Plenário um pouco de paciência. Companheiros, vamos nos acalmar! Vamos garantir a palavra à companheira Gilberta Soares.

A SRA. GILBERTA SOARES - Boa tarde a todas as pessoas. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, especialmente a Deputada Rosangela Gomes, a única Deputada na Mesa, e estender essa saudação a todos os Deputados. Quero cumprimentar o Plenário em nome de todo o movimento negro, aqui presente. *(Palmas.)*

Nós entendemos, sim, a reação de vocês, porque cada reação dessas expressa a dor por tantas pessoas que vocês perderam. Muitas pessoas que estão



aqui perderam parentes muito próximos, irmãos, sobrinhos, mãe, filhos, por conta do racismo, por conta de todo esse problema que estamos discutindo hoje.

Então, Deputado, essa é a reação de quem tem dor na alma, é a reação de quem está calado há muitos anos. São muitos anos de exclusão! (*Palmas.*) O racismo está no dia a dia, no trabalho, na rua, na televisão; está na Câmara de Vereadores, na Câmara dos Deputados, no Senado; está no poder público; está entre nós gestores, entre nós profissionais. Então, temos que ter a humildade de conviver com essa reação. É claro que vamos resolver esse problema com racionalidade, não com guerra. Mas em algum momento a reação tem que aparecer. A guerra já existe, mas precisamos ter estratégias inteligentes, suficientemente humanitárias, para combater, para enfrentar o problema.

Eu quero cumprimentar o movimento, em nome de todas as expressões que estão aqui presentes, os capoeiristas, as mães de santo e os pais de santo, representando inclusive os mais velhos, os mais novos, os jovens negros, as mulheres negras, os quilombolas, o povo que trabalha com cultura, com o *rap*, os professores e as professoras, os pesquisadores negros. Cumprimento todos vocês. Quero cumprimentar os colegas de várias Secretarias de Governo aqui presentes, nessa união de esforços para enfrentar o problema.

Rapidamente, em nome do Governador Ricardo Coutinho, quero dizer que estamos atentos, sim. Reconhecemos o problema do racismo, dentro do poder público. Como missão, uma ação deve ser considerada pelo poder público estadual.

O Governador Ricardo Coutinho, Deputado Reginaldo Lopes, tem feito exatamente a defesa de que o problema da segurança deve envolver todos os entes federativos. O Governador tem defendido a criação do Ministério de Segurança, de modo que o Governo Federal entre nesse alinhamento direto, nesse enfrentamento, com a promoção de ações de segurança pública, assim como os Municípios, para que os poderes públicos federal, estadual e municipal estejam mais alinhados em termos de ações diretas de promoção de segurança. Então, essa é uma defesa do Governador Ricardo Coutinho.

Outra defesa do Governador do Estado da Paraíba: seu Governo é contrário à redução da maioria penal. (*Palmas.*) Somos contrários à redução! O Governador tem feito essa defesa. Essa é uma posição política deste Governo. Sabemos que



não é isso que vai resolver o problema. E teremos mais tempo para discutir a questão, inclusive durante esta plenária.

Vou ter tempo para fazer, também, depois, uma fala sobre ações da Pasta da qual eu estou à frente, assim como o José Roberto, que é Gerente-Executivo de Equidade Racial do Estado.

Eu gostaria de dizer que a Secretaria Executiva de Juventude, na atual gestão, que tem à frente a companheira Priscila Gomes, tem como uma das prerrogativas prioritárias o enfrentamento do extermínio da juventude negra. Em breve, será lançado um plano de juventude pelo Governador, em que vão estar detalhadas as ações para a juventude como ações prioritárias; e, dentro dessa prioridade, a juventude negra. A Priscila poderá detalhar melhor.

Então, muito obrigada. Desejo que esta seja uma tarde bem profícua de trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Nivaldo Pires, que representa a Prefeitura e o Prefeito Luciano Cartaxo.

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Em nome do nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, quero agradecer à Mesa. Agradeço a participação dos movimentos sociais aqui presentes, lembrando a presença dos povos de terreiro, quilombolas, juventude negra, mulheres negras, movimento *hip hop*, capoeira, rádio comunitária. O pessoal das rádios comunitárias tem um papel importante na difusão e divulgação de ações vindas de movimentos populares.

Nós vivemos um momento complexo da humanidade, que não é fácil. Não é fácil, inclusive, encontrar resposta para tanta problemática. Particularmente, a encaramos essa questão do extermínio da juventude negra como um problema que tem uma relação direta com essa crise financeira internacional, mas também com a ausência de política pública, pensando em nível de Estado e de Município, e com o racismo institucional, o racismo institucionalizado.

Quando pensamos num instrumento como a Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, no Município de João Pessoa, que, para manter-se em pé, muitas vezes tem de enfrentar, dentro da própria estrutura do



Governo Municipal, o racismo institucional, temos uma ideia de como os serviços para a população negra e a qualidade desses serviços chega.

Estou falando como Governo. Estou aqui fazendo uma crítica. Vim do movimento social, estou no Governo, mas me vejo no direito de também dizer que dentro das instâncias — já que trabalhamos aqui em João Pessoa a questão do racismo institucional — há coisa errada, que tem de mudar. Essa é uma mudança de mentalidade. Ela passa pelo processo de formação dos quadros da gestão. Ela passa por um processo de mudança de mentalidade do próprio gestor. Ela passa pelo comprometimento dos movimentos sociais, pela forma como o movimento social aborda a questão em nível de Município.

Então, nós viemos participar da CPI e dizer que nos próximos dias estaremos apresentando ao Prefeito da Capital — já vimos dialogando a respeito disso — a proposta de criação de um observatório municipal. Será uma parceria com o pessoal da Guarda Municipal. Está aqui o adjunto, o Cícero Gregório. Nós estamos dialogando. Já existe um observatório no âmbito da Guarda Municipal. Inclusive, lá eles têm um serviço de inteligência. A ideia é que nós, junto com o movimento social, junto com a gestão, encontremos uma saída. Esse observatório seria formado por uma equipe multidisciplinar, de especialistas. A universidade será convidada. Então, nos próximos dias, nós convidaremos o pessoal do movimento social para estarmos juntos. Está certo?

O Prefeito também se compromete a, no próximo ano, criar o Disque Racismo, que é uma demanda histórica, já antiga do movimento negro. É claro que, se dependesse de nós, que viemos do movimento social e estamos hoje na gestão, isso já teria acontecido.

Eu faço um apelo ao movimento negro aqui presente, à juventude negra: não vamos deixar a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sozinha. Eu não estou lá como salvador, como super-herói. Humildemente, eu peço a força, o apoio de vocês, para que possamos construir juntos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra à Relatora, Deputada Rosangela Gomes.



A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os que estão aqui. Quero cumprimentar o Plenário, na pessoa do Deputado Estadual Frei Anastácio; do Procurador Federal, Dr. Godoy; e do movimento Reaja ou Será Morto! Reaja ou Será Morta, do qual eu conheço o Dr. Hamilton Borges, de quem recebemos denúncia e estamos procurando ajudar.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, que é um Deputado atuante. Eu estou no sexto mês de mandato, mas o Deputado Reginaldo Lopes já tem quatro mandatos de Deputado Federal, e eu já pude acompanhá-lo em outros movimentos, como o movimento de juventude, na criação do Conselho Nacional de Juventude — CONJUVE, na lei de combate às drogas, na PEC da Juventude. E estou tendo a grata satisfação de estar trabalhando com ele, ao lado dele, aprendendo, porque é um Deputado atuante e inteligente. Com essas oitivas todas, audiências e trabalhos que estamos fazendo, já tivemos a percepção para fazer em torno de 18 projetos de lei.

Quero cumprimentar, ainda, o Deputado Damião Feliciano, que também já tem bastante experiência no Parlamento; o Deputado Luiz Couto, a quem eu faço referência, sempre com muito carinho, muito respeito, porque tive a oportunidade de estar nas mesmas Comissões em que ele está, e ele é uma pessoa extremamente comprometida com a vida. *(Palmas.)* Eu falo isso por experiência.

Eu estive aqui no mês passado, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ele me chamou... Nós fomos para o Parlamento agora. Aquela Casa é uma Casa muito intensa. Eu brincava com ele, naquele dia em que fui com ele para Campina Grande, e era feriado... Eu já havia dito para minha assessoria: *“Não me chamem, porque, no meu feriado, eu quero dormir e descansar. Estou muito cansada”*. O Deputado Luiz Couto me convidou para ir a Campina Grande, e eu não pude resistir. Troquei tudo e fui ao chamado dele, porque sei do compromisso dele, inclusive privando a própria vida para lutar pelo próximo. Então, eu o respeito muito. Todas as vezes em que V.Exa. me chamar, estarei ao seu lado. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o Deputado Wilson Filho, um jovem Deputado, que eu não conheço atuando, porque também sou nova no Parlamento. Mas é um jovem Deputado.



Quero cumprimentar o Deputado Delegado Edson Moreira, que foi um dos delegados que solucionou aquele caso da Eliza Samudio, lá do meu Estado. Vocês se lembram disso.

Quero cumprimentar a Sra. Gilberta Soares, uma mulher que também é atuante, de um partido atuante. Eu faço referência ao seu partido, na pessoa da Deputada Luiza Erundina, que também é uma mulher desbravadora neste País. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o meu querido Nivaldo Pires.

Ainda quero estender o cumprimento à coordenadora do PRB Mulher, Simone Carole, que está aqui, que veio também prestigiar e estar conosco neste evento, que é uma militante do movimento de mulheres.

Também quero cumprimentar o Presidente do Partido Republicano Brasileiro, Sr. Luiz, e a todos os senhores e senhoras.

Quero dizer que nós fomos para esta CPI, desde o primeiro momento...

Também quero cumprimentar o Deputado Estadual Anísio Maia. Não o cumprimentei porque não o conhecia. Tenho satisfação em conhecê-lo. Eu já fui Deputada Estadual também, fui Vereadora em 2000. Em 2004, fui reeleita e, de novo, em 2008. Em 2010, entrei na cota de mulheres, de 30%, e acabei ganhando as eleições para Deputada Estadual. Trabalhei os 4 anos, e estou aqui como Deputada Federal pela misericórdia de Deus.

Quero dizer a vocês que eu fui convidada pelo Deputado Reginaldo Lopes para fazer parte da CPI, na Relatoria. Não é fácil. O Parlamento não é fácil, gente. Eu sou nascida, criada e moro em Nova Iguaçu, no bairro mais pobre do meu Estado, da minha cidade. Eu já morei na rua. Sou filha de pai e mãe alcoólatras, separados. Passei minha infância na favela de Vigário Geral e Parada de Lucas. Cansei, Dr. Godoy, de ver crianças de 8 anos, 10 anos trocando tiros com revólver que não aguentavam segurar. Sei o que é a dor do nosso povo, da nossa gente. Sei o que é fome de trás para frente, de frente para trás. Sei o que é sonhar com o estudo para sobreviver, como vimos, hoje, professor, o menino do movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta falando. Eu também sou uma sobrevivente. Sei o que é sobreviver.



Quero dizer a vocês, de uma forma clara — se vocês quiserem me vaiar, faz parte —, que eu também votei a favor da redução (*apupos na plateia*), não porque quisesse. No Parlamento, às vezes, o partido nos pede. E eu não fui desonesta com a Comissão. Eu disse que não queria votar, mas o meu partido não me liberou. Eu quero dizer a vocês que política é jogo de interesse. (*Apupos na plateia.*) Olhem, deixe-me só... É opressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputada. Um minuto para a Relatora concluir.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Deixem-me concluir. Faz parte, pessoal. Política é jogo de interesses, desde que sejam lícitos e que tenham moral.

Nós vimos o PT votando ultimamente contra o povo, porque era necessário fazer ajuste fiscal. O Partido dos Trabalhadores votou recentemente contra muitas coisas que não queria votar. Os Deputados não queriam votar. Eu vi os meus companheiros votando contra a vontade. Isso, infelizmente, acontece conosco.

Agora, eu quero dizer a vocês que eu posso ter perdido uma luta, mas não perdi a batalha. E não vou desistir de lutar pelo jovem, não vou desistir de lutar pelo negro, não vou desistir de lutar pelo meu povo e não vou desistir de lutar pelo meu País. Vou lutar pelas mulheres.

As mulheres, Gilberta, são minoria no Parlamento, no Parlamento Estadual, no Parlamento Municipal. Eu vim aqui atender o Deputado Luiz Couto, com várias demandas de violência contra as mulheres. Eu recebi um caso aqui de uma mulher que ficou presa mais de 3 meses, debilitada. Nós estamos pedindo deslocamento de competência para Brasília. Às vezes, gente, nós perdemos uma luta, mas nós não perdemos a batalha.

Eu quero dizer que, enquanto Deus permitir, vou lutar pela CPI, porque eu acredito num país mais igual e mais justo. Então, estou aqui para ouvir. Já fiz isso na parte da manhã e farei na parte da tarde. E, enquanto Deus permitir e eu estiver naquele Parlamento, lutarei pelo povo do nosso País.

Muito obrigada. Boa tarde. Obrigada pela paciência. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Vamos lá pessoal.



Primeiro, quero dizer que a Relatora entregou o relatório preliminar em meio a um grande debate: se a CPI deve concluir pelo genocídio ou não. Parte da sociedade não quer reconhecer que há duas formas de genocídio: o genocídio das mortes físicas, mas, acima de tudo, o genocídio das mortes simbólicas de mais de 500 anos, em que os negros não tiveram oportunidades e políticas públicas.

A Relatora, no seu relatório preliminar, na quinta-feira, definiu que há, sim, um genocídio no Brasil. Portanto, ela tem a minha confiança, porque eu acho que essa parte da redução é uma parte muito importante. Nós temos debatido permanentemente sobre isso. Mas nós temos uma grande caminhada pela frente e precisamos, no Brasil, de uma pactuação republicana; precisamos mexer na Constituição, fazer planejamento estratégico, criar o fundo nacional para a SEPPIR — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A SEPPIR não avançará se não colocarmos um fundo — dinheiro, recurso — para fazer as políticas afirmativas no Brasil. É o nosso Ministério da Igualdade e Promoção Racial. O conjunto de políticas que nós vamos ter que fazer para eliminar e para reduzir os homicídios terá que ter prioridade, terá que ter foco, terá que ter políticas afirmativas.

Portanto, nós queremos aqui não só o voto e a lealdade nessa temática da Deputada Rosangela Gomes, mas também o voto e a parceria do Deputado Wilson Filho no sentido de fazer um relatório ousado, que federaliza casos emblemáticos, que altera a Constituição, que faça planos de metas, que reconheça que existe genocídio no Brasil.

Nós já aprovamos um requerimento para que a Mesa Diretora e a Comissão de Direitos Humanos possam ir à OEA, nos Estados Unidos, para denunciar o genocídio que há no Brasil. Isso implicará medidas que o Estado brasileiro vai ter que tomar e adotar. Portanto, eu quero pedir ao Deputado Delegado Edson Moreira um voto de confiança no relatório final.

Portanto, em parte da luta, lutamos separados, mas, no todo da luta, eu quero aqui dar a palavra de que esses companheiros estarão conosco.

Então, vamos desfazer esta Mesa. Quero designar o Deputado Luiz Couto e a Deputada Rosangela Gomes para fazerem algumas oitivas e depoimentos reservados. Vamos desfazer esta Mesa, agradecendo ao Deputado Damião



Feliciano, que nós ajudou muito aqui, e também ao Deputado Wilson Filho e ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Vamos à próxima Mesa. Vamos começar ouvindo a sociedade civil. Enquanto se compõe a Mesa... A primeira a falar será a Sra. Vânia Fonseca, da sociedade civil. Antes, quero chamar para compor a mesa, representando Aléssio Trindade, que foi nosso Secretário de Ensino Tecnológico na expansão das escolas técnicas do Brasil — um ator muito importante —, a Sra. Roziane Marinho Ribeiro; também a Sra. Vanessa Sobreira, da Secretaria Executiva de Saúde, representando a Sra. Roberta Abath, Secretária de Saúde do Governo; o Sr. José Godoy Bezerra de Souza, do Ministério Público Federal; o Sr. José Roberto da Silva, Gerente Executivo da Igualdade Racial do Município; o Sr. Luciano Bezerra, do movimento LGBT; o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Frei Anastácio. Essa é a primeira Mesa. *(Pausa.)* O Padre Saverio está presente? *(Pausa.)* Convido o Deputado Anysio Maia para compor a Mesa.

Vamos fazer a primeira Mesa. Vamos iniciar aqui com a Sra. Vânia Fonseca, para fazer uso da palavra por 5 minutos. *(Palmas.)*

Peço um pouco de silêncio para garantir a fala dos nossos convidados, dos representantes das entidades e também do Plenário. Nós vamos intercalar a fala da Mesa, de gestores, de representantes de órgãos do Governo e também dos representantes da sociedade civil e do Plenário.

Então, com a palavra a Sra. Vânia Fonseca, por 5 minutos.

A SRA. VÂNIA FONSECA - Boa tarde a todas as pessoas. Em nome do Deputado proponente, eu cumprimento toda a Mesa. Gostaria também de expressar os meus cumprimentos a todas as pessoas representantes das organizações governamentais, não governamentais; a todas as pessoas religiosas presentes — a bênção. O interessante é que hoje é um dia simbólico para quem acredita em Orixá — sexta-feira, dia de Oxalá, o Orixá da paz. Axé para todos.

Então, nos 5 minutos... Eu estou aqui como representante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Companheiros e companheiras, um pouquinho mais de silêncio, porque senão nós não vamos conseguir fazer um diálogo aqui.



A SRA. VÂNIA FONSECA - Obrigada.

Sou representante, também, da ONG Bamidelê, que é uma ONG de mulheres negras, feministas e ativistas. Então, são duas entidades que registram a presença nessa campanha pela vida da população negra (*palmas*), especialmente neste momento, no segmento da juventude.

Gostaria de ressaltar que aqui estou enquanto Bamidelê. E a Bamidelê se sente, neste momento, como uma entidade que tem um perfil familiar, porque todas as mortes e todas as agressões cometidas contra a população negra nos ferem frontalmente, pois o que nos une é a ancestralidade, companheiro Luiz. Também estamos como uma ONG cidadã; e, como uma ONG cidadã de mulheres brasileiras, nós queremos ser donas desse território que hoje chamamos de Brasil, que ainda não é nosso.

Quero dizer aqui que, como organização não governamental... Quem sabe o que é uma ONG sabe que ela tem uma limitação de atuação. Nós não temos verbas públicas. Muitas vezes, em muitos anos, nós mantemos a Bamidelê com os salários que nós batalhamos em outros espaços. Então, dentro dessa limitação, nós atuamos também no apoio às pessoas vítimas de violência de toda natureza, especialmente as mulheres negras. E, com essa limitação, algumas ações têm registros, outras não têm registros, porque nós atuamos enquanto mulheres — temos coração, temos afeição e podemos dispor dos nossos recursos próprios para atuar.

Mas entendemos que precisamos registrar as nossas ações. E uma dessas ações que nós registramos é um dossiê, que foi sistematizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba. Nesse dossiê, que será apresentado à OEA, como já citaram aqui, nós temos alguns casos que a Bamidelê acompanhou, e vamos usar esses casos como simbólicos, emblemáticos desta violência que assola a Paraíba.

Não vou ler o dossiê, vou citar apenas alguns casos. São três casos, ou melhor, dois casos e uma situação.

Então, nesses casos que a Bamidelê acompanhou, nós vamos encaminhar à OEA o caso da angolana que foi vítima de racismo, por algum tempo, aqui em João Pessoa. A angolana vivia numa forma de exploração de trabalho escravo. Ela foi convidada para trabalhar aqui na Paraíba e foi submetida a uma situação de



trabalho escravo. E a Bamidelê, juntamente com a advogada Laura Berquó, fez todo o acompanhamento dessa angolana, até finalizarmos.

Nós temos aqui vários casos, que registramos, de genocídio do povo negro. Nós vamos informar à OEA o caso do estudante pedreiro, capoeirista e negro, Edjackson da Silva Ferreira, de 17 anos, que foi assassinado no bairro Valentina de Figueiredo. Temos várias situações. Aqui, queríamos registrar a discriminação, agressão, violência sofrida pelas pessoas que são de candomblé, umbanda e jurema, aqui nesta terra paraibana. Nós detalhamos um caso acontecido em 2010 com uma nossa ialorixá. Quem mora aqui na Paraíba sabe que foi o caso que envolveu a Mãe Renilda.

Então, este é o posicionamento da Bamidelê neste momento. É uma pequena contribuição, nesta grande luta. Estamos todos, agora, dando as mãos para caminharmos.

Axé para todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra, por 5 minutos, representando a Secretaria de Estado de Educação e o Secretário Aléssio Trindade, à Sra. Roziane Marinho Ribeiro.

A SRA. ROZIANE MARINHO RIBEIRO - Boa tarde a todos! Boa tarde ao Deputado Reginaldo Lopes, através do qual eu cumprimento os demais representantes da Mesa.

É um prazer participar deste momento, um momento oportuno, um momento importante. Esta é uma temática extremamente relevante, em que discutimos e pensamos em ações concretas de solução e de diminuição do problema da violência da juventude negra.

Eu gostaria de fazer uma referência primeira à Meta 16 do Plano Estadual de Educação, cujo plano, na semana passada, foi votado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado. Essa Meta 16 faz referência à ampliação da oferta e garantia de acesso e permanência, melhorando a qualidade da educação escolar quilombola.

Então acho que essa Meta 16 representa uma conquista significativa e tem uma relação direta com essa questão que estamos discutindo. Na medida em que melhoramos as possibilidades de educação, na medida em que melhoramos as condições de educação, entendemos que isso contribui significativamente para a



redução da violência, da criminalidade, e entendemos ser este um caminho bem mais interessante e bem mais produtivo do que pensar em redução da maioria penal. Acho que uma educação de qualidade, essa, sim, pode trazer respostas significativas à sociedade e respostas significativas à ação dos jovens na escola.

Essa Meta 16, à qual eu faço referência, inclui-se dentro das políticas públicas de educação, e, como vocês todos sabem, o Plano de Educação é um plano de Estado, não é um plano de governo. Ele ultrapassa os limites governamentais e políticos, daí a sua importância.

Então, cabe a todos vocês conhecerem o Plano Estadual, conhecerem as estratégias que estão vinculadas a essa meta e buscarem cobrar a execução dessas metas. Eu, enquanto representante de Estado, coloco-me nessa condição também de fazer com que essa meta seja cumprida.

Com relação a ações mais específicas da Secretaria de Educação, quero fazer referência, sobretudo, a dois projetos que nós temos que trabalham na busca da diminuição da violência, na busca da desconstrução da cultura de violência. Um primeiro projeto é chamado Liga pela Paz, que é de base, em que nós trabalhamos com as crianças e, agora, incluímos os pais também. Então, esse é um projeto que discute as relações humanas, as relações sociais. Nós estamos tendo respostas significativas em relação à execução desse projeto.

E o outro projeto é o Se Sabe de Repente, que é mais voltado para os alunos de ensino médio. Esse projeto é desenvolvido pela Secretaria Executiva de Juventude, que está vinculada à Secretaria de Educação, tem trabalhado com áreas de vulnerabilidade e tem colocado como foco principal a juventude. E nessa juventude se insere, obviamente, a juventude negra.

Eu não tenho muito tempo aqui, acho que meu tempo até se esgotou, mas eu queria ressaltar ações que estamos executando e ações que entendemos serem importantes para diminuirmos a questão da violência e da criminalidade. Vejo a educação, como eu disse, como um caminho na busca dessa qualidade da sociedade que nós temos.

Então, é isso que eu gostaria de ressaltar. Obrigada a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra, então, para a Coordenadora do Fórum Estadual de Juventude Negra, Priscila Estevão. *(Palmas.)*

A SRA. PRISCILA ESTEVÃO - Primeiramente, boa tarde a todas as pessoas presentes! Peço benção aos mais velhos e aos mais novos. Também sou de axé, sou do candomblé, e a gente tem essa tradição de sempre pedir licença, antes de falar, a quem vem antes da gente. É da cultura africana; então, em respeito a isso e por seguir isso, faço-o neste momento.

Vivemos uma conjuntura, enquanto juventude negra, de desesperança, eu poderia dizer, porque, por todos os lados, somos atacados e atacadas. Há o extermínio crescente por morte, seja pela polícia, seja pelo que chamam guerra ao tráfico, ou até mesmo como vítimas da violência urbana, e agora estão querendo promover o encarceramento em massa da juventude negra brasileira, com uma proposta do Congresso.

Infelizmente, os Deputados que votaram a favor não estão mais aqui presentes, mas reforço e endosso a palavra de ordem dos meus companheiros e companheiras que estão aqui presentes de que redução não é a solução, não é e jamais será a solução. *(Palmas.)*

É uma vergonha! Eu posso dizer que é uma vergonha e acredito que os meus companheiros e companheiras também corroboram a vergonha de que, dos nossos 11 Parlamentares, daqueles que se dizem representantes do povo, a favor do povo, apenas 2 votaram contra a redução da maioria penal. Dois deles estavam aqui; um deles, o Deputado Wilson Filho, é o nosso representante.

Infelizmente, temos esse tipo de representante na Câmara, compondo o Congresso Nacional, e eles não vão cansar. Assim, faço a minha fala no sentido de convocar os movimentos sociais a engrossar as trincheiras dessa batalha, porque não vai ser fácil. Precisamos estar unidos e unidas contra a redução da maioria penal, porque, do contrário, serão mais jovens negros e negras encarcerados, jogados vivos em valas, esquecidos pelo Estado.

Já não basta, nas nossas comunidades, a ausência de políticas públicas fundamentais, como saúde, educação, moradia e saneamento básico? Já não basta sermos vítimas disso, termos que conviver, desde criança, com a naturalização e a



banalização da violência, reforçada pela mídia, principalmente a mídia paraibana, que, todos os dias, com programas como o do Samuka e o do Jota Júnior, expõem nossos corpos, expõem nosso sangue, violentam-nos, expõem-nos ao ridículo, nesses programas policiais de meio-dia? Almoçar com sangue é natural aqui na Paraíba, e não é diferente nos outros Estados. *(Palmas.)*

A gente precisa também, já no sentido de propor, fazer a regulação dessa mídia, porque ela está a serviço de uma minoria burguesa branca, está a favor da mortalidade da juventude negra, da criminalização, da violência para com a juventude negra, da violência com relação aos nossos *rap*, à nossa cultura. Ela está a favor, por exemplo, de casos como o do aluno do Pitoco, que não tem investigação. Isto é comum na Paraíba, os casos não terem investigação, não serem levados à investigação. Mas a mídia está ali, está ali para apontar, colocar o dedo na ferida e dizer que ele é o culpado da violência que ele próprio sofre.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRISCILA ESTEVÃO - Pois é. E aí eu vejo, por exemplo, Pitoco emocionado, porque toda vez que ele fala, defendendo um aluno dele que morreu, ele sempre traz emoção. É a mesma emoção que nós carregamos na nossa militância, no nosso dia a dia, na universidade, porque a universidade é um espaço racista também, em que as nossas pautas não têm visibilidade. E aí, nas redes sociais, temos que ver todos os dias corpos de jovens sendo expostos e ainda sendo colocados como culpados pela violência que eles sofrem todos os dias.

Nesse sentido, reforço — também como comunicadora, porque sou formada em Comunicação — que é preciso que esta CPI também leve como uma das questões fundamentais a regulação das famílias, que também nos exterminam, que também nos privam de direitos, que também nos matam, que também reforçam o pensamento racista de que jovem preto tem que ir para cadeia, de que jovem preto tem que levar uma bala na cabeça, de que jovem preto tem que ser morto, de que jovem de terreiro não pode andar com sua guia, de que jovem de terreiro tem que ter seus terreiros invadidos, sua fé violada, seu sagrado violado. A mídia está a serviço disso.

Chamo a atenção, também, do poder público que está aqui presente. Pouco, infelizmente pouco, tem sido feito, principalmente nos casos de racismo ambiental.



Por exemplo, um terreiro nosso foi invadido lá em Cabedelo, o sagrado foi violado, depredado em Santa Rita. Pouco tem sido feito por parte do Ministério Público, da Justiça, com relação à violação dos nossos terreiros. E o que dirá dos casos de violência com a juventude negra! É preciso mais ênfase. O Movimento Negro está aqui para reivindicar. Ele não vai construir políticas públicas, não vai implementar políticas públicas. É preciso compromisso do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos Municipais. A responsabilidade de acabar com o extermínio da juventude negra é de todos e de todas. A responsabilidade de acabar com o racismo, com o sexismo, com o machismo, é de todos, assim como a responsabilidade de acabar com a LGBTfobia, com a intolerância religiosa, é de todos, não só de alguns, em seu quadrado, militando pelo que acredita, é de todos e de todas. Estamos aqui para lutar pelos direitos humanos, pelo direito a uma vida digna.

Sr. Presidente, os casos estão aí. Em Santa Rita existem vários casos emblemáticos, que não têm tido a devida atenção por parte da segurança pública, não só em Santa Rita, mas em Bayeux, cidade de onde eu venho, de João Pessoa. No sertão, a realidade é bem pior.

É preciso mais empenho dos poderes públicos de investigar essas mortes, de apurar as violações dos direitos da juventude negra, das mulheres, dos nossos terreiros, não somente quando são casos emblemáticos, mas todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Priscila.

A SRA. PRISCILA ESTEVÃO - Essa é a minha contribuição, obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Priscila. Só quero dizer para Priscila que a CPI convocou, por requerimento de minha autoria, as quatro maiores emissoras: *SBT*, *Record*, *Globo* e *Band*. Por quê? Porque, de fato, esse é um dos grandes problemas. A mídia tem responsabilidade em ter decretado o silêncio sobre as mortes dos negros no Brasil.

Se a mídia tratasse a morte de jovens negros e pobres, como trata quando morre o filho de um Deputado, de um Prefeito, de um Governador — não quero que morra ninguém —, de um médico, de um branco, o Brasil não estaria na inércia em



que se encontra hoje. Então, a mídia é responsável, junto com parte da sociedade, pelo silêncio e pela naturalização da morte dos negros no Brasil.

Há 15 dias, no Estado de São Paulo, houve uma perseguição de 1 hora a um suposto assaltante, um motoqueiro com um garupeiro. Esse fato foi exibido na televisão, ao vivo — na *Band*, na *Record*, em um programa do Marcelo Rezende e no programa do Datena. O Marcelo Rezende chegou a dizer: “*atira, mata, faz igual à polícia americana. Mata, mata!*” Depois, no final, os meninos não haviam atirado. Eles atiraram, derrubaram esses supostos assaltantes — não sei. E o pior, flagrantemente, os programas de televisão mostraram, mas depois tentaram esconder as imagens. Eles pegaram o revólver dos meninos e atiraram, o que chamamos de alterar a cena do crime.

Foi por isso que convoquei essas emissoras de TV. Nós precisamos ter um novo diálogo. Eu não convoquei nem o Marcelo Rezende nem o Datena, porque não quero dar IBOPE a esses dois personagens. Nós temos que fazer um diálogo com a mídia, com quem orienta os programas de televisão no País, com os programas jornalísticos e também com as novelas, que não fortalecem e não mostram os negros, a sua identidade e a sua cultura. Quando os negros aparecem é de maneira pejorativa, ou então em novelas de época.

Nós queremos um novo diálogo com a mídia brasileira nesse sentido, mas também vamos procurar alguma matéria legislativa que sinalize nessa direção. Evidente que essa não é uma briga pequena, é uma briga bem boa. Se quiser brigar com alguém, brigue com os grandes, não mexa com os pequenos.

Vamos passar a palavra para a nossa companheira Maura Vanessa, Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Saúde, que está representando a Secretária de Saúde, Sra. Roberta Abath.

A SRA. MAURA VANESSA - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, especialmente o Movimento Negro, e todos que estão nessa luta pela igualdade de direitos e oportunidades. No tocante à saúde, dialogando a partir de uma perspectiva de uma das políticas sociais que mais busca defender o princípio constitucional da equidade no Sistema Único de Saúde, enquanto representante do Estado, posso apontar um conjunto de avanços que nós tivemos nos últimos 5 anos, com a implementação de uma política de saúde voltada



à população negra. E essa política, embora tivéssemos um desenho nacional em 2009, começa a ser instituída em 2011, na Paraíba. E aí nós temos dados que revelam a implementação dessas políticas e um conjunto de desafios que nos colocam constantemente no diálogo junto aos gestores municipais, junto aos movimentos, para que realmente possamos trabalhar o componente equidade, a partir da questão étnico-racial. E aí, quando a gente olha para alguns dados, a Paraíba é o Estado do País que está em segundo lugar — só está atrás do Piauí — em relação à cobertura da atenção básica. Nós tínhamos uma cobertura de saúde da família de 94,7%. E destaca-se que, dentro dessa cobertura, 70% da população cadastrada no Saúde da Família afirma ser negra. E aí é onde a gente vislumbra a necessidade da efetivação de um conjunto de ações, tanto pelos Municípios, em apoio pelo próprio Estado, para que a gente realmente possa garantir a equidade. No Estado, nós temos isso contemplado no nosso Plano Estadual de Saúde. No Plano Estadual de Saúde, há uma diretriz específica, a Diretriz 6, que apresenta como desafio a implementação da Política de Atenção à População Negra, Quilombolas e Comunidades de Terreiro. Destaca ainda que nós temos um decreto de 2012, que apresenta a inclusão do quesito raça, cor nos sistemas de informações, prontuários e correlatos no serviço de saúde, para que a gente possa, inclusive, ter registros e construir ações afirmativas no que se refere à população negra. Destaco, ainda, que desde 2012 temos um comitê, que é intersetorial, técnico de saúde da população negra, comitê esse que tem na sua constituição uma paridade entre movimentos e governo. E, a partir deste comitê, a gente vem discutindo um conjunto de ações na perspectiva da implementação da política estadual, que vem nessa luta desde 2011. E aí a gente reconhece que, no campo da atenção à saúde, por dentro da estruturação das redes de atenção à saúde, nós conseguimos hoje — nós já temos implantadas, por dentro da rede de atenção materno-infantil — triagens específicas que trabalham, por exemplo, a questão da doença falciforme, serviços de referência para essa demanda no Estado, ampliação de um conjunto de ações voltadas para as mulheres. E aí quando a gente fala na violência sexual, por exemplo — a gente sabe que as mulheres negras sofrem muito com essa questão também —, nós temos serviços de referência espalhados por todas as macrorregiões do Estado, com profissionais capacitados, com protocolos



implantados, que atendem também a essa demanda específica. Estamos em processo de construção, junto à Secretaria Executiva de Juventude, do Plano Estadual de Juventude, que vai contemplar o eixo promoção à saúde, prevenção e recuperação.

Na Paraíba, nós temos tido uma forte discussão de apoio aos Municípios. Inclusive, recentemente, nós fizemos a capacitação de todos os agentes comunitários de saúde do Estado e de técnicos de enfermagem, na política de redução de danos. A nossa rede de atenção psicossocial do Estado é a maior do País. Nós temos 94 serviços funcionando, inclusive de atenção a usuários de álcool e outras drogas, que atendem à população jovem. No Estado, nós temos, em implantação, a política de redução de danos.

Destaco, ainda, que a gente vem trabalhando o componente formação. Nas capacitações e nos processos de educação permanente, a gente vem trabalhando, também, a questão do racismo, inclusive o racismo institucional, como forma de levar essas discussões para dentro dos próprios serviços de saúde.

Ainda no fortalecimento da participação popular, no próprio Sistema Único de Saúde, entendemos que o nosso comitê técnico, que tem uma agenda regular, vem fazendo o seu papel. Este ano, nós temos o fortalecimento desse processo através da Conferência Nacional de Saúde. Esse comitê vem acompanhando a execução dessa política estadual voltada para a população negra.

Enfim, entendemos que temos um conjunto de desafios, que a saúde se faz de forma articulada — não só os Estados, mas também Municípios e Governo Federal precisam estar juntos nessa caminhada —, que a violência é uma questão de saúde pública. E aí a gente precisa trabalhar essa questão a partir de processos que trabalham os componentes educação, promoção e também inclusão.

Estamos à disposição, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nesse diálogo constante, através do nosso Comitê Técnico de Saúde da População Negra, junto aos movimentos sociais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Maura Vanessa, que está representando a Secretaria de Estado de Saúde.

O próximo a falar é o Moisés Alves, que representa o Movimento Negro de Campina Grande.



O SR. MOISÉS ALVES - Boa tarde a todos e a todas.

É costume nosso — somos simpatizantes e vamos a terreiros — saudar, primeiro, os nossos antepassados, sem os quais, evidentemente, aqui nós não estaríamos.

Eu gostaria de quebrar um pouco o protocolo e saudar a Mesa, em nome do Roberto, representante da Secretaria, nosso companheiro negro de militância. Eu também gostaria de saudar a plateia, em nome do Prof. Ariosvalber de Sousa, companheiro do Movimento Negro de Campina Grande, e da companheira Yalorixá, Mãe Gorete, de Campina Grande. *(Palmas.)*

Eu estou, o tempo inteiro, pedindo licença para registrar dois nomes importantes do Movimento Negro da Paraíba, companheiros de militância de quase 30 anos: o João Balula e a Maria do Céu, que foi ceifada, violentamente, pelo companheiro, lá no Quilombo do Talhado, em Santa Luzia. Em homenagem a essas pessoas, eu gostaria de pedir licença à plateia para fazermos 1 minuto de silêncio.

Eu pediria a vocês que ficassem de pé para fazer 1 minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. MOISÉS ALVES - Muito obrigado. Axé!

Companheiros e companheiras, CPI, eu gostaria de pontuar minha fala, rapidamente, em duas questões para mim extremamente primordiais. Primeiro, eu sou professor da Universidade Federal de Campina Grande, especializado em educação para as relações étnico-raciais, e muito me preocupa quando se coloca a questão da violência com o povo negro.

Eu nasci na favela, num bairro chamado José Pinheiro, zona leste da cidade, muitas vezes tido como perigoso. Coincidências ou não, o Bairro José Pinheiro, que está na zona leste, é o que mais concentra a cultura dos terreiros e da diversidade da cultura africana, em Campina Grande. Eu via muitos estudantes, filhos de companheiros trabalhadores, companheiras trabalhadoras, e ficava muito assustado, via, Deputado Damião Feliciano, alguns atos racistas, e eu não entendia e nem sabia o que estava acontecendo, na verdade. Fui crescendo vendo aquela situação, ora de violência, ora de discriminação. Mas num dado momento da vida, no Colégio Estadual de José Pinheiro, aprendi, companheira Suzany, que estava na hora de reagir. Parecia que o eco se fazia ouvir em algum instante, e eu começava a



entender que a porta da cidadania era uma coisa chamada educação. Mas como se pode fazer educação se há a lei — Lei 10.639, Lei 11.645 —, mas os gestores da educação muitas vezes nem cumprem e nem deixam cumprir! Eu sei muito bem o que estou dizendo. Quantos eventos criamos na comunidade, quantos eventos criamos na escola! Ou os professores não querem ir, ou os gestores proíbem, ou proíbem os alunos, e assim vão fazendo uma campanha também racista pelo viés da educação.

Outro ponto que me preocupa muito: a mídia. E aí trouxe para que os senhores e as senhoras pudessem ver. Quando se trata da mídia — a companheira que estava falando antes de mim falou disso —, é verdade, a mídia trabalha um viés racista: branco, dominador e discriminador. É por isso que o Movimento Negro é contra essa questão da maioria penal, porque as grandes vítimas serão, novamente, os que foram vítimas da escravidão deste País: o povo negro.

Jornal do dia 1º de julho agora diz que risco de morte é alto para menores entre 16 e 17 anos no Estado da Paraíba. *“Homicídio de crianças e adolescentes triplica na Paraíba”, Jornal da Paraíba* do dia 1º de julho.

Essas questões são perversamente alimentadas pela mídia, no calor dessa discussão, para agradar a dominação de um país racista. E aí não é mais tão velado, não, é escancarado. Esse viés é alimentado inclusive por colegas professores, dentro das salas de aula, e é alimentado, também, com a intolerância religiosa, o que não é tão velado assim. Preconceito contra religião de matriz africana ou de matriz indígena é um preconceito trabalhado dentro das escolas. E é preciso que o Secretário de Educação e os governos em todos os níveis combatam esses educadores que trabalham apenas uma ponta de um Estado que se diz laico. É preciso que combatamos isso. Por essa razão, vou continuar parabenizando o Movimento Negro em âmbito nacional, em âmbito estadual, seja nas academias, seja nas periferias, seja nas comunidades. O Movimento Negro é a bandeira, sim, em defesa da cidadania. Portanto, todos nós somos contra a maioria penal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. José Godoy Bezerra de Souza, do Ministério Público Federal.



O SR. JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes, em nome de quem saúdo toda a Mesa. Eu também gostaria de saudar o Dr. Jean Francisco Nunes, Secretário Executivo de Segurança Pública; o Padre Bosco, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, em nome de quem saúdo toda a plateia aqui presente. Inicialmente, eu queria agradecer pelo convite feito ao Ministério Público Federal, Deputado Reginaldo Lopes. Nós nos sentimos bastante honrados com esse convite. Saiba que este é um tema que vem sendo objeto de nossas preocupações. Eu, como Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado da Paraíba, já instaurei, desde o ano passado, o Inquérito Civil Público nº 2.944, de 2014, para tratar deste assunto.

Mas, antes de falar do nosso inquérito e das nossas pretensões, eu gostaria de parabenizá-lo pelos trabalhos desta CPI. Desde manhã acompanhei os trabalhos desta CPI lá em Santa Rita, o que me impressionou pelo foco. Achei o foco muito adequado — a percepção de que temos um genocídio da juventude negra. Eu fico analisando os dados e pensando que um jovem pobre, negro, no Estado da Paraíba, conseguir passar a sua juventude e chegar à idade adulta, hoje, é um desafio muito grande. Está muito difícil ele conseguir passar por essa fase. É uma fase de risco. Os índices para este grupo são altíssimos. V.Exa. falou, se não me engano, de um índice de mais de 100 jovens mortos para cada grupo de 100 mil habitantes. Se esse recorte for para pobres e negros, eu acho que vai ultrapassar 500 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Então, é um genocídio, sim. V.Exa. tem razão. Eu também acho que o foco neste recorte está absolutamente acertado. Acompanhei os trabalhos. E o que me chamou atenção, Sr. Presidente — eu, como jurista que sou —, é que temos visto no Congresso o caminho mais fácil — e aí vou fazer uma crítica —, é o que chamamos de populismo penal. Aumentou a violência e aconteceram mais alguns crimes, então, o Congresso faz uma lei endurecendo as penas ou diminui a maioria penal, faz algum cala-boca para a sociedade e deixa de lado. Esse caminho que V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes, trilha é o caminho mais difícil. O caminho mais fácil seria criar uma lei ou então dizer que votou a favor da maioria penal e dizer: *“Resolvi o meu problema”*. O caminho de buscar razões, o caminho de discutir estrutura de segurança pública, o caminho de verificar



como está a questão dos direitos humanos, como está a situação desta população, é o caminho mais difícil, mas é o caminho correto. Quanto ao Congresso Nacional, respeitando as posições contrárias, tenho a lamentar a aprovação da Emenda nº 171, se não me engano. É realmente lamentável essa aprovação! A Constituição de 1988 trouxe um cabedal de direitos e garantias para as crianças, direitos esses que nunca foram implementados. Antes mesmo de esses direitos e essas garantias serem implementados, resolvem dizer: *“Não, vocês não são mais adolescentes, vocês não têm mais essas garantias. Vamos retirá-las.”* Realmente, esse é um caminho que eu tenho a lamentar.

E é preciso dizer o seguinte: se violência trouxesse segurança pública, nós seríamos o país mais seguro do mundo. Nós temos uma mídia que estimula a violência, sim. Isso é verdade. Temos um sistema presidiário dos mais violentos que se tem notícia. É algo surreal, em que qualquer respeito à pessoa humana ali está distante. Um sistema de uma violência tremenda! Nós temos uma polícia que ainda tem um alto índice de letalidade, um dos mais altos do mundo. Nós temos uma população violenta, como bem disse o Deputado logo cedo, e mesmo assim não temos segurança pública. Está na hora de refletir se com esse caminho de mais violência vamos chegar a algum lugar.

Deputado, eu vi a sua sugestão de criar CPI nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas de cada Estado. Dentro do Ministério Público Federal, como eu disse, nós instauramos o inquérito civil público, no ano passado. Já tivemos conversas bem interessantes com a Secretaria de Segurança Pública, inclusive com os comandos das duas polícias.

Neste período, o Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal apresentou uma proposta para realizar uma cartografia social da violência no Estado da Paraíba. Isso, eu até escutei do Secretário de Segurança Pública, Dr. Cláudio, que diz que não podemos enfrentar o que não conhecemos. Então, a Universidade apresentou um projeto de pesquisa que está sendo apreciado pelo Ministério da Justiça, para que tenhamos um mapa cartográfico a partir da vitimologia e da etiologia dos crimes, a fim de que tenhamos, realmente, sugestões a serem apresentadas. Esse é um trabalho a ser realizado com vários órgãos, com a



Secretaria de Segurança Pública, com o Ministério Público Estadual, com a Universidade. Eu acredito muito nesse trabalho.

O inquérito civil público trata de outras questões, como, por exemplo, continuarmos esse debate tão profícuo e tão importante que se abriu hoje aqui. A nossa pretensão é de que, entre agosto e setembro, façamos outro evento desse, Deputado — e o senhor está convidado desde já —, para voltarmos a debater e a analisar esses números. Vamos manter essa discussão. Não podemos discutir violência apenas quando acontece algum crime que nos choca por algum motivo. Todos os crimes são chocantes, precisam de apuração, e há um prejuízo social, humano e de toda natureza, com certeza, com as vítimas.

Obrigado pelo convite. Parabéns, Deputado!

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Primeiro, Dr. José Godoy, mande-me o processo, que vamos tentar ajuda-lo, no Ministério da Justiça, junto com a Universidade. Também vamos, juntos, construir uma agenda aqui em setembro. Estamos à disposição.

Acho que a ação do Ministério Público aqui do Estado também pode ser uma frente de luta, para que possamos incentivar os demais, criar núcleos dentro do Ministério Público Federal, para fazermos esse inquérito civil público, a fim de dar mais visibilidade à temática.

Então, quero pedir ao senhor que me ajude no Ministério Público Federal a implantar esses inquéritos em todos os Estados também.

O SR. JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA - Certo. Inclusive, Deputado, quanto à sua sugestão de criação de CPI no Legislativo Estadual e Municipal, eu queria deixar em aberto e dizer que nós já temos discutindo de forma mais avançada com a Universidade. Eu gostaria de deixar claro que também estamos de portas abertas para participarmos do debate nos Legislativos Estadual e Municipal. Eu acho que esse é um debate que tem que envolver todos. Ele não pode parar e, principalmente, não pode ser apenas acionado quando acontece algo que nos choca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.



Vamos passar ao próximo orador, Geraldo Almeida, que está representando a Juventude Terreiro. *(Pausa.)*

Com a palavra a Sra. Paula. Houve uma substituição. Desculpe-me.

Quero registrar aqui a justificativa da Deputada Estadual Estela Bezerra, do PSB: *“Ela está em uma viagem internacional, numa missão referente à política e tecnologia da informação e deseja a todos uma boa audiência. Mayara de Fátima Martins e Souza, Chefe de Gabinete da Deputada Estela Bezerra”*. Registro, também, a presença da Joana, que está aqui acompanhando presencialmente.

A SRA. PAULA TEIXEIRA (Paula de Oxum) - Boa tarde a todos. Eu me chamo Paula de Oxum, sou laquequere do Ilê Axé Adagawra. Gostaria de saudar a Mesa, quebrando o protocolo, em nome dos meus irmãos e irmãs de axé. Novamente quebrando o protocolo, eu também gostaria de chamar, para fazer a fala comigo, a mãe Tuca, porque ela vai precisar se ausentar. Acho que a fala dela também é importante neste momento. *(Palmas.)*

Enquanto juventude de terreiro, eu gostaria de denunciar as igrejas neopentecostais que estão atacando de forma incisiva os nossos terreiros. Aqui em João Pessoa, nós temos um terreiro que está sendo atacado por essa igreja neopentecostal.

Também gostaria de denunciar, como um crime ambiental, o que aconteceu há uns 15 dias. Um companheiro nosso teve o seu terreiro destruído pelo poder público. Na verdade, foi um crime ambiental. Eu gostaria de chamar a atenção do Ministério Público, do poder público, da Gerência de Igualdade Racial para que cheguem junto. Por quê? Porque os jovens que estão inseridos nesses terreiros também sofrem com isso. Eles estão lá, fazem parte daquela comunidade e estão sofrendo com tudo isso.

Gostaria, também, de denunciar a mídia, que fica o tempo todo deturpando a nossa imagem, enquanto terreiro. Na verdade, não é nem só enquanto juventude, mas enquanto terreiro também. A mídia fica o tempo todo acabando com a nossa religião, dizendo que nossa religião é demoníaca, que a nossa religião não é uma religião de paz. Eu gostaria de dizer que a nossa religião é, sim, uma religião de paz, de amor, de muita tranquilidade.



Gostaria de deixar aqui o amor dos orixás por todos nós. Nós somos privilegiados enquanto povo de axé. Nós somos escolhidos pelo orixá. Nós não o escolhemos.

Mãe Tuca, eu gostaria que a senhora viesse fazer a sua fala. *(Palmas.)*

A SRA. MÃE TUCA - Boa tarde a todas as pessoas. Eu sou Mãe Tuca d'Osoguiã. Estou Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Eu vou saldar o Plenário em nome de todos, porque cada um de nós carrega uma bandeira; cada um de nós, quando se levanta, vai para a luta, para tentar voltar para casa vivo, principalmente se for negro. Eu saúdo a Mesa em nome do meu querido Luciano, esse batalhador que admiro demais. Um cheiro, Luciano! E o meu cheiro é com "x", você sabe, não é?

Hoje, eu não sou muito boa de matemática, não. Eu não sei se é do conhecimento de todos, mas no dia de hoje, no ano de 1951, foi promulgada a Lei Afonso Arinos, que trata da discriminação.

Eu gostaria de dizer, que eu, Mãe Tuca d'Osoguiã, não moro em favela, porque favela não existe, existe comunidade. Eu não sou carente, porque não existe carência, existe grau de vulnerabilidade social. Esse é o termo correto.

Eu estou falando agora porque estou indo embora. Eu tenho 120 jovens negros e negras que fazem parte do NUFAC — Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra, o único núcleo da Paraíba.

Nós temos aqui representantes municipais, estaduais, do Legislativo. Estivemos agora no Fórum Dialoga Brasil, e vimos que Pernambuco, Ceará, todos já aderiram ao Pacto pela Vida, mas a Paraíba não aderiu. Por quê? Quantos negros vão ter que morrer para ficar claro ou escuro que nós estamos tendo uma faxina étnica? Eu não quero mais ligar o rádio. Eu não almoço com sangue, não, mas já tomei café com sangue, porque já tive um adolescente meu que levou um tiro na cara e ele virou uma estatística. Na minha casa, que não é minha, é do meu povo, tenho adolescentes que eu tirei das drogas. Enquanto movimento social, nós somos o braço do Governo, só que às vezes o Governo não nos vê.

A mesma coisa ocorre com a educação. O que é que se chama educação, se eu tenho a Lei nº 10.639 que não é implementada? O que é que eu faço com uma criança de matriz africana, que vai à escola, e é ridicularizada? Onde está a



educação? Onde está a igualdade de educação? Cadê a lei do meu povo? Se hoje nós estamos aqui foi o meu povo, foram os negros que não eram escravos, não. Quem veio para cá construir este Brasil foram príncipes, princesas que aqui foram feitos escravos. Cada narizinho chato, cada bumbum grandão, quer dizer que um negro passou pela família de cada um de nós.

Eu vou encerrar minha fala pedindo, como eu peço sempre, que implementem a Lei nº 10.639. Redução da maioria não é a solução. Se vocês estão pensando isso, vai ter aviãozinho de 14 anos e, quando a criança sair do útero já sai assim, com 9 anos já vai ser aviãozinho. (*Palmas.*) Vocês vão reduzir a maioria até quando, até a concepção? Quando eu estiver praticando o ato da concepção de uma criança, já se vai aplicar a redução da maioria, se ela nem nasceu ainda? Então, vamos repensar essa questão. Eu, a minha comunidade do Planalto Boa Esperança, a Casa de Cultura Ilé Asé d'Osoguiã, a minha benção, Paulo! Sou contra, somos contra a redução da maioria penal. Hoje deixei toda a minha comunidade reunida na minha casa, para vir para cá, para explicar o que é a redução.

Eu queria me despedir e dizer que vou deixar a Casa de Cultura a cargo do Coordenador Prof. Alessandro, que é o nosso representante na CADARA — Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, onde também temos assento, e eu peço: olhem mais pelo povo de matriz africana. Eu não cultuo satanás; pelo contrário, dou cidadania.

Eu estou cansada de ouvir que sou macumbeira, que eu e meus amigos somos macumbeiros, de uma pessoa estar sentada aqui — hoje é sexta-feira, eu estou de branco —, ao me ver, pular a cadeira e sentar na outra, porque eu estou de branco. Eu sou uma cidadã, pago os meus impostos, como o meu povo também paga. A violência está adentrando, cada dia mais, nos nossos terreiros. Basta você botar uma quartinha que você já passa a ser macumbeira. Eu não sou macumbeira, não. Eu sou membro de uma comunidade de matriz africana. Muito obrigada.

Boa tarde. Na minha religião, no meu dialeto, o iorubá... E eu até me esqueci de dizer um coisa: sou do povo banto, que foi o primeiro povo que chegou aqui. E há uma fala de Makota Valdina com relação ao Pacto pela Vida. Ela disse, no dia 6 de



junho, quando isso foi assinado, na Bahia, que ela gostaria de perder o medo e o ódio que tem da polícia. E eu faço minhas as palavras de Makota Valdina.

E no meu dialeto, a gente sempre diz assim: *òfè okàn*. Isso quer dizer que cada um de vocês, tendo ou não apoiado a redução, tendo ou não implementado a Lei 10.639, de 2003, está no meu coração.

Boa tarde e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra agora o Sr. José Roberto da Silva, Gerente-Executivo de Equidade Racial do Estado.

O SR. JOSÉ ROBERTO DA SILVA - Obrigado. Boa tarde a todas e a todos. Saúdo a Mesa e todos os presentes, os quais peço permissão para saudar na pessoa de Maria Luíza, militante negra e professora histórica aqui no Estado da Paraíba. (*Palmas.*)

Quero também, de modo especial, saudar o povo de terreiro aqui presente, mães de santo, pais de santo, esse povo, mais do que todo o povo negro junto, o povo de santo, o povo de terreiro, o povo de religião de matriz africana, carrega consigo, no seu corpo, na sua alma, as marcas do racismo, que são tão presentes, tão vivas na cultura brasileira e na cultura paraibana.

Eu quero trazer algumas reflexões sobre esse racismo, a fim de explicitar as causas que fazem com que tanta violência aconteça contra o povo negro.

Esta CPI tem como um dos seus propósitos tornar visíveis as causas e consequências do racismo e da violência contra a juventude negra.

A gente sabe que um conceito, uma ideia foi construída, o mito da democracia racial, que é muito responsável pela formação de todos nós que estamos aqui presentes, homens e mulheres, negros e não negros. Isso foi produzido lá pelos anos 30 do século passado e ainda hoje é muito vivo.

Eu não sei qual foi a mágica utilizada que formou tão bem (*falha na gravação*) que desconstruiu qualquer suspeita de que exista racismo. E esse valor, essa construção marca qualquer pessoa, independentemente do lugar que ela ocupa. Se é gestor ou gestora, acaba reproduzindo essas ideias, porque também foi formado com essas concepções. Pode ser que muitos militantes sociais, que trabalham em uma bandeira específica, também tragam essa questão do racismo no seu cotidiano, de modo que se vai explicitando isso.



Quando o movimento negro, que durante tanto tempo — podemos falar de séculos, inclusive, se nos reportarmos aos tempos dos quilombos — denunciou, rebelou-se, dizendo “não” a várias formas de opressão, aponta o racismo, isso é tido como algo ligado à fé, algo que uns acreditam existir, e outros, não.

E aí, muito recentemente, temos a evidência do importante papel da universidade, da academia, que se têm empenhado em desenvolver pesquisas e tem desnudado isso. Não é uma questão de acreditar ou não. O racismo existe! E ele se manifesta. Várias pesquisas explicitam, em dados, o quanto a população negra sofre com tanta desigualdade, seja no campo da saúde, seja no campo da educação. Quem tem menos anos de estudo? Feito o recorte racial dos alunos que se evadem da escola, pode-se ver que essa evasão tem cor. Quem acessa os piores serviços são pessoas que também têm cor, ou seja, essas pessoas são negras, ou pretas e pardas — preta ou parda se entende como negro, segundo o IBGE.

Na Paraíba, segundo o IBGE, a maioria da população é negra — 58,39% das pessoas se autodeclararam pretas ou pardas. Elas são negras. Parece uma diversidade racial, porque o Brasil é um país de mestiços, diversificado — nós temos o branco, o indígena e o negro —, mas essa diversidade não aparece quando examinamos esses dados, esses índices. A população negra aparece sempre despontando nos piores índices, haja vista as últimas pesquisas que colocam a Paraíba ocupando esses lugares que já conhecemos, com a diferença de 13 negros para 1 branco, quando se trata de homicídio.

Com isso, nós temos um desafio grande, que é enfrentar essa cultura, que já é consolidada. Nós precisamos fortalecer ainda mais os organismos que existem. É preciso que as iniciativas pensadas, criadas para o enfrentamento dessa realidade sejam fortalecidas, porque aquilo que nós temos até então tem sido visto ainda como não suficiente em termos de resposta da parte do poder público ou da iniciativa privada, que também tem muito a ver com essa situação e que precisa reforçar ainda mais aquilo que já vem sendo feito, a fim de enfrentar o racismo que afeta a população.

Obrigado. Era essa a contribuição que traria para hoje. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Registro a ausência do Vereador Bira, o Ubiratan, da cidade de João Pessoa, por motivo de doença. Desejo-lhe uma boa remuneração. Agradeço à Sra. Sandra Regina, sua chefe de gabinete, o comunicado. Quero aproveitar para pedir a ele que crie uma Comissão na Câmara de João Pessoa.

Passo a palavra a João Paulo Pitoco, que é capoeirista. *(Pausa.)* Não está presente. Se ele voltar eu o chamo.

Concedo a palavra a Rose Veloso, do Movimento da Criança e do Adolescente, da Pastoral. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra a Juliano Sales, do Movimento Negro do Sapé. *(Palmas.)*

O SR. JULIANO SALES - Estou um pouco nervoso, mas estou aqui.

Eu queria saudar a Mesa, em nome do meu conterrâneo sapeense José Roberto; o público presente, em nome da Mãe Gorete, de Campina Grande — peço sua bênção. Saúdo todos os senhores. Muito obrigado. Estou um pouco nervoso, mas estou aqui na luta.

Quero levantar a bandeira do povo de Sapé, que é a cidade de maior luta dentro do nosso Estado e do Brasil, que é a terra da Liga Camponesa, terra de Nego Fuba e de João Pedro Teixeira. *(Palmas.)* Aqui não é diferente. A juventude negra de Sapé está morrendo também. Lá faltam políticas públicas para a juventude do mesmo jeito. Venho levantar a bandeira da juventude do campo. A juventude do campo também morre, também sofre. Quero levantar a bandeira da juventude do interior, que é esquecida. Também morreremos.

Saúdo o meu companheiro Israel, de Guarabira. Estou um pouco nervoso, mas é só isso mesmo. Lembro que nós nunca poderemos parar com a nossa luta. Temos que estar todos unidos, levantar nossas bandeiras e dizer que a luta continua, a luta não para. Como diz o meu amigo Luiz: *“Vamos andar para frente, porque atrás vem a polícia”*.

Muito obrigado. Boa tarde e fiquem todos com Deus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Juliano Sales.

Passo a palavra ao Padre Xavier.



O SR. SAVERIO PAOLLILO (Padre Xavier) - Bom, eu prefiro... Boa tarde, primeiro. Não vou cumprimentar a Mesa porque... Boa noite à Mesa, às pessoas da Mesa.

Se eu perder um pouco o rumo é porque eu estou doente. Eu estou com a síndrome da PEC 171. Hoje fui ao médico do trabalho e lhe disse: *“Coloca no CID o número 171, porque não aguento mais”*. Se eu soubesse que me faria mal assistir às sessões do Parlamento, naquelas duas noites da discussão da PEC 171, eu não teria assistido a elas. Acho que o Ministério da Saúde deveria ter colocado aquela frase: *“O Ministério da Saúde adverte: isso faz mal à saúde”*; ou aquela faixa indicativa que diz: *“Programa proibido para menores de 18 anos”*. Ver um grupo de trezentos e tantos Deputados exultarem de alegria com a ideia de colocar adolescentes na cadeia me fez muito mal. Eu não exultaria de alegria nem se fosse o meu pior inimigo que fosse para a cadeia, porque eu acho que botar uma pessoa da cadeia é um ato de admissão da nossa incompetência, é assinar embaixo que nós não somos capazes de chegar antes.

Como eu disse hoje de manhã, quando vejo a capa da revista *“não Veja”* com os quatro adolescentes que no Piauí cometeram aquele estupro, pergunto-me: por que nós não chegamos antes? Para chegar antes, para prevenir, é preciso que nós lutemos por políticas públicas.

Devo dizer uma frase forte agora, mas eu gosto de citar Nietzsche, que dizia que o Estado é uma boca que mente sempre. E, se não mente sempre, mente na maioria dos casos.

Eu ouço falar de políticas públicas de educação, de saúde, mas eu moro, como disse hoje, na extrema periferia de Santa Rita, que é considerado um dos dez Municípios onde mais se matam jovens — e jovens negros —, em proporção à população. Lá não temos nenhuma presença do Estado. Nem sequer, Comandante, passa uma viatura da Polícia Militar na minha rua, que se chama Rua Alexandre Fleming. A minha rua é lama pura; quando não chove, é poeira pura. De noite é completamente escura. Às 8 horas da noite há um toque de recolher. Não há ninguém nas ruas. Os Deputados que tanto lutaram na Câmara para rebaixar a maioridade penal, inclusive os da Paraíba, não disseram uma palavra para denunciar os mais de 90 dias que as crianças da rede municipal de Santa Rita



ficaram fora da escola, mas não por culpa dos professores, que estavam em greve. Elas não tiveram garantido o direito de estudar. (*Palmas.*) Por que eles não vieram até Santa Rita se colocar junto conosco para lutar? As crianças voltaram segunda-feira.

Hoje, na CPI, perguntamos ao Daniel, um dos meninos que estavam presentes, e ele disse que na merenda escolar recebeu biscoito salgado com um copo de Toddy, enquanto as notas fiscais da Prefeitura falam de frutas e verduras para a merenda escolar. Então, antes de pensar em colocar a nossa garotada na cadeia, é preciso colocar na cadeia, se for o caso, todos aqueles que desviaram os recursos que deveriam ser utilizados nas políticas públicas, para prevenir essa violência.

Eu vou sublinhar um fato a que nós não estamos atentando: preso neste País está virando cliente mina de ouro. Vocês sabem que no Brasil há mais de 700 mil presos. É a quarta população carcerária do mundo. Somente na distribuição da comida, das quentinhas, há um giro de dinheiro no Brasil de 2 bilhões de reais; só para o fornecimento do que eu não gosto de chamar de comida, porque na maioria dos casos servem gororoba ou lavagem para porco. Quando nós falamos isso, nas nossas vistorias, não estamos querendo que presos, adolescentes ou adultos, comam caviar ou bebam champanhe. Mas nós queremos saber se aquela gororoba que é fornecida vale o que o Estado paga por ela, porque, infelizmente, o sistema penitenciário e, em vários casos, o socioeducativo — não estou me referindo à Paraíba somente, mas a todos os lugares —, pode se tornar uma fonte de desvio de dinheiro público, sobretudo no fornecimento desses serviços.

Eu falei em 2 bilhões de reais nesse serviço. Vocês imaginam que no Brasil nós já temos 30 unidades prisionais privatizadas? A Pastoral Carcerária Nacional já disse que cada preso privatizado custa 3 mil reais. Cadeia cheia é fonte de lucro. Cadeia vazia dá prejuízo. Esse é o problema.

Então, quanto mais gente nós botamos na cadeia, seguindo o esquema norte-americano, onde o sistema é privatizado... E as ações nas bolsas de valores das empresas que controlam o sistema penitenciário são as mais lucrativas! Esse é o sistema que se quer implantar.



Inclusive, muitos dos serviços são privatizados ou terceirizados, pior ainda, seguindo a lógica escravocrata, porque funcionário do sistema prisional e socioeducativo que é terceirizado não é tratado da mesma maneira que o funcionário que tem um contrato por concurso, com o mesmo salário. Podem perguntar! E as condições de trabalho são totalmente diferentes.

Então, nós devemos ver essa lógica de rebaixamento da maioria penal diante desse sistema. Pena que eu não consegui mostrar as fotos. Queria mostrar somente uma, a da cela de reconhecimento do Presídio do Roger, aqui em João Pessoa, presídio considerado provisório, com 400 vagas, e que tem em média 1.300 a 1.400 presos. Naquela cela que nós fotografamos, havia mais de 50 presos amontoados. Qual a diferença entre aquelas celas e o navios negreiros que trouxeram os escravos para cá? Nenhuma! (*Palmas.*)

E há outras cenas que fotografamos por aí, de gente dormindo no chão, em situações extremamente precárias. Independentemente de ter sido antes ou depois de uma rebelião, nós, como Estado e como sociedade, não podemos ceder à lógica da barbárie, à lógica da violência, não podemos responder com espírito de vingança a tudo aquilo que é posto.

Nesse caso, quero também expressar solidariedade, através do Sargento Pereira, aos policiais militares, porque também eles sofrem violência, também eles morrem. Muitas vezes, são policiais negros que morrem. Gostaria de dizer que nós não somos inimigos! Nós não somos adversários!

Eu fico chateado, porque o tempo todo eu tenho que aguentar esse refrão na televisão: “*Cadê os militantes dos direitos humanos? Cadê os direitos humanos?*” Eu sei onde eu estou. Estou lá na extrema periferia, lutando para evitar que outras crianças e adolescentes entrem na criminalidade, encarando os Estados Unidos e a Al-Qaeda, encarando territórios onde o Estado não tem participação nenhuma, onde quem controla o território são os presos, através do telefone celular.

Botar garotos dentro desse sistema é dar na mão do crime organizado mais mão de obra, mais soldados, como aconteceu tantas vezes. São 30 anos que entro em presídios, desde o Carandiru, em São Paulo, no Pavilhão 8, quando as mães me procuravam em São Paulo e me diziam: “*Padre, preciso de 400 reais*”. Para quê? “*Para comprar o barraco*”. Eu dizia: “*Como? Para comprar o barraco? Seu filho está*



preso”. “É isso mesmo, Padre. Para o meu filho entrar na cela, tem que comprar o barraco”. Era a cela. “Se o meu filho não comprar o barraco, ou ele vai virar mulher dos caras que o acolhem, então tem que fazer sexo com eles, ou deve lavar as roupas e as cuecas deles, ou vai para a igreja, que é o barraco dos crentes” — virava evangélico.

Então, essa juventude de 18 e 19 anos que entrava no Carandiru por assalto a mão armada, delitos ligados ao tráfico, virava assassino, esquartejador, porque tinha que se defender da violência que o sistema impunha a ela. E isso se perpetua.

Eu queria passar aqui, mas vou respeitar o estomago de vocês, aquilo que aconteceu 1 mês atrás, Sr. Presidente, no Serrotão, em Campina Grande, quando os presos despedaçaram, esquartejaram, cortaram a cabeça de um companheiro deles, jogaram bola com a cabeça dele, e nenhum agente penitenciário se deu conta.

Se o Estado não controla a segurança dentro do sistema socioeducativo e penitenciário, se não impede as mortes violentas dentro do sistema, como vai defender a nossa segurança nas ruas, na extrema periferia e em tantas outras situações? Então, essa é a realidade.

Concluo com uma chateação profunda.

Quando a gente luta como Conselheiro Estadual de Direitos Humanos, e se encontra diante de um porrete em que está escrito “direitos humanos”; nós não estamos dizendo que o Estado está patrocinando a tortura; não estamos dizendo que a direção está patrocinando a tortura. Estamos alertando para o fato de que infelizmente, dentro desses ambientes, ainda há alguns que acreditam que a solução está na porrada, no porrete, na violência.

Portanto, quem tem consciência na defesa dos direitos humanos não deve medir esforços para identificar, isolar e expurgar o sistema de todos aqueles que ainda não respeitam os direitos humanos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Padre Xavier.

Agora, da Casa IAO, da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros, órgão técnico do Ministério da Educação, Sr. Alessandro Amorim.



O SR. ALESSANDRO AMORIM - Não posso começar a falar sem antes deixar de ressaltar aqui a importância da fala de quem me antecedeu. Uma fala que, tenho certeza, todos aqui corroboram e que traz uma preocupação: efetivamente, qual é a função desta CPI? Ela vai ter o poder que nós esperamos que tenha? Ela vai ter a amplitude que realmente aspira ter? Esperamos que sim, efetivamente, mesmo com a presença de pessoas que, não porque defendam uma posição contrária, mas é porque defendem um dispositivo fundamental para a perpetuação do racismo. Só por isso.

Saudações afro a todos os presentes. Saúdo a Mesa, em nome do Padre Xavier. Gostaria de dizer uma coisa que, para mim, é fundamental que seja dita. Esta é a tônica da minha reflexão aqui: não adianta discutirmos nesta CPI o genocídio se nós não começarmos a reconhecer que o genocídio é o braço armado do racismo. Essa é a tônica da minha reflexão aqui diante de vocês.

Os números do caos, nós já sabemos de tanto observarmos, impotentes, ainda que na luta, os novos jovens serem abatidos dia a dia. O diagnóstico, para nós, também já é sabido: o genocídio é filho pródigo do racismo. Portanto, nesta tarde-noite, neste encontro, precisamos efetivamente reconhecer que temos um duplo desafio. Isso requer de nós estratégias e táticas capazes de enfrentar o genocídio na raiz.

Nós só enfrentamos o genocídio se enfrentarmos o racismo. O Estado brasileiro precisa reconhecer isso.

Dessa forma, quero me remeter ao pensamento de um dos mais importantes militantes negros do Brasil, que é o Yedo Ferreira. Yedo Ferreira é um militante que fundou, entre outros movimentos, o Movimento Negro Unificado; foi um dos artífices desse movimento. Segundo ele, uma das estratégias essenciais de luta contra o racismo e contra o genocídio é a estratégia da reparação, da luta pela reparação.

O debate em torno da reparação sempre foi um debate polêmico e resistente, uma vez que a discussão sobre a reparação atinge as estruturas básicas dessa patologia social brasileira. No entanto, para Yedo Ferreira, o debate sobre a reparação ganha um substrato importante quando, em 2001, durante o Congresso Mundial de Combate ao Racismo e Formas Correlatas, a ONU declara como crimes contra a humanidade o tráfico de escravos e a escravidão, pavimentando assim o



que Yedo chama de caminha jurídico para a reparação histórica. Nós vemos que esse documento, a Declaração de Durban, como a gente pode resumi-lo, coloca, primeiro, o Brasil como signatário das ideias contidas nesse documento e, segundo, traz para o Brasil uma responsabilidade que o Estado brasileiro ainda não assumiu, que é esta responsabilidade de reconhecer o racismo como um mal social e atuar contra ele. Para Yedo, é com base na Declaração de Durban que devemos trilhar nossa luta. A partir das reflexões dele colocamos em destaque alguns enfrentamentos que são necessários para a discussão da reparação.

Primeiro, o Estado brasileiro precisa ser declarado réu desse processo, pois colaborou em todas as instâncias para o crime de tráfico e para o crime da escravidão. Yedo Ferreira nos lembra de que, de 1871 até 1930, o Estado brasileiro criou um fundo de emancipação para beneficiar com indenizações pecuniárias os escravocratas. Segundo ponto que Yedo destaca é que a reparação não é somente para o indivíduo, mas é para a coletividade, para a população negra brasileira. Portanto, não está em discussão quem é negro e quem não é negro. Está em discussão que a autodefinição é quem define o sujeito histórico da violência.

A reparação deverá ser feita com indenização a partir do fortalecimento e do reconhecimento de direitos inerentes à população negra, bem como de bens materiais e pecuniários negociados entre o Estado e representações da população negra no Brasil. Destarte outras questões que podem ser levantadas pelo aprofundamento do debate sobre reparação, em nosso entender, para que a indenização seja realizada, devemos exigir do Estado brasileiro o pagamento das seguintes dívidas: a garantia de um Estado laico, plurirracial e multicultural.

Em todas as falas aqui está presente o risco que nós estamos correndo — não é só o povo de terreiro, mas o homem negro e a mulher negra correm —, com a ameaça de suas tradições religiosas, sejam elas Candomblé, Umbanda ou Jurema. Esse risco é permanente. E esse risco, como bem enfatizou Moisés, está enraizado na escola. E na escola há efetivamente um campo de guerra estrategicamente definido para que a disciplina Ensino Religioso, mesmo fugindo da perspectiva de ser um espaço de ensino catequizador, retire do espaço de discussão de construção do conhecimento a construção de conhecimento sobre as religiões de matriz africana.



Outra coisa importante a se destacar: implementar de forma efetiva as Leis 10.639 e 11.645. Na primeira reunião do CADARA, um Conselho ligado ao MEC, que trata da educação para as relações raciais deste ano, uma das questões de pauta que nós discutimos no CADARA foi que precisamos retomar o diálogo com o Ministério Público e com o Conselho Nacional de Justiça, para que esses órgãos exijam dos Estados e Municípios uma resposta adequada sobre a situação real de implantação da Lei 10.635.

No Estado da Paraíba, participei do fórum de construção do Plano Municipal de Educação, e posso expor a minha preocupação com um processo altamente centralizador, altamente excludente, que não permitiu que os educadores e a população paraibana, principalmente a população negra paraibana, pudesse discutir o que ela aspirava para um plano municipal de educação. Então, isso me preocupa muito e creio que preocupa todos que estão antenados com a situação da educação no Estado da Paraíba.

Outra questão fundamental da reparação é a titulação de terras quilombolas e de terreiros. É uma questão que para nós é um hiato. Nós não sabemos como e por que esses processos vivem ano a ano emperrados. São 36 comunidades quilombolas. Nós não temos efetivamente aqui, no âmbito do Estado da Paraíba, uma radiografia dos terreiros, uma geografia dos terreiros, lembrando a contribuição que nós demos lá no Ministério Público da proposta da geografia dos espaços de violência. Nós não temos aqui uma geografia dos espaços de terreiro. Precisamos ter urgentemente e precisamos preparar os agentes públicos para concluírem. Precisamos preparar os agentes públicos para que eles possam promover e proporcionar a autodeclaração racial e religiosa.

Eu quero lembrar que este ano nós temos censo nas escolas e os funcionários das Secretarias das escolas Municipais e Estaduais não estão preparados e não estão orientados para promover a autodeclaração. Então, enquanto representação da sociedade civil, era o que eu tinha a destacar. Mais do que isso, aspiro que nós e os nossos companheiros de luta fiquemos em constante vigília para que esta CPI ganhe o âmbito municipal, ganhe o âmbito estadual, como aqui foi proposto, e que possamos criar um sistema de enfrentamento do racismo.
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Deputado Estadual Anísio Maia, 1 minuto. Ele tinha vários compromissos, está saindo, mas para fazer uma saudação, porque ele já está na direção da CPI ajudando a construir o Plano Estadual de Enfrentamento ao Homicídio aqui no Estado. Vai começar a fazer várias audiências. Então, acho que é importante a sua fala aqui para o Plenário.

O SR. ANÍSIO MAIA - Vou ser bem breve, até porque eu estou sendo chamado aqui para outro compromisso insistentemente.

Eu me atrasei muito, mas Deputado Reginaldo Lopes, fiquei muito contente inicialmente com a sua abordagem a respeito do enfrentamento desse problema, da questão desse verdadeiro genocídio contra a juventude negra, mas também sobre a questão de como tratar a segurança pública. Fico contente ao ver um Deputado com o seu perfil. Nós já conhecemos aqui o Deputado Damião, o Deputado Luiz Couto nós já conhecíamos, diante de um Congresso Nacional, que vai numa maré conservadora, reacionária, diante de bancadas que aumentam cada vez mais.

No Congresso Nacional aumentou a bancada da bala, da bola, da grana e diminuiu a bancada do povo. Essa é a grande verdade. Nós temos que ter esse grande enfrentamento. A questão da segurança pública também é agravada porque tem um monte de demagogo utilizando a criminalidade para fazer mídia, para fazer mídia, para vender propostas irreais, como é o caso agora da redução da maioria penal. Nós temos um grande problema, e na nossa Comissão de Segurança Pública, instalada na Assembleia Legislativa, estamos tentando, e vamos implementar, uma abordagem diferente. Tratar o tema com a seriedade necessária, com o aprofundamento e ver se é possível enfrentar, para nós, o que é o maior obstáculo.

Nós temos a bancada da bala, mas temos também essa mídia conservadora, reacionária, que instiga todo dia na nossa juventude o individualismo, o egoísmo, o consumismo, valores que só fazem agravar a criminalidade. Então, diante daquelas pessoas que acham que se resolve o problema com bala, nós temos que dizer que se resolve com participação social, com políticas públicas. Essa é a nossa grande batalha. Gostei demais da sua abordagem. Nós vamos nos comunicar. A nossa Comissão de Segurança Pública vai seguir nesse rumo de tratar a questão da



segurança pública e da criminalidade sob outra ótica, sem dar espaço para os demagogos de plantão vender propostas baratas, sem nenhuma solução, apenas para conseguir voto e grana.

Muito obrigado e até outra oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição. Contamos aí que o Estado da Paraíba, viu, Deputado Luiz Couto, seja o primeiro Estado a apresentar à Assembleia Legislativa o Plano Estadual de Enfrentamento de Homicídio. Vamos sair daqui confiante disso, hein? Venho cá, no lançamento do projeto de lei.

Quero passar a palavra ao companheiro Luciano Bezerra, representando aqui o LGBT.

O SR. LUCIANO BEZERRA - Primeiro, eu gostaria de saudar todos que estão resistindo ainda aí ao tempo. E, assim, eu não vou me repetir, por exemplo, para falar que a Paraíba é um dos Estados onde mais se matam pessoas do Movimento LGBT, é um dos Estados mais homofóbicos. Se você junta, você carrega nos ombros o fato de ser LGBT e ser negro, aumenta a sua vulnerabilidade. Mas eu queria mais. Eu acho que temos de tocar em algo que eu acho que é fundamental. Para mim, nós tivemos aqui um exemplo claro do que é esse modelo de segurança pública, que foi a fala, mas principalmente a postura daquele Deputado Delegado, que é arrogante (*palmas*), prepotente, autoritário, ou seja, esse modelo de segurança pública, herança da ditadura militar, precisa ser desconstruído. A gente precisa lutar, cada vez mais, pela desmilitarização da polícia. Essa polícia é racista, é homofóbica, é sexista, cara; e não basta só a formação. É preciso investir em formação? Sem dúvida, mas não basta só isso. É preciso que, antes de tudo, os governos tenham vontade política em fazer esse desmonte. (*Palmas.*) Nós assistimos aqui a uma tentativa, através da nossa Ouvidora da Polícia Militar, Valdênia Paulino, em começar a desatar esse nó de grupos de extermínio. Porque se a gente fala em matança da juventude negra, é essencial tocar nesse ponto dos grupos de extermínio. E o que aconteceu? Valdênia teve que sair fugida da Paraíba, porque não há de fato uma vontade política em acabar com esses grupos de extermínio. (*Palmas.*)



E aí, essa discussão leva à outra, a da guerra às drogas. Essa guerra às drogas é uma guerra inventada pelo imperialismo americano; mas essa guerra tem sido contra quem? Contra o jovem, contra o pobre e contra o negro. Quem é que está nos nossos presídios? É o microtraficante, muitas vezes é a mulher microtraficante, que é obrigada a traficar, para sustentar os seus filhos, porque seu companheiro já está preso. (*Palmas.*) É o pobre, é o negro! Então é esse ... e aí, claro, se eu falo disso, eu falo do Judiciário, que é um Poder que precisa começar a ser aberto, é um Poder exemplar de antidemocracia, é uma verdadeira Caixa de Pandora, que precisa começar a ser aberta. Hoje nós assistimos no Brasil, claramente, a uma coligação do Poder Legislativo, reacionário, conservador, com o Poder Judiciário, e com a mídia fascista que nós temos no Brasil. Liberdade de expressão não pode ser um direito ilimitado, não pode ser um direito absoluto. Aqui nós temos o Anacleto Reinaldo, que claramente, de forma explícita, prega diariamente, a matança de LGBT, a matança da juventude negra. Claramente ele diz: “*Matem os viados!*” É assim que ele fala no... E nada se faz! Liberdade de expressão não pode corroborar com discurso de ódio, que incita a violência. Isso é crime, e tem que ser tratado enquanto crime. (*Palmas.*) Nós não podemos continuar sendo coniventes com isso. A gente está cansado de blá-blá-blá, está cansado de conversa. Nós viemos aqui porque a gente não se cansa de lutar e de resistir, mas é preciso que se tome uma atitude, que se faça alguma coisa. Os fascistas avançam! O Brasil claramente hoje vive um momento extremamente grave. Nós tivemos agora o exemplo dos adesivos, com a Presidenta Dilma, não é? E aí? O que se vai fazer? Vai-se deixar que eles avancem cada vez mais? Pode ser que, quando se tente reagir, já não se tenha mais como fazer nada.

Então, não é a questão só da Direita hoje no Brasil, é da extrema Direita. Essa extrema Direita, claro, que é uma herança, porque a gente precisa fazer, a partir da análise dessa realidade, para a nossa história o que é essa nossa classe dominante, que é uma classe dominante extremamente cruel, desumana, que não admite que os mais pobres, que as pessoas em vulnerabilidade social tenham um mínimo de direito. Então, e tudo isso aí, como é que a gente pode combater? Já estou concluindo. Primeiro, eu acho que a gente precisa que os movimentos sociais se unam, gente. É hora da união dos movimentos sociais. É preciso que a gente vá



para as ruas. (*Palmas.*) A Direita está indo para as ruas. A gente precisa disputar as ruas com essa Direita. É preciso que a gente cada vez mais junte forças com os movimentos sociais e as forças de Esquerda que ainda existem neste País, para a gente tentar de fato sair dessa situação de defensiva. Os Deputados que estiveram presentes aqui, pelo menos dois deles, colocam-nos uma necessidade urgente de mudar esse sistema político. Com esse Congresso aí, nós só temos retrocesso. Com esse Congresso aí, nós só vamos andar para trás. Então, é preciso mudar esse sistema político. Isso é urgente! Mas é preciso regulamentar essa mídia, apontar para a regulamentação dessa mídia, e é preciso rediscutir essa política de drogas no Brasil. É preciso começar a debater a legalização da maconha, sim, porque enquanto não se legaliza a maconha, quem está sendo preso, quando é pego com um cigarrinho de maconha, é o jovem negro, o jovem pobre. O grande traficante não é preso. (*Palmas.*) Quando se prende um grande traficante, é um teatro. Então, essa guerra às drogas tem um alvo claro, é uma política do imperialismo americano, e que tem um alvo claro: é matar pobre e matar negro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, então, aos membros desta Mesa. Todos já falaram, não é isso? Então, nós vamos desfazer esta Mesa, e convocar uma segunda, convidar outros para sentarem-se à Mesa. Peço todos para continuar aqui, para a gente continuar o debate.

Quero agradecer, do fundo do coração, a intervenção de todos. Ao final, nós vamos compor uma Mesa aqui para fazer alguns encaminhamentos. Então, quero agradecer a todos, aos companheiros e às companheiras.

Quero convidar para sentarem-se à Mesa, representando a Secretaria de Segurança Pública, Jean Nunes; Astronadc Pereira Morais, da Polícia Militar, Psicólogo, que milita na área dos direitos humanos; Sra. Gilberta Soares — ela só participou de uma saudação inicial —; Fabiana Maria Lobo da Silva, Promotora da 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Bayeux; Sandra Marrocos, companheira da FUNDAC; Priscila Gomes, da Secretaria-Executiva de Juventude da Paraíba, que esteve conosco lá em Santa Rita, também está presente; Prof. Antônio Novais, da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba; Tâmara Terso, da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Juventude.



Então estes são os membros da nossa segunda Mesa, e nós vamos abrir o debate com Suzany Ludimila, representante do Levante Popular da Juventude, que tem a palavra por 5 minutos. *(Palmas.)*

A SRA. SUZANY LUDIMILA SILVA - Não sei mais nem que hora é esta, mas saúdo toda a plenária, todos os resistentes jovens, mulheres e homens que estão aqui neste importante marco da juventude negra da Paraíba, mulheres negras, jovens negros, LGBTs negros, que, por estarem nessa sociedade racista, fascista, que a gente tem vivido em pleno século XXI, a gente precisa ter que delegar uma comitiva de Brasília para que todas essas entidades estejam presentes aqui para ouvir essas denúncias, porque as nossas vozes têm sido silenciadas diariamente, têm sido achacadas diariamente e postas, na verdade, para uma ridicularização e para sermos alvo disso. Isso tem que acontecer. É isso que essa sociedade brasileira tem dito incessantemente.

Mas nós dizemos “não”, nós resistimos, nós seguimos com nossas dores, com nossos saberes, com nossas ancestralidades, que temos colocado dentro desse sentimento, por mais que não consigamos falar nem reagir de imediato, mas nós temos nos preparado, porque esse ódio nós temos alimentado contra essa sociedade fascista e racista brasileira.

A gente não admite que, dentro desses 15 anos do século XXI, a gente assista diariamente, naturalize e banalize a cultura de violência que está dada. E isso já foi colocado dentro da mídia, dentro das escolas, cada vez mais isso é fortalecido. Dentro dos espaços das comunidades, isso também ocorre, principalmente com o braço do Estado, que é a Polícia Militar. E aí que a gente vem falar aqui, para que essas autoridades que estão presentes escutem bem, mas não escutem só por ouvir, não, porque a gente tem muito para querer construir enquanto juventudes negras, a gente tem muito para querer dizer como as coisas podem ser feitas, mas a gente precisa ser chamada para esses espaços, porque o que tem acontecido neste Estado — já são 5 anos de gestão —, a gente tem falado, dados estão aí sendo esfregados na cara de todos esses gestores, e, no máximo, o que existe é boa vontade no coração e pouquíssimas Secretarias envolvidas num plano de enfrentamento, qualquer coisa urgente que diga que queremos, sim, barrar esse genocídio que acontece na Paraíba.



O que acontece, o que tem acontecido e o que a gente tem visto enquanto juventude de periferia, juventude nas comunidades, é que isso tem sido banalizado. Nas escolas isso tem sido evidenciado somente como evasão. Por que os jovens não estão mais lá? Porque estão morrendo. E o que a Secretaria de Educação tem feito? Qual é o plano?

Enquanto representante do Levante Popular da Juventude, fui escolhida para atuar pela FIOCRUZ nessa implementação do Plano Juventude Viva, e confesso que foi uma experiência que me trouxe várias dores, várias mazelas na vida, porque a gente se deparou em seis Municípios, junto com o Estado, com Municípios despreparados, pessoas que não têm formação nenhuma sobre políticas públicas, que não sabem implementar, não sabem por onde começar a implementação de diretrizes básicas, seja na educação, seja na cultura. Por isso a gente vê esse cenário que está aí, de negligência, esse é o cenário que a gente vem colocar: negligência nos principais eixos que seriam para atender a juventude. E aí a gente vem falar aqui nesse processo, principalmente da educação, principalmente da segurança pública, que coloca o perfil suspeito, como o jovem negro, no Procedimento Operacional Padrão, que é barrar todo o acesso, o ir e vir da juventude negra, da juventude periférica.

Aqui, eu venho colocar essa situação, que é a denúncia da morte de um jovem de 18 anos, lá de Mangabeira II, o Yuri Estevão, assassinado por um agente da Polícia Militar. A gente vai colocar isso dentro do nosso relato depois. Foi assassinado porque não parou a sua motinha de 50, sei lá, essas motinhas que toda a juventude hoje, infelizmente, tem que usar porque não tem dinheiro para pagar transporte. No mínimo, para fazer alguma relação social, pega essa motinha. E ele não parou porque teve medo de ser preso. E esse agente policial atirou. O garupa dele foi atingido, a moto caiu, eles se desequilibraram. A moto caiu por cima dele, e esse agente policial atirou, a sangue frio, quando ele pediu, e aí pessoas próximas que estavam na rua saíram para pedir: "*Não atire!*". E o policial atirou. A mãe chegou — porque foi na rua atrás da casa dele — e perguntou: "*Por que você fez isso com o meu filho?*" E ele friamente disse: "*Ele fugiu de um cerco policial*". Ele estava com a moto obstruindo. Ele não poderia escapar, mas mesmo assim foi alvejado.



E não é só isso: quem prestou socorro foram esses mesmos algozes, que o levaram para o Trauminha, que é um hospital de pronto atendimento, em Mangabeira, e esse laudo não tem a perícia bélica. Ou seja, mataram o jovem a sangue frio, assassinaram-no. O procedimento operacional da Polícia Militar, na Paraíba, é este: atira, mata e depois faz qualquer outra coisa, dá a justificativa. Quantos e quantos não sabem que isso existe, quando não entram sem autorização dentro das casas, como lá no Bairro São José aconteceu isso também. Sem nenhum tipo de documento, entram nas casas, retiram filhos e filhas de seus lares e colocam qualquer punição, enfim, com qualquer justificativa.

E Yuri, até hoje! São 7 meses! A mãe, D. Andreia, está aí se sentindo louca, pedindo ajuda, porque ela tem primeiro que justificar que a morte dele não foi pelos autos que estão lá registrados. Não houve investigação! Ela está tendo que... Por sorte, havia uma câmera de segurança, e é isso que a gente está tentando sustentar para levar à frente esse processo. Se não houvesse essas câmeras, seria a fala dessa mãe, tida como louca, agora, para justificar uma coisa injustificável! Esse agente policial continua solto nas áreas de Mangabeira II, fazendo ronda, e essa mãe não pode fazer essa denúncia porque não se sentiu confiante de que isso poderia ir à frente. Só no último mês, na verdade, é que apareceu essa gravação e ela conseguiu colocar esse processo para andar. Mas foram 6 meses chorando essa perda, chorando essa dor.

Esses são relatos que a gente tem mais próximos — com certeza, outros piores acontecem. Aí a gente vem colocar que esse racismo institucional não é só na polícia, está em outros espaços do Estado. E aqui a gente vem acusar o Estado de fato, porque, se ele não garante os direitos, como é que a sociedade vai se relacionar nessa desconstrução de violência? (*Palmas.*) Aqui, a gente vem denunciar o Estado nas suas instâncias municipal, estadual e federal.

Nesse sentido é que a gente pede esses encaminhamentos. Não sei como é isso. Não está explicado. A estruturação da CPI foi de urgência, às pressas. Que bom que a gente conseguiu trazer os relatos, denúncias de mães de familiares, mas a gente entende que precisa ter resposta, comprometimento, principalmente do Estado da Paraíba, que é quem organiza e determina o procedimento operacional da Polícia Militar. Basta de mortes! Basta de autos de resistência! Não é esse nome,



eles botam qualquer outro nome! A gente quer, sim, um acompanhamento, um observatório da juventude negra. Não sei como a gente faria isso, mas a gente precisa acompanhar essas políticas públicas com foco na juventude negra. Isso precisa sair, porque senão cada vez mais essa banalização vai ocorrer.

Para terminar, acredito que, se não cuidamos dessa ferida, cada um de nós aqui vai ser um número a menos. Espero que a gente já esteja cansada de ficar catalogando números. E aí, se vocês não sabem por onde começar, conforme uma fala que a Gilberta fez no fim do ano passado numa oficina de racismo institucional, a gente sabe por onde começar. Se vocês quiserem ouvir, a gente constrói isso e a gente vai apontar por onde a gente vai começar, com certeza, desconstruindo essa política de racismo institucional que existe aqui no Estado da Paraíba e no Brasil. Vamos avançar e vamos conseguir.

Juventude do gueto contra o extermínio do povo preto, avancemos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Suzany, você podia depois passar o número do inquérito, mais detalhado, para o Deputado Luiz Couto ou para o Deputado Damião. Nós precisamos ter o número e o nome completo para pedir informações do inquérito. Se tiver o nome, pode entregar às notas taquigráficas.

Uma das preocupações da CPI é justamente isto: existe o PL dos autos de resistência, o PL 4.471, que a CPI, na minha opinião, tem que recomendar a aprovação, mas eu acho que nós podemos apresentar um outro projeto dizendo que crime promovido por agente de Estado tem que ter investigação prioritária. Hoje, na verdade, o que acontece? Se houver auto de resistência seguido de morte, a questão da legítima defesa inicia o processo, não encerra o processo. Pode até haver legítima defesa, caso se encerre o processo. O que ocorre é que se abre o processo e não se investiga.

Então, nós vamos precisar resolver isso. E não existe lei também. Isso foi uma prática que foram adotando. Mas não existe lei, não existe uma lei sobre isso. Todos os homicídios têm que ser investigados. Mas, já que virou uma prática, nós vamos ter que fazer uma lei dizendo que temos que investigar, infelizmente.



Portanto, nós vamos ter que incorporar esse outro projeto àqueles 18 projetos que nós lemos. Há recomendação do atual projeto, que prioriza crimes cometidos por agentes de Estado. Então, acho que essa é uma iniciativa importante da CPI.

Quero passar a palavra para a Mesa. Está aqui do meu lado o Jean Nunes, representando Cláudio Lima, que é o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Uma boa noite a todos! Quero cumprimentar inicialmente o Deputado Reginaldo, Presidente desta CPI, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Mesa, a Dra. Promotora, a Secretária Gilberta, o Pereira, enfim, os demais representantes aqui na Mesa e todos que aqui estão presentes. Quero cumprimentar todos aqueles que até agora ficam aqui para debater, para continuar colaborando com os trabalhos; a plateia, na pessoa do Padre Bosco, um grande companheiro também — a gente tem conseguido conversar, debruçar-se sobre algumas questões. Quero fazer um cumprimento especial para o Deputado que aqui se encontra, que tem sido um diferencial para a Paraíba, assim como todos os outros.

A segurança pública, quem está aqui desde o início dos debates nota que ela é pauta desde o início, das primeiras falas. A gente tem tido uma cobrança diferenciada por parte do Deputado Luiz Couto — e é por isso que eu o cumprimento — e uma cobrança diferenciada, mas também uma mão no momento em que precisa ser dada a mão. E essa mão aperta quando precisa ser apertada. Em nenhum momento a gente vai ceder, correndo de críticas. A parte da segurança é extremamente delicada, como todos conhecem. A gente jamais vai ceder, mas este registro precisa ser feito. A gente tem tido uma pessoa que tem sido muito presente, que cobra bastante da segurança, e isso é importante para todos nós.

Então, fica o registro. Quero cumprimentar também o Deputado Damião Feliciano. Enfim, eu quero iniciar minhas palavras aqui dizendo aos senhores que eu fico muito feliz em poder participar de um debate, de uma audiência pública, doutora, de elevado nível, como a gente tem visto. Fico feliz também por ter dito desde o início que a segurança pública foi pauta desde as primeiras falas e tem se repetido. Mas minha felicidade vem também porque ela não está só, quando eu escuto, em várias manifestações qualificadas, pessoas que sabem o que falam, vocês, que



estão aqui atrás dos direitos merecidos, que são injustiçados por muito tempo, quando falam que faltam políticas públicas, várias delas.

Feliz fico também quando vejo que para o debate foi convocada a segurança, mas a educação e a saúde. Isso é importante também. A gente não pode ter a compreensão pequena de que segurança pública só se resolve com polícia. Não é isso. Esse debate está ultrapassado. A gente precisa de quê? Catequizar, treinar, capacitar cada vez mais nossas polícias, para que elas se adaptem aos novos tempos. É isso que nós temos feito.

Mas eu quero dizer aos senhores, já respondendo a algumas colocações que foram feitas, que o Estado, desde 2011, preocupou-se com esses números, com esses dados que são sub-registrados. Eu dizia aos senhores que, de 2011 para cá, a gente teve a preocupação, Presidente, de criar uma política não que tenha o *slogan Pacto pela Vida*, de Pernambuco, nem da Bahia, mas que tenha a mesma dinâmica de enfrentamento, de contagem, de metodologia, que é o Paraíba Unida pela Paz, que é uma ação que teve a participação inclusive do Pereira, que aqui está na mesa, que colaborou muito com a gente e ainda hoje colabora. Essa ação foi iniciada em 2011, quando nós assumimos o Governo.

Até 2010, se qualquer um aqui perguntasse quantas pessoas morreram num mês ou num ano naquele período, ninguém sabia. Eu falo isso, de morrer, porque o maior bem do ser humano é a vida. Então, a gente precisou estabelecer algumas prioridades, porque, enfim, a problemática era muito grande, e nessas prioridades a gente criou o Núcleo de Análise Criminal e Estatística na Secretaria de Segurança, que tem à frente também o Capitão Vinícius, que está aqui comigo — ele é especialista em análise criminal —, para quê? Para que a gente pudesse efetivamente contabilizar aquilo que se mata.

Então, a gente contabilizou esses dados, que já foram extremamente publicizados, como a companheira já falou, mas não custa nada lembrar, trazer ao conhecimento da CPI que, assim como foi dito, em 2012 o País chegou a mais de 56 mil homicídios. A Paraíba vinha seguindo esse caminho, e a gente teve, durante 9 anos consecutivos, um aumento do número de homicídios aqui no Estado. Para ser mais exato para os senhores, em 2011 a gente teve 1.680 — foi o nosso primeiro



ano de gestão; em 2012, conseguimos uma queda para 1.542; em 2013, uma pequena queda, 1.537; em 2014, outra pequena queda, 1.513.

Fica interessante mostrarmos num gráfico grande, para que as pessoas tenham a compreensão. Significa dizer que a gente não está dizendo que essa quantidade de homicídios é ideal, que a gente está bem, não. Ninguém admite isso. Nós não admitimos isso. Agora, a gente precisa admitir e dizer que se procurou fazer um enfrentamento diferenciado dessa criminalidade. Com esses dados, que são verdadeiros, que são publicizados — mandamos para o Ministério Público, mandamos para a OAB, mandamos para a Assembleia —, procuramos trazer igualdade a todos, não somente investigar aqueles que têm um poder aquisitivo melhor. “*Só se investiga a morte de quem tem dinheiro.*” Não é isso. A gente procurou, com isso, unificar os dados, para tratar, Presidente, todos de maneira igual. Precisávamos partir de algum ponto. E hoje a gente sabe da dura realidade dos números, que são, realmente, altos para o País, mas muito altos também para o nosso Estado, mas que são números que a gente jamais quis maquiar. O que a gente trouxe aqui admito que seja ruim, mas está havendo um enfrentamento.

Então, é por isso que eu queria compartilhar com os senhores, neste momento, esses dados, inicialmente, e dizer que esse período de 2011 a 2014 pode parecer pequeno nesse universo de grandes números, mas a gente conseguiu uma redução de 8,6% nos homicídios entre adolescentes de 15 a 29 anos. A gente conseguiu essa redução. Esses dados estão à disposição para qualquer um dos senhores que queira comparecer à Secretaria. A gente faz isso de maneira transparente. A gente queria que fosse 100% de redução, mas não é, e eu não posso dizer que foi mais, não. Eu posso dizer que foi 10%, eu posso dizer que foi 8,6%, porque temos esses dados no nosso setor de estatística.

Eu não estou aqui, em nenhum momento, dizendo aos senhores que está tudo um mar de rosas. Eu sei que não está, nós sabemos, e o nosso Governador cobra muito isso, cobra presentemente nas reuniões, mas eu preciso dizer aos senhores que o enfrentamento está sendo buscado.

A gente partiu, ao mesmo tempo, Presidente, de uma dinâmica de policiamento que privilegiava ali a orla, quando, em 2011, a gente viu que havia vários postos policiais só na orla, ou só em classes, bairros prioritários, como havia



no Altiplano aqui, e a gente precisou fazer esse enfrentamento de maneira igualitária. Sabemos das deficiências que temos com efetivo, com viatura, mas procurem e observem hoje a diferença do policiamento. Hoje existe mais policiamento distribuído pelo Estado, de uma maneira geral, e também pelas áreas de periferia, mais distantes da praia. É o que eu quero falar para os senhores.

Eu fiquei feliz, Presidente, também em saber que a CPI tem levado com tal seriedade os trabalhos, que foi *in loco* a um Município aqui vizinho, Santa Rita, que foi objeto de muitas reuniões nossas de 2011, 2012, quando, em determinado momento, nós nos reunimos com a Juíza, lá em Santa Rita, Dra. Lilian Cananéia. A gente procurava fazer reuniões com o Judiciário, com o Ministério Público. E, em determinado momento, já passado o segundo semestre, acho que no mês de setembro ou outubro, as crianças ainda não tinham ido à escola, mas a tônica da reunião era a cobrança quanto à segurança, o que é natural. A criminalidade tem que ser cobrada da segurança. É o nosso papel. Agora a gente precisou dividir o fardo e trazer esse fardo.

Quem anda em Santa Rita — e os senhores conheceram, e foi importante para a CPI, eu tenho certeza disso — sabe da realidade local. É uma das cidades, evidentemente, que não tem asfalto ou sequer passa viatura. Em muitas ruas, sequer existe saneamento básico para a população, só existe estudo para poucos. Eu estou citando o exemplo de um dos Municípios, não estou apontando a gestão. Estou dando exemplo, para que se faça efetivamente segurança pública. Como foi tocado em uma das pautas aqui, não existe iluminação, não existe via para transitar uma viatura. Foi falado que existe rua que só tem lama e buraco. Então tudo isso dificulta.

Mas eu fico feliz que a CPI tenha também ido a esse ponto. Não é causa única a falta de policiamento, mas eu fico satisfeito em saber que a tônica tenha ultrapassado os muros da segurança e partido também para outras áreas de governo. A transversalidade é muito importante.

Eu quero dizer aos senhores também e registrar que na Paraíba nunca se falou em auto de resistência. Esse termo nunca existiu aqui para a gente, e, de 2011 para cá, ele continuou sem existir. Nós temos algumas deficiências com relação à apuração, queríamos que fosse muito maior o índice de elucidação de crimes, mas



não temos aqui o auto de resistência. O que existe é a morte decorrente de confronto policial. Inclusive, existe um dado interessante, para registro, de que, na Paraíba — e a gente tem esses dados oficiais —, em 2011, 2012, 2013 e 2014, em confrontos com a polícia, tivemos 13 mortes, em 2011; 15 mortes, em 2012; 15 mortes, em 2013; e, em 2014, tivemos 21 mortes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Oi? Não. São os dados da Secretaria, mas estão disponíveis para quem quiser, evidentemente, contestar. Certo?

Eu estou só fazendo um paralelo aqui com outros Estados. Por exemplo, ano passado, a gente teve, em 2014, 21 mortes, mas contra, por exemplo, o Rio de Janeiro, em que foram 582, e São Paulo, 708. Esses são dados oficiais repassados pelo Mapa.

Mas quero dizer aos senhores que estou à disposição para contribuir com os trabalhos da CPI, pela Secretaria de Segurança, e também complementar informando que a Secretaria de Segurança tem a Ouvidoria de Polícia, tem as Corregedorias de Polícia, que estão à disposição para receber qualquer denúncia, e, se tiverem algum receio, a Secretaria de Segurança está de portas abertas, nós estamos lá. Nunca nos furtamos a ouvir ou receber qualquer um que seja da população.

Quero agradecer aos senhores. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Jean.

Geralmente é assim, Jean: quando são colocados dados, há uma inquietação em qualquer plenário do Brasil. Por quê? Nos últimos anos, o principal dado da segurança pública foi não ter dado. Não temos uma metodologia no Brasil. Então, eu quero aqui dizer que um dos projetos que nós estamos encaminhando é o SINESP. É a obrigatoriedade do gestor, e a responsabilidade, por não alimentar o sistema. O Governo cria o SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, mas existem Estados o alimentando corretamente e outros com muito atraso.

Então, nós queremos ter a mesma metodologia, dar uma metodologia para o Brasil, em um sistema nacional. Por quê? Porque, em muitos casos, há um conflito



entre a sociedade civil e as organizações de direitos humanos com o gestor de segurança pública, a partir dos dados.

Por exemplo, há uma resistência grande das Secretarias em aceitar os dados do DATASUS, que são os dados que eu utilizo, que a maioria utiliza, que são os dados que nós temos, através do Mapa da Violência. Então, nós também queremos sinalizar com projetos, para resolver essa unificação e garantir transparência para a sociedade brasileira.

O próximo inscrito é o representante do Núcleo de Estudantes Negras e Negros da Universidade Federal da Paraíba, Danilo Santos. *(Palmas.)*

O SR. DANILO SANTOS - Boa noite a todos e a todas! Quero agradecer aos senhores que continuaram para prestigiar as últimas falas e dizer que, toda vez, quem fica por último não tem uma tarefa muito fácil, não. Não é muito fácil. Mas eu gostaria também de parabenizar os Deputados que continuaram aqui, em sinal de respeito — eu acho que isso é importante —, e queria começar dizendo uma coisa. Ainda bem que a Secretaria de Segurança hoje já tem essa organização, porque, há menos de 2 anos, nós tivemos extrema dificuldade de ter acesso a dados.

O Núcleo de Estudantes Negros, em parceria com a Universidade Federal, desenvolveu um projeto aqui, do qual participei, chamado Juventude Negra Cidadã, que era justamente para poder perceber, de forma mais próxima, esse genocídio que acontece aqui na Grande João Pessoa. Não conseguimos entrar na FUNDAC, passamos 3 meses para poder entrar na GEMOL. Então essa é a realidade. Se existe o genocídio físico, isso é óbvio, não é? Isso é óbvio. Existe, e isso está mais do que provado. Os dados assim mostram de forma sistemática. Eu não tenho dúvida disso. Só falta o Estado, especificamente o Estado da Paraíba, reconhecer isso, deixar de inviabilizar a questão étnico-racial.

Então, o que acontece, no Brasil e no Estado da Paraíba, é a institucionalização do senso comum. A máxima do Direito é invertida: o jovem negro é culpado, até que se prove o contrário. Ele precisa provar a sua inocência, não é? Inverte-se isso. E o Estado tem contribuído de forma decisiva, porque o senso comum sai da população, vai para o Estado e volta novamente institucionalizado. A polícia brasileira — a polícia brasileira! — é um braço desse genocídio. A polícia brasileira ainda utiliza o que Hamilton Borges, na primeira audiência, chamou de



política lombrosiana, a política científicista, racista, que caracteriza o bandido com o fenótipo do bandido.

No Brasil, é caracterizado, existe um fenótipo para o bandido. Se lá no século XIX se media o crânio do sujeito para dizer que o negro tinha propensão a ser bandido, hoje isso é feito através do fenótipo, através do seu cabelo. Aqui, na Paraíba, é chamado de quê? "Mofi". Não é "Mofi"? Isso é a institucionalização.

A partir do momento em que a polícia ou o Estado deixa de prender o algoz que matou o sujeito, e legitima o crime sob a alegação de que esse sujeito foi assassinado porque estava envolvido com drogas, então o Estado está contribuindo, não é? Está contribuindo. Nesse sentido, é preciso que o Estado da Paraíba tenha a ciência de que ele tem um papel e de que ele tem contribuído para esses altos índices.

As organizações internacionais já indicaram várias vezes que a Polícia Militar tem que acabar nas ruas do Brasil. (*Palmas.*) A polícia não é capacitada. A polícia ainda aborda o sujeito a partir da sua cor, a partir do seu fenótipo! Isso deve ser ressaltado.

E há outra coisa: acho extremamente contraditório uma Comissão que está discutindo a questão do genocídio... Eu falo genocídio porque é genocídio da população negra brasileira. E os altos índices não estão só na juventude, também estão na população adulta.

Na Paraíba, você tem razão quando diz que diminuiu o número de mortes, mas diminuiu para a população branca: a cada ano que passa, há menos mortes na população adulta e jovem branca na Paraíba. Mas, a cada ano que passa, aumenta o número de mortes de jovens negros e de adultos negros. Isso é fato. Não há como negar. (*Palmas.*)

E aí, para encerrar, eu queria fazer uma crítica, e acho que a Comissão precisa atentar para isso: como está se dando o Plano Juventude Viva. Aquilo é dinheiro público, é dinheiro de impostos pagos por todos nós, e não funciona, não tem funcionado. Na Paraíba, não funcionou. É preciso entender isso, é preciso buscar alternativas, e só se pode resolver a partir do momento em que isso seja reconhecido.



Essa discussão aqui está ótima, mas cada um vai para casa e só quem está lá na ponta sabe, com certeza, que vários jovens estão morrendo na periferia. Nós vamos para nossas casas, e as coisas continuam; os Deputados vão para casa, e as coisas continuam, e ninguém mais toca no assunto. Isso tem que ser tratado como um problema do Estado.

Agora — só para encerrar —, está acontecendo o julgamento de um senhor de 75 anos que era, no período do genocídio dos judeus, a pessoa responsável em pegar os pertences dos condenados. Essa era a tarefa dele. Ele está sendo processado, com 65 anos, por contribuir para o genocídio, porque o genocídio você também contribui através da omissão.

Não precisa se consumir o genocídio. O genocídio, basta ter a intenção, a conivência... Então, é o chamado genocídio por omissão. É assim que se fala. Então, nesse sentido, o Estado brasileiro tem sido, tem propiciado o genocídio de forma direta e de forma indireta, porque ele contribui para a institucionalização desse senso comum. E é isso. Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Inclusive, Danilo, de fato nós compreendemos que, se os Estados os Municípios e a União, ao construírem o plano de metas decenais, a Juventude Viva estará sendo institucionalizada, não mais como ação isolada, periférica do Governo da Presidenta Dilma, e virando um programa do Estado brasileiro, de responsabilidade de todos nós. Não tem razão existirem as metas do Juventude Viva descoladas das metas estratégicas do Plano Nacional de Juventude. Então, a minha esperança é que ele vire uma política do Estado.

Hoje, a Juventude Viva contribuiu apenas... Mas é importante a contribuição da primeira etapa do Juventude Viva, que deu, jogou luz, trouxe dados, organizou, pelo menos publicações, o mapa de encarceramento, o mapa da violência, o mapa de morte por arma de fogo, fez um bom diagnóstico. Mas, mais do que isso, pouco, e algum tipo de mobilização e articulação com os governos.

O mapa traz a violência de morte física concentrada em 142 Municípios. Isso é bom. Sabemos o território. Hoje nós podemos, aqui, à noite, até segunda-feira... A gente pode falar — não é secretária? — que vão ser mortes contra os jovens, perfil. Só falta o nome, mas a idade, homens, negros, pobres... Podem-se falar até as ruas,



não é isso? Mas nós não podemos ter essa estatística diagnóstica tão bem construída, estudada, e não fazer nada. Então, nós temos que partir para a ação prática e imediata com estratégia. Esse é o desejo do nosso debate.

Então, quero passar a palavra para Astronadc Pereira de Moraes, representando aqui, como psicólogo e militante de direitos humanos, a Polícia Militar.

O SR. ASTRONADC PEREIRA MORAES - Obrigado a todos, obrigado, Presidente. Para todos um forte abraço. Quero ser rápido, para não ocupar a companheira ali, que sempre fica preocupada com o horário.

Eu quero dizer que, como Policial Militar há 25 anos, e sempre de rua, 24 anos de rua, eu, Sargento Pereira, da Polícia Militar da Paraíba, sou totalmente contra a redução da maioria penal (*Palmas*.)

Eu vou mais além. A redução... Eu escrevi recentemente um artigo e o distribuí para alguns companheiros. O artigo que eu coloco explica exatamente por que está havendo esse processo e essa vontade louca de segmentos do Congresso Nacional em promover a redução.

Ora, se o Estado brasileiro tivesse aplicado, efetivado e consolidado e, acima de tudo, colocado em sua plenitude, o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, não seria necessário se estar punindo em tal grau, em tal nível, como ocorre hoje no Estado brasileiro.

Então, é o Estado brasileiro o responsável, não só pelo genocídio. O Estado brasileiro quer punir três vezes os jovens, principalmente nessa faixa etária, lembrando que a quarta punição vai ser exatamente quando ele estiver dentro de um presídio, ao lado de psicopatas, sociopatas, sofrendo todo tipo de abuso e tendo que se filiar ao crime organizado para não morrer — ou ficar mais violento do que os demais para sobreviver.

E por que eles querem promover a redução? Ora, é lógico. No Congresso Nacional hoje correm projetos, a questão do desarmamento, ou seja, o estatuto que coloca a questão do desarmamento é muito claro. Eles querem derrubar o estatuto exatamente porque a massa social de jovens, que vai ter acesso a armas e a drogas, a álcool e à prostituição — isso tudo junta um combustível explosivo —, vai formar uma massa populacional propensa ao cárcere. Ou seja, de outro lado, há um



terceiro projeto, que é o projeto de construção dos presídios. E quem quer construir os presídios no Brasil? Quem quer gerir esses presídios? Quem quer fazer a gestão do sistema prisional? É o capital privado. As bancadas de políticos que estão sob o controle do capital privado nacional e estrangeiro, quer aprovar esses três projetos, porque sabem que o capital está financiando as suas campanhas políticas, e nós precisamos passar esse recado para a população brasileira. Há um interesse muito forte desses segmentos porque eles têm interesse é no capital.

Eu percebi aqui várias falas sobre a polícia e eu não fugir desse tema; pelo contrário, eu tenho colocado no Brasil e na Paraíba que o nosso País precisa promover uma profunda reforma, Deputado, no sistema de justiça criminal deste País. Eu estou me referindo à polícia, à Justiça e ao sistema prisional. Nós temos uma polícia que ainda precisa estar próxima à comunidade, mas conviver num forte diálogo de respeito às diversidades daquelas comunidades e hoje nós não temos isso na polícia. Precisamos, enquanto Estado, Governo e sociedade, dizer que erramos nesses últimos 2 séculos em não promover uma polícia de Estado e cidadã, que aplique a lei e proteja.

Nós temos, infelizmente, companheiro, uma polícia que está mais para o enfrentamento de rua, de massa, aquela que eles chamam de operação de choque — já está dizendo, choque —, do que para uma polícia de aproximação e de pacificação social. Nós precisamos realmente rever a construção de um sistema policial melhor.

Quanto à Justiça, a Justiça brasileira, não só é falha, mas também é inacessível. A democratização da Justiça é necessária. Há a questão do sistema prisional que não reabilita, não reinaugura um ser humano propenso a estar habilitado a trabalhar e a conviver socialmente. Nós temos calabouços. Nós temos um sistema prisional que mata, fere, denigra; um sistema corrupto, corruptível, parte dele está nas mãos do crime organizado. Nós precisamos, como brasileiros, admitir essas deficiências e não só passar por cima da questão.

Quanto à questão da democratização das polícias, companheiros e companheiras, vou fazer aqui a fala do nosso Padre Xavier. Os policiais também são vítimas disso. Quando você tem uma polícia... Ainda existe um estado de exceção. As Justiças Militares, Deputado, precisam ser extintas neste País. As Justiças



Militares precisam ser extintas neste País. Nós não podemos mais aceitar, como brasileiros, em um Estado Democrático de Direito, uma Justiça Militar em que o próprio Exército condena os Estados por existir essa Justiça. Precisamos ir mais fundo nessas questões. E aquela coisa que o Paulo Freire coloca sobre a pedagogia do oprimido. Nas entranhas de um ser oprimido existe um opressor. Vice-versa também é verdadeiro. O opressor tem essas entranhas oprimidas, e os policiais vão para as ruas, muitas vezes sem recursos, sem apoio, sem dados, sem controle, sem monitoramento, sem informação. Não há uma seleção profissiográfica em nenhum Estado da Federação brasileira. Entre os policiais há psicopatas, sociopatas, policiais que não têm condições de convívio com a sociedade. Nós precisamos assumir a responsabilidade de limpar a polícia, fazer uma nova polícia e fazer com que essa polícia seja acima de tudo democrática e cidadã.

Muito obrigado e um forte abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu fiquei curioso aqui. Eu não perguntei ao Secretário, mas vou perguntar para quem trabalha com direitos humanos, ao psicólogo e ao policial militar.

Já que o senhor falou de uma reforma, você acha que a Polícia Militar deveria ser uma polícia de ciclo completo ou não?

O SR. ASTRONADC PEREIRA DE MORAES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O senhor acha que ela não estaria preparada? Ela poderia fazer todo o processo: identificação, ser polícia judiciária, fazer boletim *on-line*, ocorrência. Esse é outro debate que nós precisamos fazer.

Eu quero passar a palavra ao Sr. Dalmo Oliveira, do Fórum Paraibano de Promoção e Igualdade Racial.

O SR. DALMO OLIVEIRA - Obrigado. Boa noite a todas e a todos.

Eu sou Dalmo Oliveira. Sou jornalista, servidor público federal e gostaria de falar, Sr. Presidente, em nome desse Fórum que aglutina aqui também uma parte do movimento negro local, e também em nome do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial no Estado da Paraíba.

É uma entidade criada, um colegiado paritário, criado aqui na Paraíba, há cerca de 3 anos, mais ou menos, 4 anos, no início do primeiro mandato do



Governador Coutinho, que tenta auxiliar o Governo da Paraíba em desenhar políticas públicas nessa área.

Eu queria dar as boas vindas à Comissão, ouviu, Sr. Presidente, dizendo que a Paraíba, infelizmente, por esse motivo, recebe vocês aqui hoje, mas, que, para nós, é uma oportunidade inclusive de colocar a nossa sociedade de frente para um dos problemas que, na nossa opinião, é um dos mais antigos e mais graves da sociedade paraibana, que é o racismo que assola a nossa sociedade desde sempre.

Antes de entrar no tema específico, eu queria pedir licença para fazer um destaque sobre a anemia falciforme, que é uma doença que ataca principalmente a população negra e eu sou também portador dessa doença hereditária, Reginaldo Lopes.

Eu queria aproveitar a presença das pessoas do Estado, aqui, para dizer que anteontem o Ministério da Saúde aprovou uma portaria que regulamenta o transplante de medula óssea para as pessoas com anemia falciforme.

A gente queria que a Paraíba entrasse no rol dos Estados que podem fazer o transplante de medula óssea para curar a anemia falciforme. Hoje nós temos cerca de 500 pessoas vivendo com esse mal aqui na Paraíba.

A gente imagina que o Hospital Napoleão Laureano, aqui em João Pessoa, tivesse ou tenha condições técnicas de começar a realizar o transplante de medula óssea para essa doença.

Nós temos dialogado com a Secretaria de Saúde, em relação a isso, mas eu gostaria de registrar publicamente essa demanda da Associação Paraibana de Portadores de Anemias Hereditárias, da qual eu faço parte e gostaria de registrar também.

Nessa temática, como jornalista, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a questão da mídia nessa problemática, da imprensa nessa problemática, e dizer que eu fui Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas aqui, no Estado da Paraíba, e me sinto corresponsável pela omissão da nossa categoria.

Às vezes, alguns companheiros que fogem, aliás, desconhecem o Código de Ética dos Jornalistas continuam usando a imprensa, usando os meios de comunicação para manter um discurso eurocêntrico, um discurso racista, um discurso reacionário contra a população negra aqui também na Paraíba.



A gente queria registrar isso por achar que o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Radialistas e a Associação Paraibana de Imprensa deveriam estar aqui hoje ouvindo essa reclamação e que tomassem providência contra esses profissionais que foram repetidamente citados hoje nesta audiência pública.

Já tentamos, individualmente, e não conseguimos. Há um corporativismo enorme na nossa categoria e a gente gostaria que essas entidades tomassem a sua responsabilidade de inibir, na mídia, na imprensa, a abordagem racista que é feita da temática na questão da violência contra a juventude negra aqui, no Estado da Paraíba.

Eu queria destacar também e queria indicar na CPI a questão da indústria bélica, que também já foi tocada rapidamente aqui. A gente não tem notícia de quota para negros trabalhando em indústria de armas.

Não conheço nenhum gerente negro na Rossi ou na Taurus. Não conheço nenhum negro que se beneficie dessa indústria. O que sobra para a gente, dela, são as balas dos nossos corpos.

O dinheiro ou a grana da indústria bélica vai, a gente não sabe para onde. Sabe até que tem uma bancada da bala neste País, mas para o benefício da sociedade ninguém vê o resultado dos impostos da indústria das armas no Brasil, e seria importante que a CPI atuasse nisso, para ver para onde está indo essa grana, esses impostos, e reverter, inclusive, os impostos da indústria de armas no País, para essa reparação que a população brasileira precisa receber do Estado brasileiro.

A Paraíba, Sr. Presidente, infelizmente, eu tenho que dizer como guarabirense que sou, brejeiro que sou, é um dos Estados do Nordeste que menos assume a sua herança africana.

É um Estado altamente preconceituoso com a população africana na Paraíba. Nós não temos orgulho — nós não temos orgulho — de ser negros. Nós temos vergonha da nossa herança africana, e a Paraíba precisa se tocar para isso, porque, em Pernambuco, a gente vê o orgulho africano; na Bahia, muito mais; e, na Paraíba, a gente tem essa limitação de perceber a influência positiva da “africanidade” no nosso território.



Eu queria também saudar o Deputado Luiz Couto e solicitar dele aqui, publicamente, uma nova discussão, aqui na Paraíba, sobre aquele projeto, Luiz Couto, das cadeiras negras no Congresso.

A gente precisa mudar a cara dos congressistas. Precisamos de negros e negras no Congresso Nacional, nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas. *(Palmas.)*

Só assim, a gente vai conseguir colocar mais facilmente a legislação que a gente quer, em relação a essa temática. Eu gostaria, então, de fazer esse apelo aos Deputados.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, companheiro.

É pauta importante que a CPI está acompanhando, esse debate sobre a mídia, agências de publicidade.

Agora, a nossa companheira Gilberta Soares, da Secretaria Estadual de Mulheres e da Diversidade Humana.

A SRA. GILBERTA SOARES - Boa noite, mais uma vez, a todas as pessoas. Boa noite, Deputado Reginaldo Lopes.

Parabenizo-o pela condução deste dia hoje aqui, na Paraíba. E várias das afirmações e leituras que o senhor tem feito durante o dia realmente são muito condizentes com a forma de algumas questões que a gente quer colocar.

Cumprimento também o Deputado Luiz Couto e o parabenizo pela sua trajetória de luta, pelos direitos humanos e várias questões. Também parabenizo o Deputado Damião Feliciano e lhe agradeço por esse compromisso de estar, durante todo o dia, acompanhando esta pauta tão importante para a gente, e a Deputada Rosângela Gomes, que ainda também se encontra aqui no plenário.

Eu gostaria de fazer uma fala que pudesse contribuir e também refletir junto, e contribuir, do ponto de vista da política pública e desse lugar que hoje ocupo, que é uma Secretaria de Estado que tem o papel de promover política pública de igualdade racial.

Eu queria fazer algumas reflexões e dizer que não são verdades absolutas. Eu acho que a gente está diante de um problema por demais complexo. A gente vive uma era de complexidades, onde a gente tem poucas verdades.



Eu acho que a gente não tem verdades absolutas, a gente deve questionar cada vez mais. Espero que isso que estou dizendo não signifique que eu não tenha pensamento nem reflexão, Suzany, sobre as coisas que tenho feito. Eu acho que a gente está cada vez menos sendo capaz... A gente deveria cada vez menos ter verdades absolutas, porque os fenômenos são por demais complexos e os desafios de encontrar as soluções são também complexos, principalmente para quem está na gestão pública, como também para quem está nos espaços institucionalizados, onde a flexibilidade, as próprias características das instituições são muito duras de forma geral e, às vezes, dão poucas possibilidades de fazer os movimentos.

Então, eu gostaria de trazer algumas reflexões desse lugar, dessa política pública de afirmação da igualdade racial. É uma política pública extremamente nova no nosso País, e ela vem dentro de um bojo, de um contexto do processo de democratização brasileiro, e mesmo assim partiu. Então, nós temos uma política que eu diria ainda incipiente não só na Paraíba, mas no Brasil de forma geral, e isso nos traz bastantes desafios, porque nós temos um sistema. Eu costumo dizer que é uma política recém-nascida se nós a compararmos, por exemplo, com a política da educação, com a política de saúde, que tem um sistema organizado, que tem um fundo com financiamento próprio. Nós não temos financiamento próprio.

Nós estamos agora trabalhando para construir esse sistema da política. Isso significa ainda implantar conselhos — muitos Municípios e muitos Estados não têm Conselho de Igualdade Racial; significa ter plano de política — tivemos processo de conferência, mas isso não derivou necessariamente num plano de política pública; e significa financiamento — o Deputado tocou nesse assunto, que eu acho de extrema importância.

Portanto, são desafios que tornam difíceis a execução da política. Esse papo pode parecer burocrático para quem está na ponta. Eu acho que, na primeira fala que fiz, eu me referi a essa ponta, que é o que Dalmo diz: é quem está na rua, é quem está agora sofrendo a vulnerabilidade na pele, na cor da pele. Pode parecer burocrático, e é também. Mas nós, que estamos na gestão, que estamos no espaço institucional, só nos movemos se dialogarmos com isso, que é o financiamento, que é o sistema, que é a prioridade da política pública. E é por isso que eu tenho que dialogar nesse aspecto.



Eu acho que, nesse primeiro momento de gestão, nós, de fato, colocamos uma expectativa muito alta no Plano Juventude Viva. E eu fiquei muito feliz. Eu tenho achado muito interessantes as suas colocações, Deputado, quando o senhor disse que o Plano Juventude Viva viveu uma primeira fase — o senhor o chamou de primeira fase. E quando eu disse que estava angustiada com isso, era porque eu não sabia o que fazer, era porque eu estava fazendo uma reflexão, inclusive para você, Suzany, que estava representando o Juventude Viva, e para os meus colegas de gestão, tanto do Estado como dos Municípios que estão envolvidos, porque nós não estávamos saindo de um plano de diagnóstico. Foi isso que eu quis dizer. Eu quis nos chamar para uma reflexão neste lugar e dizer: *“Vamos parar de diagnóstico, Deputado, e vamos chegar ao território!”* Nós já sabemos quais são os territórios. Vamos para Mandacaru! Vamos para o Santa Rita! Vamos para o Bayeux! Vamos para Patos! Vamos para Campina Grande! Vamos chegar ao território com a política?

Era isso que eu quis dizer. Eu não quis dizer que não sabemos fazer, porque eu tenho ideia, e o plano diz o que fazer. Agora nós passamos muito tempo, e aí é uma crítica que eu faço, porque eu estou neste lugar, ao Governo Federal. Aos Municípios eu nem ousou fazer crítica, porque são raros os Municípios que sequer tomaram essa pauta para si e sabem o que têm que fazer. Mas a gente ficou numa era de diagnóstico. Não é que diagnóstico não seja importante, tem que haver diagnóstico. Mas nós já sabemos, vocês sabem, o movimento sabe, o movimento já escreveu sobre isso, já denunciou, já gritou. Nós sabemos agora os territórios, temos índices ainda subnotificados, mas temos. Então, minha preocupação é chegar ao território. Agora, para chegar ao território, nós chegamos sozinhos à política de igualdade racial; temos que ir à saúde, à educação, à segurança, à cultura, ao esporte.

Então, essa complexidade de uma política que não se realiza sozinha é um grande desafio da gestão pública, porque nós estamos acostumados a um modelo de gestão, Deputado, que é um quadrado: cada um no seu quadrado, cada um na sua caixa, cada um com seu recurso, e ninguém dialoga, e ninguém solta o recurso para a prioridade do outro. A minha prioridade é a população negra, é a população



LGBT, são as mulheres. Mas a prioridade do outro, que está na segurança, são muitas outras: saúde, educação, etc.

Então, eu acho que esse dever de casa significa a gente ter trabalhado isso dentro da gestão Estado e dizer que essa Secretaria foi criada para isso, porque antes não existia um lugar desses na gestão estadual, um governo do Estado que pensasse essa política. Eu acho que a criação da Secretaria, com gerência e com foco, foi para fazer o dever da gestão dentro de casa e chamar os outros colegas e dizer: *“Colegas, vamos nos debruçar, vamos trabalhar com a anemia falciforme”*.

Então, foi um trabalho feito com a saúde, que é prioridade para a população negra. Vamos voltar a ativar o Fórum de Educação Racial, que estava parado? Vamos reativá-lo? Vamos criar a Comissão Estadual de Saúde da População Negra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Secretária.

A SRA. GILBERTA SOARES - Está acabando o meu tempo e eu não disse quase nada.

Na verdade, eu acho que a gente fez esse dever de casa. Eu acho que nós trabalhamos algumas oficinas do racismo institucional. Nós fizemos isso, foram feitas duas a três oficinas para trabalhar o racismo institucional com esse povo, com essas pessoas que estão executando a política.

Eu acho que, nesse segundo mandato, a gente evoluiu com a criação da Secretaria Executiva de Juventude. A Priscila vai se debruçar sobre o plano, e eu acho que a gente pode avançar bem mais, e que o Estado tome o plano para si, porque o Juventude Viva efetivamente não conseguiu construir a intersectorialidade com os outros Ministérios e repassar recursos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GILBERTA SOARES - Sim, eu sei. Eu espero que, em relação a essas pessoas que perderam a vida, os inquiridos sejam concluídos e que os criminosos sejam julgados. Agora, o que eu posso fazer aqui é dizer a você que existe uma reflexão, que existe boa vontade, porque chegar aqui, generalizar e dizer que não existe compromisso político é um discurso generalizado. Eu entendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. GILBERTA SOARES - Eu entendo tudo que vocês estão dizendo. Agora, eu preciso fazer uma fala e trazer a contribuição para a CPI, que é o meu papel, a partir do lugar onde eu estou para a gente inclusive avançar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GILBERTA SOARES - Eu sei que essa é uma crítica. Agora, se a gente tem uma ação intersetorial, em que o trabalho é feito de forma coletiva, tem que movimentar em todo canto, porque, se fosse uma Secretaria de Igualdade Racial sozinha — e espero que a gente evolua para isso —, a gente não ia conseguir resolver o problema da segurança, porque esse problema tem que ser resolvido, em parceria, com outra Secretaria. E, para isso, por exemplo, a gente precisa avançar na capacitação de policiais militares e de policiais civis.

Secretário Jean, a Secretaria tem sido uma grande parceira, tem conseguido trabalhar, por exemplo, na qualificação dos dados que não tinha. É pouco, é um pingo. Eu reconheço que é pouco, mas temos que começar de algum lugar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GILBERTA SOARES - Eu estou dizendo que o diagnóstico está bom, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou garantir a palavra sem esse pingue-pongue, para a conclusão da Secretária.

A SRA. GILBERTA SOARES - Eu volto a dizer: a gente não pode generalizar. Tem policial que está fazendo isso; tem policial que está trabalhando para que isso não aconteça.

E o que a gente tem que fazer? Eu acho que, por exemplo, Secretário Jean, uma das coisas importantíssimas é a gente trabalhar com os policiais civis para que qualifiquem o crime como crime racial, para que, quando o inquérito for gerado, esteja lá como crime racial e não como outra coisa, como vocês colocaram, e eu não tenho tempo para qualificar. Então, a gente tem que continuar trabalhando nisso.

Eu acho que a gente tem trabalhado, sim, a afirmação da negritude, e aí é o que Dalmo diz: a gente tem o reconhecimento, e a Bamidelê já fez isso, já lançou campanhas. A gente tem um Estado em que a cultura, o mito da democracia racial avassalou a identificação dessa população. O Governo tem conseguido fazer isso, apoiando atividades dos grupos no interior, na data marcante, que é o dia 20 de



novembro, fazendo campanhas como *Racismo, um crime que se sente na pele*. São atividades que dizem respeito à competência desta Secretária.

Acho que ações específicas em comunidades quilombolas têm sido feitas, o que é uma expressão também da resistência negra e do racismo. São ações que a gente tem feito, mas é preciso pensar essa questão do financiamento, que é um problema nacional, e a questão das ações articuladas. E quero dizer para todos os colegas dos Estados que estão aqui que é preciso mais uma vez convocar para que a gente faça esse trabalho em conjunto, essa sensibilização dos gestores de muitos que ainda não têm esse entendimento, e partir para um trabalho nos territórios.

Para terminar, eu gostaria de trazer a minha contribuição em termos de casos, que é o caso do jovem Jackson Lira da Silva, desaparecido em fevereiro de 2014, aqui em João Pessoa, no Jardim Cidade Universitária, nos Bancários, visto nas proximidades do Caiaque, que nunca mais foi encontrado, Secretário. A família tem pedido — por motivos diversos, não puderam vir aqui contribuir com o depoimento —, e eu acho que a gente podia fazer um esforço nesse sentido, para incluir em lista o jovem Jackson Lira da Silva, um jovem negro e que está desaparecido até hoje. O inquérito está aberto, mas a gente não sabe do paradeiro dele.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Quero agradecer a contribuição da Secretária, que traz nomes de jovens que estão desaparecidos.

O desaparecimento também é uma razão, uma causa da investigação da CPI. Então, é importante a contribuição, e inclusive, Relatora, nós precisamos também fazer o monitoramento dos desaparecimentos, dos relatórios, dados e nomes das pessoas.

Com a palavra a Dra. Fabiana Maria Lobo da Silva, 2ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Bayeux.

A SRA. FABIANA MARIA LOBO DA SILVA - Boa noite a todos! Queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente da CPI, Deputado Federal Reginaldo Lopes. Peço licença à plateia para cumprimentar as Conselheiras



Tutelares de Bayeux — eu acho que elas estão por aí ainda —, que são guerreiras, são minhas companheiras.

Eu estou na Promotoria da Infância, Juventude e Educação de Bayeux há pouco tempo, há menos de 2 meses. Fiquei muito satisfeita com esse convite para participar aqui da CPI e poder falar um pouco. Eu acho que é um pouco de desabafo. Estou há pouco tempo em Bayeux, mas, nesse pouco tempo, já tive um certo retrato do que acontece. Bayeux é Região Metropolitana, vizinha a Santa Rita, é a quarta cidade onde mais se matam jovens, crianças e adolescentes, e não é diferente do resto de outras regiões aqui do Estado.

Então, quando eu recebi o convite para vir a esta CPI, eu pedi à Polícia Civil local que fizesse o levantamento do número de homicídios de crianças e adolescentes. Eu estou falando até 18 anos, não estou falando de jovens que vão até os 29 anos. E eu recebi esse número hoje: foram 11 homicídios de crianças e adolescentes em 18 meses. Esse número é bastante elevado, é quase um homicídio por mês de crianças e adolescentes em Bayeux.

Afora os homicídios, temos os casos de desaparecimentos, mas ainda não me deram o quantitativo. E também temos aquilo que nós chamamos de morte simbólica. Atualmente, na Promotoria há 32 procedimentos que acompanham a morte simbólica de crianças e adolescentes. O que é isso? São crianças e adolescentes, a partir de 6 anos de idade, que estão completamente envolvidos no tráfico de drogas, como dependente e como aviãozinho.

Em Bayeux nós temos duas facções que são muito conhecidas aqui da Paraíba, que são Al Qaeda e Estados Unidos. Essas duas facções estão se matando, por disputa de tráfico e de local. Lá, Deputado, cada bairro tem o chefe da Al Qaeda e cada bairro tem o chefe da facção. O que eles fazem? Quanto menor a criança, quanto mais vulnerável o menino, de 8 a 9 anos, maior é a chance — e crianças negras e pardas também — de eles a puxarem para o tráfico, porque a criança pode circular de um bairro para outro sem que a facção perceba. Nós temos casos de crianças de 6 anos como aviãozinho, de 8 e 9 anos, criança de 9 anos que usa pistola, criança armada! Então, essa é a realidade de Bayeux.

A ordem para matar ou a ordem para espancar, porque também há tortura psicológica e física, quando não se mata, vem de dentro do presídio, porque todo



mundo sabe que está entrando celular no Róger por 300 reais. Se for no PB1 e PB2, conforme informação que eu já recebi, é mais caro; chega a ser até 3 mil reais. Mas no Róger, por 300 reais, entra celular. Então, os chefes da facção, os maiores, que estão no Róger, estão dando a ordem para espancar, para matar, enfim, de modo que essas crianças e adolescentes estão vivendo morte simbólica.

E por que está acontecendo isso? Por que foi que a Al-Qaeda e os Estados Unidos tomaram conta de diversos bairros lá de Bayeux? Por ausência de Estado. E quando eu falo Estado, é o poder público, não é só o Estado. É Município, é Governo Federal. Há uma completa ausência de Estado.

Esta semana eu fiz uma audiência com um dependente, um adolescente negro dependente de *crack*. Ele saiu de uma internação no Juliano Moreira, que é o único canto que a gente tem para mandar, aqui, e ele foi para lá e disse: “*Doutora, não me mande para a escola, não, porque lá eu vou piorar, porque a droga entra na escola.*”. Lá existe um *delivery*. Os traficantes estão pulando o muro, quando não entram pelo portão da frente, para entregar *crack*, entregar aranha, que é outra droga que tem por lá.

Então, a droga, lá em Bayeux, está dentro das escolas, a ponto de o dependente químico pedir para não ir para a escola. E o que fazer? Cadê a segurança pública? Sabemos que na frente das escolas públicas lá tem rodas de fumo, não é? E o Ministério Público está agindo. Então, agora, cadê a segurança pública?

E a saúde? O que eu faço com uma criança de 9 anos dependente química? O que eu faço? Porque não existe o CAPS. Em Bayeux eu não tenho o CAPS infantil. Mas o CAPS resolve? Resolve mandar um dependente viciado em *crack* para um CAPS, para à noite ele voltar para casa, se em cada bairro lá há uma boca de fumo? Será que é isso? Não é só questão de segurança pública; é questão de saúde, certo? Então, só o CAPS não resolve. Aqui, a gente só tem o Juliano Moreira.

Nesse curto período que eu estou lá em Bayeux, eu já mandei cinco adolescentes dependentes químicos para o Juliano Moreira. Só que o prazo lá, no máximo, é de 15 dias. Então, com 15 dias: “*Olhe, vá embora para a sua casa; volte lá.*”. E não há mais lugar para onde mandar. A Unidade de Acolhimento tem vagas



reduzidas, certo? Então, na ponta, a coisa não está funcionando, e é esse jovem quem está morrendo: é o adolescente negro, é o adolescente pardo. E o Ministério Público está fazendo algo; a gente está entrando com as ações. Recentemente, entrei com uma ação para que o Município de Bayeux custeasse uma clínica privada, já que no poder público isso não existe. Só que até agora a ação não foi julgada.

Então, infelizmente, o que está matando, pelo menos na minha realidade em Bayeux, é isso, a ausência de políticas públicas, a ponto de, enquanto Promotora de Justiça, eu me sentir frustrada, entendem? Nós fazemos o que podemos, mas existe uma ausência de Estado.

Então, era esse retrato que eu queria trazer e só pedir que, com relação à redução da idade penal, eu acho que há coisas mais importantes para o Congresso se preocupar, como a questão da educação pública, que é falida (*palmas*), como a questão da dependência química, porque não existe um programa sério de dependência química. Então, eu acho que há coisas muito mais importantes e primeiras do que se questionar redução de idade penal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, nossa Promotora. Quero agradecer a Fabiana Maria Lobo. Quero passar a palavra à representante da sociedade civil Sandra Regina. Nós já ouvimos todas as instituições, entidades, instituições que fizeram as inscrições, e nós estamos ouvindo agora o plenário, são novas inscrições do plenário. A Sandra Regina está presente? (*Pausa.*)

Então, tem a palavra o Matheus Sol Sol.

O SR. MATTEUS SOL SOL - Boa noite! Eu estou representando aqui o Coletivo Antiproibicionista da Paraíba, que é um coletivo formado por estudantes de várias disciplinas na UFPB, e queria deixar claro aqui que foi batido na tecla desde o começo, mas não foi considerado de fato o grande argumento da política pública para respaldar o genocídio da população da juventude negra, na Paraíba e no Brasil inteiro, que é o argumento totalmente infundado, não científico, da atual política de drogas.



O dedo do policial que aperta o gatilho da arma é respaldado por um discurso totalmente preconceituoso, racista, homofóbico, machista, expondo inúmeras mazelas que a gente vive na sociedade. Por isso, enquanto jovem negro — e também me reconheço como indígena —, eu tenho medo de andar na rua. A criminalização da pobreza está institucionalizada na polícia. Quando você está andando na rua, se há duas pessoas, um branco e um negro, eles vão parar o negro e vão logo descendo a porrada.

Não existe nenhum tipo de formação humanizada na polícia. A Polícia Militar tem que acabar, sim. Dizemos “não” à redução da maioria também, e a gente precisa levar a sério o debate sobre drogas aqui, porque é o dispositivo usado pelo sistema penal para criminalizar minorias. Em Recife há casos de travestis negras que estão na rua fazendo o que bem entenderem da vida, chega um PM e implanta uma droga, implanta *crack*, implanta maconha, enfim.

O nosso foco não pode ser a droga. A gente tem que ter uma educação, uma política de drogas que de fato eduque desde criança. Desde criança, a gente tem educação de trânsito. A gente tem que ter uma educação respaldada no conhecimento científico, para além dos preconceitos. Quando o companheiro disse aqui que o paraibano e a maioria dos brasileiros não se reconhecem como negros, isso se deve a uma educação eurocêntrica, em que eu nego as minhas origens, a minha cultura negra, o meu cabelo *black*, o meu cabelo comprido, a minha pele negra, o meu colar, a minha guia, o meu *beck*, o meu fumo, a minha droga, que é criminalizada por uma política totalmente preconceituosa.

E isso diz respeito a inúmeras áreas da sociedade, tanto quanto às mulheres, que são as que mais sofrem com relação a isso, porque, no presídio, mais de 60%, 70% das prisões femininas são por conta de tráfico. Mas que tráfico é esse? O que é tráfico? Você está ali como mula, levando 10, 30, sei lá, 5 gramas de droga para dentro do presídio, e você vai prender aquela mulher, aquela pessoa como traficante de drogas, enquanto os grandes traficantes usam terno e gravata e estão no Senado, na Câmara dos Deputados, na Câmara de Vereadores, estão enchendo o nariz de cocaína e enchendo o bolso com o dinheiro do tráfico. (*Palmas.*)

A gente tem o exemplo do HSBC, que é um dos maiores bancos que lavam o dinheiro do tráfico internacional, e não há uma notícia sobre isso. No jornal, só passa



o menino que estava com uma dola de 10 contos, para poder comer, para poder levar comida para dentro de casa. Então, que visão a gente tem sobre política de drogas senão como uma ferramenta do Estado executada pela polícia, de segregação social, de controle da sociedade, de um embranquecimento da sociedade brasileira?

Eu quero deixar evidente aqui que esse deve ser o nosso ponto também, tão importante quanto todos os que foram evidenciados aqui. Mas a gente deve enxergar a política de drogas como o principal argumento para o genocídio da juventude negra e de qualquer minoria, seja negra, seja homossexual, seja feminina. Este é o dispositivo utilizado para criminalizar as minorias, criminalizando cultura. E maconha é cultura negra, sim; maconha é cultura indígena, sim.

E indústria de repressão gera muito mais lucro e está associada à lucratividade das empresas que querem implementar a redução da maioria penal, para ganhar dinheiro com a repressão. O mercado de guerra é o que mais gera lucro hoje. Você cria presídio, você cria arma. Eu não produzo arma lá em casa. Eu não tenho uma empresa que ganha bilhões, que seja o grande carro-chefe para fazer a manutenção da economia mundial, como fazem os Estados Unidos, cuja grande fonte de renda é a guerra.

Eu não sou dono de empresa de arma, eu não sou dono de empresa de nada, entende? A gente precisa ter uma educação real, pautada no estudo científico. A gente tem exemplo aqui do Rio Grande do Norte, a exemplo do Prof. Sidarta Ribeiro, um neurocientista, e de inúmeras pessoas que estão estudando, e não se fala, não se debate, não se assume, não se tem uma educação sobre o que é ser negro, sobre o que é ser brasileiro de fato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Concedo a palavra à Sra. Sandra Marrocos.

A SRA. SANDRA MARROCOS - Primeiro, boa noite a todos e a todas! Estamos todos cansados, e isso faz com que a gente se parabeneze por estar até agora aqui. Eu queria dizer a Damião e ao querido Luiz Couto da minha gratidão e, com certeza, da gratidão de todas as pessoas pela postura de vocês lá no Congresso Nacional contra a redução da maioria penal. (*Palmas.*) Vocês, de fato, nos representam! Quero também saudar o Deputado Reginaldo Lopes.



Eu vou tentar falar em 5 minutos, o que é algo desafiante. Eu estava comentando aqui com o Antônio que eu não estou bem. Se fosse possível, hoje eu não falaria, mas eu tenho que falar. É minha tarefa. Eu hoje não estou bem, porque as mulheres têm períodos em que não estão tão bem. Eu sou mulher e é muito prazeroso ser mulher.

Estou há 2 anos e 4 meses à frente da socioeducação na Paraíba, o que é desafiante demais! É um processo de anos, de muitos anos de abandono, de abandono de estrutura física, de abandono de projeto político-pedagógico. No período de 5 anos de governo, é quase impossível a gente dar respostas a todas as demandas reprimidas durante todo esse tempo. Mas eu queria dizer que, muito pelo contrário do que se coloca, a gente está muito feliz com o controle social, profundamente feliz. Agora, deve haver controle social numa gestão de parceria, e nós somos parceiros, todo o mundo sabe disso. Não somos parceiros só na gestão, não; nós somos parceiros e parceiras de luta!

É lógico que todos são muito bem-vindos e bem-vindas, mas qualquer denúncia, antes de ser feita, precisa ser apurada, e será apurada. Nós montamos uma comissão de sindicância e, num prazo de 20 dias, vamos dar uma resposta à sociedade e principalmente aos movimentos sociais organizados. Agora, não queiram que eu culpe, de forma primária, os trabalhadores e as trabalhadoras da socioeducação, porque eu não o farei. Quem me conhece tem certeza disso.

Sobre a questão da socioeducação, quando eu entrei, nós tínhamos 279 adolescentes privados de liberdade no Estado da Paraíba. Hoje, nós temos 618. Percebam! São 2 anos e meio de uma população, companheira Gilberta, hegemonicamente oriunda do meio popular, vivendo no seu contexto uma situação de negação de direitos, e negra, da raça negra. Isso é indiscutível! A gente vive um extermínio. A gente vive, sim!

Por isso, precisamos estar muito atentos e fortalecidos, companheiro Luiz Couto. Nós vivemos um momento de cassação de direitos! É isso que está sendo feito, e os direitos das crianças e dos adolescentes estão sofrendo esse processo de retrocesso no nosso País. Por esse motivo, precisamos estar fortes, companheirada! Precisamos estar unidos, cada um e cada uma no seu lugar, falando de sua tarefa. Hoje, eu estou gestora. Eu fui do movimento social durante muitos anos da minha



vida. Eu fui vereadora nesta cidade. Então eu tenho clareza de qual é o meu papel em cada um dos meus espaços de atuação profissional e de militância política.

Portanto, eu quero encerrar dizendo a vocês que contem conosco, contem com o nosso apoio, contem com a nossa cooperação, mas contem também com as nossas limitações históricas. Não se pode chegar a uma unidade de internação completamente abandonada durante tanto tempo e querer que ela funcione como num passe de mágica. A gente não tem problema para reconhecer isso. Quero dizer que, no último ENEM, companheiro Damião, foram aceitos dez adolescentes privados de liberdade nas universidades federais da Paraíba. Isso é fantástico! É isso que a gente tem que mostrar. (*Palmas.*)

Nas Olimpíadas de Matemática deste ano, na 11ª edição, em nível nacional, das quais participam escolas públicas e privadas, nós tivemos 30 adolescentes aprovados no mês passado para a etapa nacional. Isso é fantástico! É a isso que a gente tem que dar visibilidade neste momento de crise! Sobre as deficiências e as complexidades temos que dialogar internamente; elas não têm que ser encaminhadas para a imprensa antes de chegar até mim, não! Têm que ser dialogadas aqui, aqui nesta CPI, aqui onde a gente tem parceiro, aqui onde a gente consegue construir com cumplicidade!

Agora, um relatório chegar à imprensa antes de chegar até mim?... Eu convidar o Conselho de Direitos Humanos para acompanhar uma comissão de sindicância e dele receber um ofício dizendo que não vai fazer, que não tem interesse de fazer isso?... E aí, companheiro Luiz Couto, como a gente deve se portar diante disso?

Vocês serão muito bem-vindos! A gente continua insistindo. O ofício foi encaminhado novamente para o Conselho da Criança e do Adolescente, e a gente espera que ele responda de forma positiva para que, num prazo de 20 dias, a gente apure todas as denúncias.

A alimentação é boa? Não, não é boa, não. Precisa melhorar? Precisa. Os agentes socioeducativos são terceirizados? São, são terceirizados, sim — e há mais de 20 anos! Agora, o Governo da Paraíba está com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração — PCCR pronto. Ano que vem, a gente abre concurso para 400



agentes socioeducativos aqui na Paraíba. Vocês querem dizer que as unidades não são insalubres em sua grande maioria? São; são, sim. A gente vai mentir? Não.

Agora, está lá acontecendo uma reforma, com muitas dificuldades. Mas dizerem que adolescente é torturado é inadmissível! Se isso, no final de tudo, for comprovado, quem tiver feito vai ser punido. No entanto, neste momento, eu não sou gestora de gabinete, não; eu sou o tipo gestora que costuma estar dentro das unidades de internação. Uma vez ou outra, como o Padre Xavier falou, um direito pode ser violado? Sou eu que vou dizer que não? Não! Quem vai dizer é a comissão.

Mas, com todas as letras, quero dizer que os jovens adolescentes do Centro Educacional de Jovens — CEJ, que não são mais adolescentes, não sofrem tortura. Eles estão privados do espaço de convívio comum? Sim. A gente teve uma rebelião. E foram tiradas fotografias de lá, Padre Xavier, na minha presença. Eu estava com o senhor. E eu quero saber, Padre Xavier, tanto quanto o senhor — porque isso é uma afronta à Sandra Marrocos também —, o que um danado de um porrete em que estava escrito “*ECA e Direitos Humanos*” estava fazendo no campo de uma unidade de internação?! Se o senhor quer saber, eu quero saber muito mais!

Agora, eu queria muito saber como — pois é a única coisa que me deixa constrangida nessa perspectiva — um relatório chega à imprensa antes de chegar até mim. Isso me deixa completamente sem entender.

Pode mostrar o porrete, Padre, fique à vontade. Eu não tenho medo.

Conversei com o Padre Xavier, e ele me disse que, infelizmente, não tiveram o controle de colocar... Não é, Suzany? Só um instante, companheira!

Eu não falei à imprensa nenhuma, porque eu respeito a construção coletiva. Ninguém me viu em TV ou em jornal falando desse assunto, mas nesta CPI eu vim falar desse assunto. Quero dizer a vocês que, em 20 dias... Quero reafirmar o convite ao Conselho de Direitos Humanos para acompanhar a comissão de sindicância e solicitar que esta Comissão também acompanhe a sindicância.

Eu estou profundamente desencantada com a participação. Estou emocionada? Estou, porque estou com raiva, além de tudo. Aliás, não estou com raiva, não, porque não sinto raiva. Quem me conhece sabe que não sou mulher de sentir raiva.



Mas estou muito desencantada, porque, no momento em que a gente deveria estar unido, a gente aponta falhas de forma pública.

Muito obrigada. Prazer imenso! Fique à vontade, Suzany. É seu papel. Mas se controle, como a gente se controla, está certo?

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vamos passar a palavra à Priscila Gomes, nossa Secretária-Executiva da Juventude do Estado da Paraíba.

A SRA. PRISCILA GOMES - Boa noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui com todos vocês.

Sr. Presidente, queremos parabenizar V.Exa. pela iniciativa, uma vez que vemos hoje um Congresso superconservador, com o qual temos lutado e brigado contra a redução da maioria penal. Agradecemos mais uma vez a V.Exa.

A Secretaria Executiva de Juventude, criada neste ano de 2015, é um novo método e um novo instrumento de implementação de políticas públicas para a juventude no Estado da Paraíba. E temos trabalhado e dialogado cotidianamente com todas as Secretarias de Governo do Estado. Por ser uma política para jovens, obviamente, é uma política horizontal, e sabemos da importância desse diálogo, inclusive e principalmente no que diz respeito às questões de segurança pública do Estado.

Nesse sentido, temos tido vários diálogos com a Secretaria de Estado da Segurança, pois queremos trabalhar prioritariamente, nos moldes do Juventude Viva, e aperfeiçoar, de acordo com nossa realidade local, programas institucionalizados no âmbito estadual, em consonância também com os programas municipais.

Nossa proposta é trabalhar inicialmente em Santa Rita, por entender que esse Município é muito desprivilegiado em vários fatores que incluem a nossa juventude.

Então, estamos fazendo esse processo de articulação nesse primeiro semestre do ano. Haverá a programação do Mês da Juventude, mês esse que será comemorado a partir do dia 12 e vai até o final do mês, ocasião em que serão entregues aplicativos de smartphones, com todos os serviços que o Governo do Estado oferece para a juventude — vai ser um canal de diálogo constante.



Vamos criar nossa ouvidoria, para que, a partir daí também, se possa conseguir analisar as dificuldades que a juventude encontra no âmbito estadual. Vamos fazer também o lançamento do edital do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú — PROCASE, quando iremos liberar 2 milhões de reais para projetos direcionados aos jovens do meio rural, que estão incluídos nos 53 Municípios de atuação do PROCASE, nas regiões do Cariri, Seridó e Curimataú.

A principal novidade, que é um ganho para a nossa juventude paraibana, é que o Poder Executivo está pautando e está puxando o Plano Estadual de Juventude, o primeiro plano do Estado nessa área. Temos já dialogado com todas as Secretarias.

Vamos trabalhar também a questão da segurança pública, da saúde e da educação, na perspectiva do plano integrado de gestão, que é um novo modelo de sistema e de gestão intersetorial utilizado agora no segundo mandato do Governo. Vamos trabalhar o projeto dentro desse sistema, onde todos os Secretários e Secretárias, juntamente com o Governador, terão toda a análise do andamento e saberão quais são os entraves que esses projetos e esses planos poderão ter. A partir daí, vamos trabalhar incisivamente na construção e na implementação dessas políticas.

Quanto ao Plano Estadual de Juventude, vamos primeiramente lançar a proposta do Executivo e abrir um espaço para discussão. Faremos isso com base em duas demandas que tivemos nas duas primeiras e últimas Conferências Estaduais de Juventude. Vamos trabalhar em cima de todas as propostas e aproveitar agora os espaços, por ser um ano de realização de conferências de juventude, para pautar e qualificar cada vez mais a articulação e a discussão sobre políticas públicas de juventude no Estado.

Fazemos parte de uma Secretaria nova. Quem me conhece sabe que eu vim do Movimento Estudantil, sabe do meu empenho em efetivamente fazer o contato e o diálogo com a sociedade civil, o quanto estamos desempenhando esse papel de articular — não instrumentalizar, que fique bem claro — e fortalecer cada movimento social que temos aqui no Estado, por entender que o movimento social é essencial para a construção política e pública de um Estado de Direito de que necessitamos e



precisamos para o nosso Estado da Paraíba. Em relação ao Juventude Viva, a Tâmara vai falar um pouco mais.

Como a Gilberta já antecipou, realizamos três oficinas sobre o tema “Racismo Institucional”. Foram poucas, obviamente, mas, a partir do momento em que construímos esse plano — e construímos também dentro do PPA agora, pois este ano é de articulação e de construção do PPA — e conseguirmos implementar mais projetos focados para a juventude nas Secretarias, vamos garantir recursos para fazer mudanças na realidade dessa juventude.

Nesse sentido, temos o Comitê Intersectorial de Políticas Públicas de Juventude, através do qual se faz o diálogo com praticamente todo o Governo do Estado. Também temos a representação de grupos de trabalho, e um dos grupos que está mais em desenvolvimento é o de jovens das comunidades rurais, jovens que identificamos como os menos privilegiados do Estado. Assim também ocorre com o grupo de jovens negros. Mas nossa perspectiva de trabalhar no eixo da juventude negra é justamente nesse plano e nessas atividades incisivas nas comunidades e nos territórios.

E a principal bandeira que queremos levantar, com a contribuição da sociedade civil, é a criação do fundo estadual de juventude, para que possamos, cada vez mais, criar uma base consolidada do movimento juvenil no Estado. E aí a Secretaria também, queira ou não, vai ter uma base de sustentação para pautar, junto ao Governo e à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, essas políticas.

Aí, sim, unidos — novamente reafirmo: sociedade civil e poder público —, poderemos avançar e construir, cada vez mais, uma política de juventude que contemple mesmo, de fato, esse segmento e não exclua nossos jovens.

Queremos ainda falar sobre alguns dados sobre educação. Com os dados do Paraíba Unida pela Paz, sempre pedimos à Secretaria de Segurança o recorte geracional e o recorte étnico-racial.

Com base nisso e em diálogo com o Secretário de Educação, Prof. Aléssio Trindade, nós focalizamos, a partir de agora, as escolas em tempo integral e o Programa Liga pela Paz, que trabalha com o enfrentamento da cultura de violência, que trabalha o combate à cultura de violência. Vamos pegar os bairros e os Municípios em que há maior incidência de assassinatos desses jovens e vamos



neles priorizar a criação de escolas de tempo integral, da mesma forma também como reforço da política de redução de danos, uma vez que a Secretaria de Saúde do Estado está superaberta ao diálogo e também para fazer essa construção coletiva em prol da vida e da saúde da juventude paraibana.

Podem contar conosco. A Secretaria se localiza no Castelo Branco e somos superacessíveis. Quem quiser pode falar comigo depois. Deixarei meus contatos.

É isso aí. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Priscila.

Quero passar a palavra ao Isac Santos. Está presente?

O SR. ISAC SANTOS - Boa tarde, quase boa noite a todos. Aliás, já é noite. Olhem que maravilha! (*Risos.*) Desculpem-me, mas é porque ainda está claro, não é?

Bom, eu sou descendente de holandês e de índios. Minha avó era descendente de índios e meu avô, de holandês. Minha mãe se apaixonou por um negro. Daí meu avô, embriagado, colocou a faca na garganta de minha mãe e disse: *“Você vai se casar com aquele negro? Se você se casar com aquele negro, eu vou cortar sua garganta agora!”* E ela disse: *“Eu vou casar, porque eu o amo. O senhor pode me matar, pai, mas eu vou casar porque eu o amo, independente de ser negro ou não.”* Eu nasci dessa mistura aí e sempre declaro que sou pardo. Eu preferiria dizer que sou negro, mas, enfim...

Eu também fui vítima de tortura pela Polícia Militar por conta do traje. Se a pessoa anda de bermuda, camiseta e sandália havaiana, a Polícia abusa de sua autoridade. Mas onde eu quero chegar é que o sistema político do Brasil já está falido. Está falido. É um sistema falido. Eu falo isso sem medo. O Poder Judiciário não tem credibilidade nenhuma. Mandem aí um Desembargador estuprar uma criança e vejam o quê que acontece com ele... O Legislativo, muito menos.

Parabéns a esses nobres Deputados que estão trabalhando em causas essenciais, mas eles são uma minoria numa gama de Parlamentares que não estão nem aí para a comunidade negra, para os portadores de necessidades especiais, para a comunidade LGBT, etc. e tal. Parabéns!

Agora, eu queria sugerir que, partindo da premissa da educação — e não da redução da maioria penal ou a questão da reforma, do desarmamento, etc. e tal,



para se colocar arma na mão dos outros —, que falássemos em educação, mas não uma educação como essa! A educação no Brasil é utópica, cansativa, enfadonha. E, se toda a população brasileira tiver nível superior, for universitária, para que servirá isso, se não há mercado de trabalho?

Então, quero dizer que sou líder do Movimento do Combate ao Desemprego, um movimento que eu criei para um dia revolucionar este País, porque eu acredito que, se nós não tomarmos uma posição, uma atitude, o desemprego vai aumentar. E eu quero contatar um número máximo de desempregados no Brasil para fazer uma guerra mesmo, para mudar este País e botá-lo nos eixos, porque o desemprego é o que gera a destruição da família.

Vejam esse exemplo: se um casal com três filhos que está trabalhando normalmente no comércio ficar desempregado, vai dar o quê? Separação. E como ficarão os filhos? Afetivamente abatidos, abalados. Aí vão tentar desopilar na bebida, na curtição, na farra; da farra para as drogas; das drogas, para manter as drogas, vão roubar; e aí sucessivamente.

Então, a família que é a base da sociedade está sendo esfacelada por conta do desemprego. Devemos, portanto, trabalhar inclusão social, porque o desempregado é um excluído. E você já se imaginou um negro e, ainda, da comunidade LGBT? Aí é que não arruma emprego mesmo.

Então, eu sugiro que combatamos o desemprego reduzindo a carga tributária. Eu também falo, entrando no tema, para não fugir do tema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que você conclua, Isac.

O SR. ISAC SANTOS - Sugiro, para concluir, que sejam criadas cotas para o comércio. Para se contratar em certas lojas — cujo nome não vou comentar —, se você for negro, você não é contratado. Então, a indústria discrimina os currículos, o comércio discrimina os currículos. Portanto, sugiro que haja cotas para os empregos no comércio, na indústria — cota para negros e para LGBT também — e também cotas para concurso. Mas sugiro que não seja um percentual pequeno, para que seja uma cota justa.

Como eu estava falando para a Deputada, 52% da população é negra; então, para concurso, sugiro a criação de pelo menos 30% de vagas para negros, assim



como, pelo menos 30%, para o comércio e para a indústria. Aí, sim, incluiremos os negros de comunidades carentes, mais fragilizadas.

Enfim, desejo sucesso a todos e que esta CPI surta o efeito que esperamos. Parabéns, Deputado Luiz Couto! Parabéns aos demais Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Prof. Antônio Novaes, da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba.

O SR. ANTÔNIO NOVAES - Muito obrigado. Bom, boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Sou o Prof. Antônio Novaes, da Universidade Federal da Paraíba, do NEAB, e também da Comissão de Direitos Humanos da UFPB.

Antes de eu começar, quero citar um poema: *“Ser negro é ser África no Brasil; é cantar no lamento; é gemer no sorriso; é sentir o peso do passado; é chorar porque foi vencido; é ver a esperança que nem tudo está perdido”*.

Vejam: nós vivemos em um País no qual se diz que não existe pena de morte, porém, se nós voltarmos para o final do século XIX, no Código Penal, havia pena de morte, sim. Para quem? População negra, população escravizada, Sr. Deputado. Quando esse tempo passa, essa pena de morte se tornou exclusiva para a população escravizada; cada vez menos pessoas brancas passavam pela pena de morte. Se a gente avança mais um pouco, companheiro, o que nós vamos ter, Sargento? Nós vamos chegar, por exemplo, ali em torno de 1930, 1940, 1945, quando nós tivemos a Frente Negra Brasileira, quando nós tivemos o Teatro Experimental do Negro. Foi quando nós passamos a ter uma grande quantidade de pessoas falando positivamente da nossa raça, falando positivamente da nossa cor, e foi quando, companheiro Paulo, eu acredito, nós começamos a dar o primeiro grande passo no sentido de termos hoje, sim, um grande aumento dessa população que se autoidentifica como negra — um aumento expressivo, Deputado Damião. Eu diria que a principal vitória política de um movimento, de uma autoidentificação, começou lá em 1930, 1940, mais ou menos nessa época. E aí, para a gente pensar na falta de empatia que o Estado da Paraíba tem com a população negra, nós temos o *Auto da Compadecida*. No *Auto da Compadecida*, Ariano Suassuna imortaliza — para todo o Brasil, para a toda a população mundial que tivesse acesso a esse livro



— o julgamento de João Grilo, no qual ele olha para um Jesus negro e fala: *“A cor pode não ser das melhores, mas fala bem que é uma beleza”*.

Então, o que nós temos? Nós temos uma população que vive num Estado no qual nós somos 60% da população; quando a gente chega aqui, fala-se que é um Estado alvissareiro, um Estado extremamente acolhedor, mas o que nos recebe a cada esquina, a cada troca de sorrisos, é um racismo ostensivo — um racismo que nos mata, um racismo que nos exclui de praticamente tudo. O que nós temos, por exemplo, aqui no nosso Estado ainda, é uma extrema falta de políticas públicas. Nós temos aqui no Brasil, já há vários anos, desde o ano de 2003, a Lei 10.639. Nós ouvimos aqui agora há pouco a representante do Município falar, mas quando nós vamos para as escolas dialogar com os docentes, a lei é desconhecida; ninguém sabe dessa lei. Nós ouvimos agora há pouco também aqui falar a representante da saúde. Falou uma série de ações, uma série de situações, são positivas, mas quando nós fomos ver na ponta do lápis, 60% dos casos de HIV no Estado da Paraíba hoje, Deputado Damião, são de pessoas negras. Quando nós vamos avaliar a mortalidade por HIV hoje no Estado — que é outro tipo de mortalidade, não violenta, a que a nossa população está submetida —, 80% das mortes por HIV no Estado: população negra. Nós temos profissionais de saúde que desconhecem, por exemplo, a questão da hipertensão na nossa população. Então, quem tem fome tem pressa. Nós temos que avançar mais do que nós já temos.

Quando a gente pensa nessa questão do extermínio da nossa juventude — extermínio que não vem de hoje. Falar, sentir o extermínio, para mim, que vim de bairro popular, não é novidade. No meu bairro nós tínhamos um time de futebol, Priscila. Esse time tinha 15 pessoas; dessas 15 pessoas, 8 “morreram”, entre aspas, em confronto com a polícia; duas realmente de forma natural. Dos que sobreviveram, por que não enlouqueceram? Por que nós estamos aqui ainda? Educação, Deputado. Educação de escola pública e de qualidade. Os que estão vivos e conscientes da sua negritude fizeram universidade, e dessa universidade, Sr. Deputado, conseguimos resgatar a nossa autoestima.

Então, quando a gente fala para se pensar nessa saída, para a gente enfrentar o extermínio, temos que passar pela educação. Mas não adianta eu falar: é uma educação científica. Não, porque, se ela for científica, vai excluir todo aquele



conhecimento tradicional das comunidades de terreiro, por exemplo. Se for essa educação científica tão propagada, vai ficar de fora todo um conhecimento tradicional da população indígena. É isso o que a gente quer? Não! Eurocentrismo de novo? Não! Quando nós pensamos nessa questão da redução da maioria penal, é muito cinismo daquele representante nosso — nosso, não, do representante do Estado da Paraíba —, que vem e fala para a gente: *“Eu perguntei nas redes sociais o que eu deveria fazer”*. Porém as redes sociais também estão alardeando o quê? Golpe militar, volta da ditadura. Será que ele também é a favor da ditadura? Será que ele também é a favor que se volte ao passado? Eu duvido. Temos que pensar em tudo isso.

Outra coisa, quando se debate essa questão da redução da maioria penal, o que nós temos? Fala-se que a redução resolveu a questão em outros países, mas há uma contradição, e, novamente, essa questão é contra a gente. Por quê? Porque quando nós debatemos a questão das cotas aqui, na Paraíba, falava-se para a gente que, Sr. Deputado, Sra. Secretária, que uma solução externa não seria a solução aqui para o Brasil. Agora, por que nos recusavam as cotas, querem nos enfiar na cadeia porque no exterior dizem que isso deu certo. É uma contradição. Não nos querem na universidade, mas nos querem presos, querem-nos presos. Querem nos colocar novamente em senzalas, agora organizadas pelo Estado.

Quando a gente pensa na questão da educação, nós, dentro do NEAB, temos uma série de experiências de trabalhar esse ponto. O NEAB também tem um dossiê que será entregue à OEA. Por quê? Porque nós não estamos encontrando uma resposta em tempo hábil, factível e audível das estruturas do Estado da Paraíba, Município e Estado. Por que não, minha gente, uma secretaria para a gente pensar a questão da população negra? (*Palmas.*) Já passou da hora. Nós ouvimos aqui agora, há pouco, durante a fala da representante da saúde, a inserção do quesito cor. Foi em 2012; só que a inserção do quesito cor, pessoal, foi um pedido que nós fizemos na primeira gestão do então Prefeito Ricardo Coutinho. Levou anos para isso aí chegar.

Minha senhora, quem tem fome tem pressa. Temos aqui um dossiê de vários casos que serão entregues para a OEA. Dentre eles, eu queria ressaltar dois, que não foram citados aqui, o caso do Moacir, que foi preso e torturado, um jovem negro



que foi torturado, e o caso da estudante Kadija, que alcançou repercussão internacional.

Então, de que nós estamos precisando? Reforço. Dado esse silêncio, somos obrigados a apelar para quem? Para cortes internacionais. É fundamental que nós saíamos daqui com algumas coisas mais amarradas. Uma dessas coisas já foi ditas aqui: CPI estadual e municipal.

Outra coisa que considero extremamente importante — venho falando isso há anos, não é a primeira vez que vou falar —: precisamos da nossa secretaria. Se nós temos uma jovem competente, como a Priscila, à frente da Secretaria da Juventude, temos pessoas negras também competentes e aptas para esse debate e para essa contribuição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bem, Professor, quero convidar nosso último inscrito pelo plenário, Luiz Filho, e, depois, a última oradora da Mesa, Tamara.

O SR. LUIZ FILHO - Boa tarde a todos e a todas! Boa noite!

Quero saudar todos e, em nome de José Roberto de Lima Santos, meu irmão que foi morto com um tiro de 12 e seis de pistola na cabeça no dia 8 de dezembro, Dia de Nossa Senhora da Conceição ou Dia de Iemanjá, como é cultuado. A gente chega quase a chorar quando vê algumas pessoas que estão ligadas ao Governo do Estado falarem que não é assim, a dificuldade é muito grande, o cacete que está lá com o nome dos Direitos Humanos, isso não é verdade... A gente quase chega a se sensibilizar e a chorar com tanta coisa linda que tem o Estado racista, que é o Estado paraibano, e que nega, todo momento, na sua bandeira, não é? Ele mata e, ao mesmo tempo, ele nega: “*Não, isso aí...*” Até mesmo o Secretário de Segurança nega; diz que é tudo legal. Mas, Secretário de Segurança, eu entrego para o senhor. Sou da comunidade de Lagoinha, no bairro de Cruz das Armas, sabe? Eu represento a mim mesmo, jovem negro.

Quero colocar que a polícia tem um baralho de fotos. Eles vão à comunidade, encontram os jovens. Outra coisa também é a questão do toque de recolhida. A partir das 10 horas da noite, se pegarem um jovem que estiver lá na comunidade, na esquina, conversando na frente de sua casa, eles vão revistá-lo.



Paulo está aqui. Ele é uma das pessoas que conhecem o Jeferson, que levou um telefone sem fio. Acho que o senhor deve conhecer como é essa agressão no ouvido. E o jovem está com problema auditivo até hoje. O Jeferson Nino, não é, Paulo? O Paulo está aqui e não me deixa mentir. Então, essa é a polícia racista, o sistema de segurança racista que há no nosso Estado.

Também quero registrar que a polícia, para invadir as nossas casas, não precisa estar de madrugada ou com mandado, não. Invade, mesmo na hora em que ela chegar. Meio que eles chegam colocando uma situação, e quem manda lá são eles, oprimindo, chegam com arma, através do olhar. A forma como olham para você...

Então, a polícia invadiu a casa de Molequinho, que é um aluno meu de capoeira e pai de família — tem três filhas. E aí a polícia os levou presos — ele e sua esposa —, para a delegacia. Só que aí, tipo, não encontraram nada na casa do cara. Mas quiseram dar um forjado. A gente entende muito bem o que é um forjado, não é? Forjado é quando se quer pegar uma droga, sei lá, uma arma, e colocá-las lá para a pessoa. Quiseram colocar um forjado em Molequinho e na sua esposa. Só que, aí, o Molequinho, de certa forma, ele ainda... A população foi para frente da 1ª DD, a 1ª Delegacia Distrital de Cruz das Armas, fez um movimento e tirou a esposa dele. Não conseguiu tirá-lo. Ele ainda desceu para o arroja e voltou. Está em casa. Graças a Deus.

Também a polícia entrou na casa de Hamilton e a invadiu. Hamilton é um rapaz, um jovem que mora por trás da minha casa. Isso daí foi a ROTAM — três policiais da ROTAM. Inclusive, eu fui lá, presenciei, fui testemunha do Hamilton, está certo?

E gostaria de perguntar também aqui, se não for muito incômodo, às Secretárias e aos Secretários que estão aqui presentes, se já perderam algum ente querido a tiro, por estar envolvido no tráfico. Digo como exemplo ou que não esteja — estou concluindo. Então, perderam? *(Pausa.)*

Então, gostaria de fazer essa pergunta a vocês. E aí, o Professor coloca muito bem a situação de que quem tem fome tem pressa, não é? Mas aí o pessoal não tem fome e, então, não tem muita pressa. A gente vai, vai chegar lá, e aquela coisa toda.



E gostaria também de saudar aqui a presença do Padre Xavier, o guerreiro. E outra coisa, a gente também percebe as falas — eu quero colocar isso também. A fala de movimento social aqui de João Pessoa, por exemplo, para fazer a comparação com a fala de movimento social do Padre, que é lá de Santa Rita. Isso é outra coisa também que contribui para a mortalidade da juventude negra aqui. O movimento social está vendido ao Estado, ao Governo do Estado e à Prefeitura. Então, eu gostaria de colocar isso também. Não é verdade? *(Palmas.)*

A gente percebe isso, rapaz, a fala do Padre e a fala de outras pessoas. Está bem? Então, muito obrigado a vocês. Valeu, essa galera! Valeu! Eu acho muito importante neste momento de hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra à última oradora aqui da Mesa, Tamara Terso. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

A SRA. TAMARA TERSO - Boa noite a todas e a todos.

Quero saudar os movimentos sociais pela presença, os Poderes, aqui, Executivo, Legislativo e Judiciário, que se debruçam sobre um tema que é de fundamental importância para a sobrevivência de nós, jovens negros e negras, deste País.

Quero dizer que o movimento social, há mais de 40 anos, já denuncia o extermínio da juventude negra. O Movimento Negro Unificado há 40 anos diz que é para nós, negros e negras, reagirmos à violência policial, ao encarceramento do povo negro. Muito recentemente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário começam a se debruçar sobre esse tema, com mais afinco e com mais determinação de poder superar essa fase.

Quero me somar às falas de quem aqui apresentou a incompatibilidade de participar de um tema como esse, do genocídio da juventude negra, de um debate e de uma CPI contra o genocídio da juventude negra e ser a favor da redução da idade penal. Isso é uma incompatibilidade que nós precisamos denunciar, organizar opiniões, porque, se o jovem negro morre no seu território, vítima ou da violência policial ou do crime organizado, ele morre também encarcerado nos superpresídios, onde vemos mil, 2 mil, 3 mil jovens amontoados em celas, como vemos também hoje no sistema socioeducativo, que não é implementado, com veracidade, com organização, de fato, nos Estados. Isso tudo por conta de uma política de



encarceramento, judiciária, seletiva, que separa os negros e brancos, que encarcera mais negros do que brancos e que também mata mais negros do que brancos.

Então, quem participou, nesse último período, diuturnamente, das sessões da CCJ, e nesta última semana, como eu e Priscila, que somos do Conselho Nacional de Juventude, no acampamento em Brasília, contra a PEC 171, sabe muito bem da luta que produzimos nesse último período para barrar essa PEC e sabe o quão é difícil fazer o debate com os Parlamentares hoje sobre o extermínio da juventude negra, porque enquanto nós estamos debatendo, aqui — e muito bem colocou o Deputado que disse que é a favor da maioria penal —, também se está debatendo a revogação do Estatuto do Desarmamento.

Também foi aprovado recentemente o aumento de pena para quem matar policiais e familiares, mas não se debateu, em nenhum momento, por exemplo, nesse último período, com mais afinco, a aprovação do PL 4.471, contra os autos de resistência, pela investigação dos autos de resistência.

Então, é preciso que os movimentos sociais e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário tenham mais unidade quando forem organizar frentes que debatam o extermínio da juventude negra, como houve unidade nesse último período pelos setores progressistas para debater a PEC 171.

Quero dizer que o Conselho Nacional de Juventude vem atuando muito profundamente no debate contra o extermínio da população negra, quando se coloca à disposição e participa da reformulação do Juventude Viva, como bem foi falado aqui pelo Deputado Reginaldo Lopes, pela Priscila. Passou nesses últimos 3 anos, com a primeira fase da sua implementação, por um processo de diagnóstico do extermínio da juventude negra, com os mapas de encarceramento, com o mapa da violência, com o índice de vulnerabilidade social e desigualdade racial, e agora constrói uma via de atuação na segurança pública, na disputa do projeto de segurança pública.

Neste momento, o Plano Juventude Viva, o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude se debruçam em temas como o aumento da elucidação de crimes. Nós nos debruçamos sobre a luta pela federalização dos crimes cometidos por milícias, por grupos de extermínio. Nós nos debruçamos sobre a PEC 51, que visa desmilitarizar as polícias. Porque é este o nosso argumento, é



este o nosso projeto, o projeto do Conselho Nacional de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude: pensar a segurança pública de um modo mais amplo, pensar a segurança pública não na ostensividade dos territórios, não no superencarceramento, mas na promoção de direitos, na promoção de direitos humanos às pessoas que mais precisam.

Não vou me debruçar aqui sobre os diagnósticos que já foram colocados de que nós negros somos o alvo da polícia, tanto a civil quanto a militar; somos alvo também do crime organizado, cooptados diuturnamente pelo crime organizado, por falta ainda de uma entrada incisiva nos territórios de vulnerabilidade do Estado, de uma segurança pública mais qualificada, de um sistema de Justiça que olhe para o jovem negro como um jovem que precisa de direitos.

E neste último período, nós organizamos, por exemplo, o protocolo que visa romper barreiras de acesso à Justiça da juventude negra e não queremos que o Ministério Público... Nós queremos que o STF cumpra esse protocolo como um protocolo que sirva de procedimento para investigação de crimes, que sirva de instrumento para atuação lá na ponta, nas delegacias. Então, é necessário que a gente coloque isso mais na ordem do dia e é necessário que nos Estados e nos Municípios existam mais espaços para esse debate.

É por isso que eu me somo à fala do Deputado Reginaldo Lopes quando diz que é preciso abrir, nos Estados, CPIs do extermínio da juventude negra; nos Municípios, que as Câmaras de Vereadores organizem esse tema como um tema prioritário para o debate, porque nós não vamos conseguir fazer isso só a partir do Governo Federal, nós não vamos conseguir fazer isso só a partir da vontade da Câmara dos Deputados ou da vontade individual de um gestor ou outro. O genocídio do povo negro é histórico, como muito bem colocou aqui o professor cujo nome eu não me recordo agora, me desculpe. *(Pausa.)* Antônio Novais. Foi na escravidão; foi após a escravidão, com a Lei da Vadiagem; foi no processo de ditadura militar, quando o genocídio à juventude negra, ao povo negro, continuou acontecendo. Mas, infelizmente, a visibilidade não era da nossa morte, era da morte de militantes de esquerda, de brancos, do movimento estudantil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.



A SRA. TAMARA TERSO - E eu não estou aqui querendo dizer que a visibilidade desses jovens não era positiva, mas, naquele mesmo momento, morriam jovens negros nas periferias e nada era falado. Então hoje nós temos a possibilidade real de barrar esse genocídio histórico. E esta CPI cumpre um papel importante, cumpre o papel de apurar, cumpre o papel de produzir PECs e PLs na Câmara Federal, para que a gente consiga avançar nessa reestruturação da segurança pública, e cumpre o papel de constranger os Governos Estaduais e Municipais a debaterem mais sobre esse tema.

É preciso que a gente una forças, e o Conselho Nacional de Juventude se coloca à disposição para barrar o extermínio da juventude negra, e não só ali, no território, na violência policial, mas também barrando a PEC 171, aprovando o PL 4.471, barrando a revogação do Estatuto do Desarmamento e construindo uma política de comunicação e um sistema eleitoral que, de fato, nos represente.

Obrigada a todas e todos, espero encontrar vocês mais vezes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Luiz Couto, parece que V.Exa. tem uma pergunta e uma intervenção a fazer. Faça o favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Companheiras e companheiros, quero primeiro agradecer a presença de todos, acho que foi importante esta audiência. Nós vamos continuar debatendo, buscando, sempre mais, não apenas fazer o diagnóstico que todos nós já sabemos, mas o das políticas públicas que temos que assumir e enfrentar. Daí, o diálogo é fundamental, mas um diálogo com uma posição proativa, no sentido de cobrar das autoridades, porque nós pagamos para que eles possam exercer a função, e temos todo o direito de exigir os nossos direitos, mas também de cumprir os nossos deveres, como cidadãos e cidadãs.

Vocês sabem que apresentamos uma proposta, um projeto de lei que tipifica o crime de extermínio. Esse projeto já foi votado. Mas o item que considerávamos mais importante, que considerava o crime de extermínio como um crime contra o Estado Democrático de Direito e passava para a esfera federal todo o processo de investigação, foi derrotado. Então, nós tipificamos o crime de extermínio, mas não conseguimos passá-lo para a esfera federal, nem considerá-lo como crime contra o Estado Democrático de Direito. A nossa luta vai continuar até que se reponha essa questão, porque, na realidade, o que verificamos hoje é que, quando aparece um



crime desses, você tem que pedir para o Ministério Público Federal, que, por sua vez, vai mandá-lo para o STJ, que vai analisá-lo; mas isso demora, demora, e quando o caso está quase terminando, como foi o caso do assassinato bárbaro do companheiro Manoel Mattos... Agora, há pouco tempo, houve o julgamento: dois foram condenados, outros foram absolvidos. Há outro processo correndo em Pernambuco. Esse, sim — é preciso ter cuidado —, porque tem Deputado Federal envolvido, tem Prefeito, tem autoridade lá, e, aí sim, essa situação precisa de punição.

Aí, Dr. Jean, eu queria lhe dizer o seguinte: todo dia recebemos pedidos. Um deles foi o seguinte: a elucidação do crime que vitimou a jovem Rebeca. Essa resposta tem que ser dada. Como é que está... Por que esse crime da Rebeca até hoje não foi...? As notícias nos jornais apontam policiais no meio... não sei o que lá... Precisamos dar uma resposta à população. A mãe da Rebeca não consegue dormir, não consegue mais viver, porque o tempo todo vem aquele sentimento de pânico, de depressão, e não podemos aceitar isso aqui.

Eu gostaria que o senhor levasse esse pleito, o caso da Rebeca, uma jovem que foi barbaramente violentada, estuprada e depois assassinada.

Somente das audiências que fizemos, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco foi a única que trouxe um comparativo entre os chamados crimes violentos letais intencionais — ela diz: letal e intencional; ou seja, quem mata tem a intenção de matar —, e aí identificou apenas dados de 2013, 2014 e 2015, até maio.

Um dado que me chamou a atenção, por exemplo, no enfrentamento com a polícia, ocorreu em 2013: foram executados, em Pernambuco, 40 pessoas — enfrentamento direto com a polícia. Em 2014, foram 25. Em 2015, até maio, foram 17. Outro dado que também chama atenção é que policiais foram mortos nesse enfrentamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí o que me chama atenção é que foram 80 mortes de policiais em Pernambuco nesse período e que 46 deles foram mortos fora do serviço. Ou seja, não estavam em enfrentamento, foram mortos fora do serviço — ou estavam fazendo bico ou estavam em outra atividade.



Daí a necessidade de a gente, aí sim, lutar para que os policiais tenham salário digno para poder viver e cuidar da segurança pública, sem ter que fazer bico. Às vezes, ele presta serviço até a uma organização que conta com segurança particular; muitas vezes, são eliminados nessa situação.

Outro dado que me chamou atenção em relação aos que estavam fora do serviço, daqueles 46, 25 não foram informados. Ou seja, foram mortos, mas não houve inquérito, nem houve informação sobre se estavam em serviço, ou fora de serviço, ou a serviço de outra organização. Há uma versão de que os policiais estão sendo mortos em serviço. Vejam: em 2 anos e 5 meses, em Pernambuco, apenas nove foram assassinados em serviço. Isso prova que nós precisamos ter os dados.

O senhor tem dados acerca desse comparativo entre vítimas e policiais e como se dá esse enfrentamento? Era isso o que eu gostaria de perguntar.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Nós temos esses dados. Alguns desses dados V.Exa. mencionou...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, e só para concluir, quem tiver documentos e dados, e não os apresentou porque o tempo era pouco, pode entregá-los à Comissão. A gente agradece.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Sim, Deputado, nós temos alguns dados. Primeiro, quero dizer a V.Exa., em relação ao caso Rebeca, que a gente tem algumas informações, mas, em razão de ainda estar tramitando, precisamos tratá-lo mais reservadamente. Então, não posso revelar muita coisa aqui. Mas, reservadamente, se a Comissão quiser saber, não tem problema, como já fizemos em outras oportunidades com outras comissões que já vieram aqui. Em relação aos dados que V.Exa. solicita, nós não temos aqui, como foi falado inicialmente, a figura do auto de resistência, não temos a figura do "morte a esclarecer". Está sob investigação. Agora, não há essa pendência para dizer: "Não, isso aqui vai ficar para depois para tentar esclarecer." Ouvintes que estão na dúvida sobre o que aconteceu não há. O que a gente tem efetivamente são os dados em relação aos policiais, os confrontos com policiais. Em 2011, foram 13; em 2012, foram 15; em 2013, foram 15; em 2014, foram 21. A gente tem uma taxa hoje, que começou em 2012, de 44,1. Hoje, essa taxa é de 38,3, assim estabelecida pela ONU. Esses 21 representam 0,5 em uma população de 4 milhões. Então, nós temos



aqui esses dados de confronto. Em relação a policiais assassinados em serviço, pelo menos em 2014, não temos nenhum — em serviço, não. Já houve um este ano, em Santa Rita. Ele ia passando e foi alvejado, um tiro na cabeça. Houve outro também, mas era um agente penitenciário de outra secretaria, não era da Secretaria de Segurança, em Bayeux. É interessante notar e observar, e talvez seja também objeto da CPI, que, nesses casos em que os policiais foram mortos, Deputado, a polícia foi atrás e os prendeu, não os matou. A polícia teve oportunidade, e, se quisesse ter feito, naquelas circunstâncias, de estarem escondidos no mato quando foram presos... Prendeu todos. Prendeu e trouxe os presos às garras da Justiça. Estão presos. Não os executou. Então, talvez seja um dado interessante. Porque, às vezes, a impressão que se tem é: matou policial, morre. Para V.Exa. ver que o Estado tem tido a preocupação de humanizar seus servidores. A gente tem aqui, na Polícia Militar, uma política de polícia solidária. Essa aproximação com a sociedade tem surtido muitos efeitos. A sociedade tem se aproximado mais. E este é o grande desafio: conquistar a sociedade e tirar esse medo que existe das polícias. Este é um grande exemplo. O agente penitenciário foi executado para roubarem a sua arma. O policial morto estava patrulhando, trabalhando. Mas essas pessoas foram presas, não foram executadas. Estão presas. É só para lhe dar um termômetro mais ou menos do que ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Mapa da Violência traz 2.200 letalidades policiais, ou seja, 5% dos homicídios no Brasil, em 2012, e 490 mortes de policiais. Dentre os 490, 85% estavam fora do serviço. Então, é outra pesquisa e aí é preciso compreender as razões.

Então, eu queria convidar, pois foi um erro daqui da Mesa, o Padre João Bosco Francisco do Nascimento para fazer uso da palavra.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Só para concluir, Deputado. Eu posso aprofundar com relação a mais algum dado que V.Exa. queira, mas lá no NACE a gente tem muitos dados. Se não ficou respondido...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Temos. Nós temos esse oficial. Inclusive, o Pereira tinha uma mais completa, o Vinícius tem lá, mas a gente



não trouxe. É uma bem mais completa, que fala de quando está de folga do serviço. A gente repassa sem problema. O NACE está aberto para contribuir.

O SR. JOÃO BOSCO FRANCISCO DO NASCIMENTO - Pessoal, boa noite. Eu cheguei antes de iniciar o evento e tinha sido convidado para estar na última Mesa. Eu não saí do auditório, que é pequeno, mas eu fiquei invisível. Circulou uma conversa de que eu não estava presente. Pensei até que eu fosse mais conhecido, mas, lamentavelmente, não sou tão conhecido ainda. Então, para me tornar conhecido, eu sou o Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos aqui do Estado, sou da Pastoral Carcerária já há 20 anos e represento a Pastoral Carcerária Nacional no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, um comitê que está na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A cada 2 meses, o comitê que está começando a gerenciar a política de prevenção e combate à tortura no Brasil se reúne e, até agosto do próximo ano, eu estarei representando a Pastoral Carcerária no Comitê Nacional.

A primeira sensação que eu tenho é que, nessa votação para redução da maioria penal, os nossos representantes não conhecem os presídios, porque, se conhecessem, teriam o mínimo de consciência e de percepção de onde estariam mandando os nossos jovens. A responsabilidade é exclusiva deles e delas neste momento em que estão votando a redução da maioria penal. Não dá para dizer: eu consultei, eu abri a minha rede social para consultar a população. Então, você vota pela população ou é a sua consciência? É você que vota ou é o seu partido que determina em que você tem que votar? Quem é você nessa história? Quem é você nesse processo? Então, para mim ficam muitas interrogações nesse comportamento dos nossos Parlamentares, muitas interrogações. Não sei se os nossos Deputados e Deputadas ou quem vai votar, quem está votando têm a consciência de que está colaborando para o crescimento dos grupos, das facções nas unidades prisionais. Não sei se há essa consciência. Se há, é gravíssima a situação.

O que vai acontecer com os nossos adolescentes indo para as unidades prisionais? Eles ficarão sem nenhuma proteção, porque o Estado não dá nenhuma proteção. A culpa dos grupos rivais nas unidades é do Estado, porque chegou de forma errada ou fez-se ausente quando deveria estar presente. E essa meninada, entrando no sistema prisional, o que vai acontecer? Eles serão cooptados pelos



grupos rivais, pelo crime organizado. Eles vão fortalecer o crime organizado. A família vai receber recursos? A família vai receber dinheiro para passagem para visitar? A família vai ter apoio? Eles vão se sentir seguros? E o crime organizado vai crescer, e vai aumentar a violência no Brasil inteiro.

Quem não sabe que na Copa do Mundo o Estado brasileiro fez acordo com o crime organizado nas unidades prisionais para que nada acontecesse? Quem não sabe? Ou vocês não sabem? Porque eu sei.

Ou seja, qual é a consciência dos nossos Parlamentares quando assumem essa bandeira de trabalhar a questão da redução da maioria penal? Consciente ou inconscientemente, eles estão colaborando com essa medida para o crescimento do crime organizado no nosso País. Disso ninguém tem dúvida.

Pastoral Carcerária, que tem uma rede nacional em todo o Brasil, que acompanha, por dentro, as unidades prisionais do Brasil, sabe qual é a realidade prisional. Os nossos jovens já estão criminalizados. Pobres, negros, lascados são os que estão presos nas unidades prisionais, torturados. A tortura existe em todos os Estados do nosso País, em todos os Estados do nosso País. E são os nossos jovens que está lá superlotando as unidades prisionais.

O apelo da população, que aponta a arma para si própria, querendo a redução da maioria, e os nossos Parlamentares vão fazer a maior besteira da história deste País, se isso for realmente levado adiante. A maior besteira, a maior burrice, o maior presente de grego que o Brasil vai receber é exatamente essa questão gravíssima da redução da maioria penal.

Para terminar, Sandra Marrocos, as questões que você colocou. Eu convido aqui vocês, que participaram dessa discussão, que acessem a Internet, vejam o *site* do Ministério Público Federal e procurem, numa forma mágica, rápida, olhar o relatório que o nosso Conselho produziu sobre a medida socioeducativa aqui do nosso Estado. Eu não vou responder nada além disso. Basta que vocês vejam o relatório e vocês tirem as conclusões que vocês acharem que devem tirar. Se vocês forem honestos na percepção do relatório, vocês vão chegar a uma conclusão muito objetiva sobre a visita criteriosa feita pelo nosso Conselho e o relatório produzido com fotografias, com imagens com corpos feridos, carnes expostas, vocês vão encontrar tudo como está lá no relatório.



E a segunda coisa, Sandra: nós deliberamos, como Conselho, que não acompanharíamos aquele processo sindicante. Nós deliberamos. O Conselho é livre para decidir o que ele deve e o que ele não deve fazer. Quando ele deve fazer uma nota, o Conselho delibera, quando não deve fazer, delibera para não fazer, e nós não temos satisfação a dar para além daí, das nossas decisões.

O Conselho é independente, é soberano, é estadual, procura trabalhar de forma muito criteriosa, e foi assim que nós deliberamos. O Conselho faz as inspeções, faz o relatório. O Conselho faz os encaminhamentos, faz as recomendações, e quem está na gestão é quem tem o papel — seja quem for —, é quem tem a obrigação exatamente de apurar aquilo que está dito nos nossos relatórios.

Era isso que eu gostaria exatamente de esclarecer, e agradeço também a vocês. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu recebi aqui também o relatório de inspeção do Centro Institucional do Jovem. Vou passar aqui para entregar para a nossa CPI, também para as notas taquigráficas e para a Relatoria.

Chegamos ao fim do dia de hoje. Quero, antes, passar a palavra para o Deputado Damião Feliciano por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - É só para eu me despedir na responsabilidade, porque nós estamos aqui fazendo esta discussão. Entretanto, eu ouvi seus depoimentos, o depoimento desse jovem, e me impressionou bastante. Mas acontece o seguinte: esta CPI vai se acabar depois da semana que vem. Ela será encerrada. Vai para a Comissão, a Relatora que está ali, a Deputada Rosângela Gomes vai apresentar o Relatório, a gente na Comissão vota.

Vou até parabenizar o trabalho espetacular que foi feito pelo Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, que convocou todas as forças de segurança, Delegados, Presidentes, Ministério Público, Juízes, enfim, a CPI foi bastante movimentada em Brasília.

Quanto à minha responsabilidade, aqui já foi realizado um Relatório preliminar, mas na outra semana nós vamos votar — sexta-feira vai ser votado, já, não é? Encerra. E aí se encerra toda esta perspectiva que nós estamos colocando aqui de uma saída para todos esses problemas, de uma luz no túnel.



É preciso que a gente renove esta possibilidade, para ver como é que a gente vai fazer. Para colocar ao Congresso Nacional... Eu sou o único Deputado Federal negro da História da Paraíba, e tenho uma responsabilidade para que a gente possa, naturalmente, depois de tudo isso, ter serenidade para que a gente comece a ver se surge uma saída para que haja uma melhora, não agora, mas uma melhora futura, que seja para os nossos filhos, para os nossos netos.

Eu estou reunindo uma bancada afrodescendente lá em Brasília — os Deputados da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio de Janeiro —, para que possamos fazer essa discussão e comecemos a discutir o relatório sobre o que pode ser feito em todos os segmentos da sociedade brasileira. Porque, senão, daqui a 20 anos, essa é a minha preocupação, nós vamos fazer essa mesma discussão, sem ter um resultado adequado. O Professor foi muito feliz quando falou na questão da educação. A educação é fundamental para que a gente possa ter uma saída lá na frente. Eu sou produto dessa saída, por meio da educação. Portanto, a minha observação é de que esta CPI irá se acabar daqui a 15 dias, mas temos que continuar atentos e comecemos a criar mecanismos efetivos e serenos para que a possamos, futuramente, ter dias melhores. Senão, infelizmente, daqui a 10 anos nós estaremos conversando a mesma coisa. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Damião Feliciano, pela ajuda e organização dos trabalhos. Deputada Rosângela Gomes, quer fazer uso da palavra? Deputado Luiz Couto, quer fazer as considerações finais? A Deputada Rosangela Gomes declinou. Eu só quero fazer algumas observações. Primeiro, dialogando inclusive com a Relatora, eu acho que a CPI deveria concluir também que o modelo de enfrentamento às drogas faliu. Nós não temos Congresso para avançar mais. Vou ser bem sincero aqui. É perigoso piorar. É o contrário do Deputado Tiririca: pior que tá, pode ficar. Eu presidi uma Comissão, que mudou a Lei nº 1.1343, que criou "*O crack é possível vencer.*" Nós tínhamos um artigo, que eu queria que a Lei nº 11.353 tipificasse, a partir de cada substância psicoativa, o que seria traficante e o que seria usuário. Inclusive, fui eu que encaminhei a votação, porém nós fomos derrotados. Eu presidi, coloquei no relatório, sofreu destaque, igual a V.Exa., Deputado Luiz Couto, fui para o Plenário, encaminhei e fui derrotado. Na ausência de tipificar o que é usuário e traficante, um



ato discricionário do juiz — desculpe-me, promotor — sempre é assim: negro é traficante e branco é usuário. Todo o processo, DCO, ocorrência e depois o julgamento. O ato discricionário é do juiz. Muitos juízes tratam dessa forma. Eu defendo, se tiver condição política na Comissão, Deputada Rosângela Gomes, que a voltemos com o Projeto tipificado. Não sei se vamos ter força. Ou até descriminalizar, que é diferente de liberar. É covarde o debate sobre descriminalizar e liberar — é covarde. Quando você percebe que 35% da população carcerária não é de traficante, mas de usuário, que não deveria estar preso, deveria estar em um regime de saúde pública para tratamento, nós temos toda a falência de um sistema, mas ainda querendo, aumentando cada vez mais — somos a terceira população carcerária, mas há quem fala que é a quarta, mas eu acho que é a terceira, mais de 700 mil. Mais de 60% são presos provisórios, presos em flagrante. Na lógica da abordagem, ela foi seletiva? Você poderia abordar brancos e prender da mesma forma. Soma-se também a abordagem contra crime patrimonial. É evidente que esta também é uma causa do problema da juventude, Deputada Rosângela Gomes. É uma causa. No limite, queremos recomendar que o Governo Federal crie um grupo interministerial para rever toda a política sobre droga e a política de guerra às drogas. Acho que no mínimo uma recomendação seria essa, montar um grupo interministerial. Nós poderíamos apresentar uma lei, voltando à tipificação — não sei. Falando mais, nós não apresentamos esse projeto específico, Deputado Damião Feliciano, no rol dos 18 projetos que nós anunciamos que vamos tentar apresentar até a semana que vem. Mas este é um projeto importante.

Não adianta eu dizer aqui para vocês que a CPI apresenta o projeto, mas vai a Plenário. Então, é evidente que nós não temos força, na atual legislatura, para avançar. O que eu proponho é subirmos um degrau.

Como na Lei nº 11.353 nós despenalizamos, tipificar já era um avanço ou até descriminalizar, mas não sei, eu acho que, pelas configurações, neste Congresso, nós não avançamos. A preocupação é recuar, acabar com a despenalização, penalizar novamente. Então, é isso.

A segunda questão muito colocada aqui, o Deputado Damião Feliciano também falou, é que a CPI pode ficar 1, 2, 3, 4 anos; teria que ser renovada pelo



Congresso Nacional. Também há um acordo de Líderes para que não seja renovada nenhuma CPI; renovaram só a da PETROBRAS por mais 60 dias.

O instrumento é bom, o instrumento CPI é bom, mas o instrumento Comissão Especial para esta temática também é bom. Então, nós vamos criar a Comissão Especial do Plano Nacional de Enfrentamento (*Ininteligível.*). Inclusive, do ponto de vista do debate, ele fica mais objetivo.

Então, a gente dá foco, porque, Deputado Damião Feliciano, na hora em que nós entregarmos um conjunto de projetos, a sociedade e quem está militando contra o genocídio de jovens e negros vão ter um rol de projetos objetivos, que eu espero que entrem na pauta da sociedade civil, que entrem na pauta dos movimentos.

Não dá para fazermos discurso abstrato. Podemos fazer luta abstrata, do ponto de vista de denunciamento, é importante; de reivindicação, é importante; mas é importante que demos um passo à frente. Todo mundo já sabe que há mortes, há o genocídio, o extermínio, mas o que nós vamos fazer?

Então, nós queremos — e eu espero que possamos dar conta na CPI — entregar alguns conjuntos de projetos que digam o seguinte: com esses projetos, nós vamos eliminar os homicídios no Brasil, vamos avançar nos direitos da população negra, vamos diminuir as desigualdades.

Um dos projetos que nós queremos apresentar é porque a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR não criou o Sistema Nacional de Políticas de Promoção e Igualdade, houve um decreto. Então, fazer a regulamentação por lei, criar o Sistema e criar um fundo, senão todos os Municípios vão criando, todos os Estados vão criando, mas está lá na periferia. Pode botar o mais brilhante de todos os Secretários de Promoção e Igualdade Racial, e nada vai ser feito.

Isso ocorre muito com as políticas específicas: isso ocorre na política da juventude, isso ocorre na política para as mulheres, por incrível que pareça, ocorre nas políticas das, entre aspas, “minorias”. Então, nós vamos ter que criar e buscar fontes e lutar para que haja um percentual da receita para investir em políticas afirmativas no Brasil.

Então, é deixar o projeto objetivo para a luta. O projeto pode não ficar um dos melhores, mas quando ele é apresentado, é o início, não é o final. A sociedade,



através dos seus representantes, vai requalificando do ponto de vista de ficar o ideal do que o movimento e a sociedade esperam.

Então, eu quero encerrar aqui dizendo que a CPI está muito consciente do seu papel. Independentemente da posição dos que votaram na redução — e eu falei para todos que foi um equívoco, um erro —, eu não estou fazendo disso uma luta política, porque eu acho que não vai dar certo.

Isso vai ser inconstitucional, eu acho que não passa no Senado, nós vamos encontrar alternativas, tentar avançar por outros mecanismos, eu espero. Se for sancionado, no caso, não é sancionado, é promulgado, aqueles que fizeram esse discurso para ganhar voto — populista, demagogo — vão pagar a conta daqui a 4 anos, porque vai piorar! Lamentavelmente! Só que vai piorar com vidas, lamentavelmente!

Eu acho que a única coisa que a redução da maioria penal vai fazer é antecipar a morte do jovem, que, hoje, pelo Mapa da Violência, ocorre aos 19 anos, quando ele perde a proteção do ECA. Por que é que ele morre aos 19 anos? Porque aqueles que, dentro das medidas socioeducativas, encontraram-se e prestaram serviço aos grupos organizados permanecerão vivos. Aqueles que não toparam, que quiseram se ressocializar, que querem o outro caminho, são assassinados. Eu não estou exagerando! Pode pegar o Mapa da Violência, Secretária. Matam o jovem quando ele faz 18 anos, 19 anos. Esse é o pico! Quando ele faz 19 anos é o pico. Não há nada parecido! Trata-se de um gráfico que faz isso: sobe!

Eu já disse aqui que, até os 12 anos, brancos e negros têm o mesmo percentual de homicídios. Isso comprova que a política, o Bolsa Família, a universalização da escola básica e o Pró-Infância têm preservado as vidas das nossas crianças negras. Inclusive, o ECA é prioridade absoluta. Eu podia dizer que, quando começam as medidas e a idade infracional, isso inclusive já prejudica o adolescente, porque aí começam a encarcerar os meninos. De uma maneira ou de outra, o Brasil tem uma idade infracional de 12 anos; ela não é de 16 anos como querem aprovar.

Portanto, eu acho que, ao não resolver o problema, não haver uma política para manter os nossos jovens vivos, nós fizemos a demagogia de antecipar a morte para 16 anos. É isso o que vai ocorrer se nada for feito. Primeiro, eu acho que não



vai, por que não será aprovado; segundo, eu espero que a gente consiga romper o decreto do silêncio da naturalização das mortes dos jovens negros no Brasil a partir de uma pauta bem definida.

Eu nunca militei no movimento negro, mas, quando houve a celebração de 300 anos da morte de Zumbi, eu era líder universitário e levei dois ônibus para a marcha. Não tem que estar orgânico no movimento para ser do movimento! Não é preciso nem ser negro, apesar de eu ser meio negro. Se somarmos, nós somos todos negros. É que ser negro é tão difícil no Brasil que quem não é 100% negro é branco. Na Europa, quem não é 100% branco é negro, mas aqui nós temos que ser meio pardos, meio brancos, pelo tamanho da violência e do preconceito.

Eu quero dizer é que nós queremos estabelecer uma pauta objetiva com o movimento. Eu não sou de nenhum grupo, então fico à vontade para militar em todos, para estabelecer uma pauta; e espero que essa pauta seja a bandeira nossa. Errado ou certo, nós já ouvimos mais de mil pessoas. Então, podem falar — não é, Luiz? Nós já ouvimos mais de mil pessoas! Eu acho que não há uma liderança desse movimento negro no Brasil que nós não tenhamos ouvido. Nós ouvimos estudiosos, pesquisadores, um monte de gente. O que nós vamos produzir é fruto de uma inteligência coletiva; não é a do Deputado Reginaldo, do Deputado Luiz Couto, do Deputado Damião ou da Deputada Rosângela, é fruto de uma inteligência coletiva.

Se nós chegamos até aqui, foi essa a possibilidade coletiva da inteligência que nós fizemos. Nós vamos avançar mais? Vamos, a partir do momento em que estabelecermos qual é a pauta objetiva, para onde seguir. Porque dizem que quem não sabe para onde ir, nem o vento ajuda.

Então, nesse sentido, nós queremos pedir esse voto de confiança; dizer que eu acho que dá para a gente traçar um roteiro, dá para estabelecer uma pauta. Agora, ninguém aqui é salvador da pátria. É preciso que o ato de hoje, Deputado Damião, Deputado Luiz Couto, seja um ato político importante, mas que ele vire um movimento. Se na Assembleia Legislativa não houver um Deputado que tenha o compromisso de criar uma Comissão Especial. Eu nem diria CPI, porque eu acho que CPI começa a criar confusão demais, e o Governador e o Prefeito têm medo. Eu acho que dá para construir uma Comissão Especial objetiva para acompanhar as



decisões da CPI de Brasília e formatar o plano para a redução. Nós estamos colocando uma coisa objetiva.

Será que nós não somos capazes de pensar em um plano para daqui a 10 anos que diga o seguinte: aqui em João Pessoa matam 170 pessoas por 100 mil pessoas. Daqui a 10 anos, aqui em João Pessoa, vão matar 9 pessoas por 100 mil. Será que a gente não consegue preservar vidas, se já sabemos em qual bairro vai haver morte em João Pessoa hoje à noite, a que horas, a cor da pessoa? Não dá! Ou nós não temos compromisso? Ou é natural poder matar? Nós temos que perguntar à *Rede Globo* se pode, ao *SBT*, à *Record*, ao *Datena*, ao *Marcelo Rezende*, a todo mundo, aos brancos, aos padres, aos pastores, à promotora, ao juiz, aos Deputados. Nós estamos propondo um pacto republicano. Eu não acredito que alguém concorde que se mate alguém, porque, se concordar, nós vamos prender por crime de racismo. Nós já temos tipificação. Está resolvido! Se ele é dissimulado, estruturado, institucional, vamos romper! Vamos passar este Brasil a limpo, fazer outro pacto! Qual é o problema?

Então, esse é um diálogo que nos unifica. Ele não pode ser um diálogo que nos desagrega! Só há uma saída para a gente resolver isso: a gente topa dialogar. O diálogo é a única possibilidade de as pessoas convergirem. A outra possibilidade não existe. A outra é guerra! Podemos fazer isso também — se o Governo quiser fazer, eu estou junto. Ou vamos pela política ou vamos pela guerra, não há outro caminho. Nós estamos fazendo opção pelo Estado Democrático da política. Se daqui a 3 ou 4 anos ainda estiverem pensando “*Deputado, isso está uma merda!*”, vocês me convoquem, que eu me comprometo a entrar na guerra.

Mas nós temos que dar uma chance à política. Está muito despolitizado o Brasil. Ninguém está fazendo mais política, ninguém quer dialogar mais! O País radicalizou, foi para o ódio, polarizou! O PSDB, que era um partido importante, endireitou-se, numa lógica de ódio. E nós do Governo também não damos conta de nos juntar. Está tudo errado! Vamos pensar algo maior.

Essa bandeira é temática, é emblemática. Eu acho que ela pode ser uma pauta que unifique a todos! Todos nós temos muita dificuldade nesse tema de segurança pública, mas este pode ser o momento de pensar algo novo. Isso não se resolve criando Ministério, criando Secretaria! Vamos parar de criar aparato,



aparelho de Estado, que gasta burocracia, gasta dinheiro e não tem nenhuma política por trás. Vamos criar política, e depois vamos fazer a gestão paralela. Então, esse é o apelo.

Quero dizer que podemos encerrar daqui a 2 anos ou encerrar hoje, mas o importante é definir qual é a pauta da política que nós vamos estabelecer? Qual é a compreensão que nós vamos estabelecer nessa pauta!

Se eu voltar daqui a 2 meses — fui convidado para estar aqui pelo Ministério Público Federal e aceitei o convite —, espero que todo mundo tenha incorporado a pauta, porque senão eu também vou ficar desanimado! Não precisamos unificar todas as pautas, porque nós vamos apresentar inúmeros projetos.

Nós vamos entregar, por exemplo, o projeto das polícias. Eu acho que pode haver ciclo completo, se for ser melhor, pelo TCO. Eu acho que se pode permitir que o Governador institua a polícia única. Nós não precisamos unificar a polícia, mas podemos permitir, na Constituição, que o Governador que queira, a partir de hoje, instituir uma polícia única promova um concurso só para uma polícia única.

Se a gente tenta unificar o que nasceu separado há mais de 200 anos, não unificaremos nem no futuro! Brigamos no passado e permaneceremos brigando no presente. Aí, a geração do presente não permite à geração do futuro ter uma única polícia, não militar.

Nós temos que fazer alguns acordos. Não somos donos da verdade, então, nós temos que ter bom senso, negociar e pensar no futuro, bem como criar mecanismos constitucionais que permitam a quem quiser experimentar algo novo — inclusive, ter uma única polícia — ter o direito de fazê-lo! Não adianta haver um Governador que queira fazer isso se a Constituição não permitir.

Quem sabe se depois se combinem sistemas — um Estado tem polícia única, outro não tem; um tem polícia desmilitarizada, outro tem civil — e a gente tenha resultados positivos? E eu tenho certeza de que, se o resultado for positivo — ninguém segura o povo —, o político será obrigado a mudar.

O problema é se a gente achar que a nossa tese é a única verdadeira, é a que resolve todos os males do mundo, e aí não fizer nada. Eu sou da conciliação. Eu prefiro conciliar para o futuro. Se puder mudar o presente todo, eu fico com ele — viu, Deputado Luiz Couto. Mas às vezes eu não consigo.



Então, eu quero encerrar minha contribuição aqui, mas vou passar a palavra a Deputado Luiz Couto, para que S.Exa. possa fazer o encerramento. Quero agradecer muito a S.Exa. e ao Deputado Damião Feliciano pela organização. Passo a palavra a V.Exas., para encerrarem a reunião. Eu declaro aqui a minha parte encerrada e passo a palavra para ele e o Deputado Damião Feliciano fazerem o encerramento. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, é preciso acreditar. Dom Helder dizia que duas coisas são fundamentais na vida do militante: o humor e a ironia. São duas coisas importantes que a gente precisa ter.

Um dia, ele estava lá no Aeroporto Internacional de Guararapes, e aproximava-se dele um casal. Ele pensou que o casal vinha para dar-lhe um abraço. Quando chegaram próximos a ele, os dois, num só grito, disseram: “*Seu filho da puta!*”, e aí ele respondeu: “*Bom dia, irmãozinhos!*” Ou seja, a gente deve responder dessa forma. A gente não pode alimentar... Ele respondeu chamando-os de irmãozinhos, ou seja: “*Se eu sou isso que vocês falaram, vocês também são. Então, vamos logo juntos aqui dialogar, porque não há jeito, não*”.

Então, o problema para nós é o seguinte... O diálogo é uma aprendizagem. O próprio Gonzaguinha dizia: “*Viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar e cantar e cantar — O que mais? — (...) Ser um eterno aprendiz.*”. Temos que ser um eterno aprendiz. Quando a gente fica na posição de autossuficiente e arrogante, a gente perde a capacidade de perceber as coisas.

Mas eu acho que é importante isso que aconteceu aqui, porque, na realidade, a gente tem o direito mesmo de expressar tudo aquilo que a gente sente e de também colocar também a nossa, a nossa ironia e o nosso humor naquilo que a gente fala.

Mas eu queria agora agradecer. E eu vou dizer: daqui a gente ainda vai participar de uma CPI do trabalho escravo — as coitadas e os coitados dos servidores daqui têm um trabalho escravo. Eu quero agradecer ao pessoal que veio aqui que nos ajudou lá na Comissão. Um trabalho excelente! Tudo aqui... A gente, quando terminar a audiência, vai embora, mas eles ficam trabalhando. A Relatora, parece, nem dorme mais, parece que virou aquilo que, no Nordeste, chama de pássaro tetéu, que fica toda a noite cantando. O tetéu fica cantando, cantando, e



pronto: não dorme. *(Risos.)* Mas a gente quer agradecer também o trabalho que a nossa Relatora está fazendo lá, que vai ser fundamental para que possa apresentar um relatório.

É claro que a gente queria continuar o debate, e era ideia nossa — a gente já pediu — era a prorrogação de mais 60 dias para a gente poder continuar as audiências públicas.

Agradecemos a todos que contribuíram aqui: o pessoal que veio aqui dar apoio; aos Deputados que estão presentes, que ficaram aqui; e também a todos aqueles que contribuíram. Todos que estão aqui contribuíram não apenas no diagnóstico, mas também nas propostas para o enfrentamento dessas. Acho que é fundamental isso, e eu poderia dizer pra vocês que cuidar dessa realidade toda nossa, nós podemos um dia poder dizer que a gente está trabalhando para que a vida seja sempre mais respeitada, mais valorizada. Obrigado a todos, na certeza de que cumprimos a nossa tarefa aqui, e vamos continuar cumprindo. Também agradecemos a todo o pessoal da nossa assessoria que aqui trabalhou na perspectiva de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim! Também a gente quer agradecer ao Presidente da FECOMÉRCIO, Dr. Marconi, que nos ofereceu este auditório, com toda essa estrutura; agradecer também ao pessoal que está no setor de áudio e tudo o mais; agradecer a esta Casa, que tem sempre contribuído aqui para o debate. Infelizmente a gente queria fazer o nosso encontro lá na Assembleia, mas a Assembleia está de recesso e não abriu espaço nenhum, assim como a Câmara. Mas o FECOMÉRCIO nos atendeu. Eu queria então que a gente desse uma salva de palmas para o FECOMÉRCIO, que nos recebeu com tanta alegria. *(Palmas.)*

Muito obrigado e um abraço a todos.